



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA**

**SAÚDE MENTAL NA MILITÂNCIA DE DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE
GÊNERO: LUTAS POR REPRESENTATIVIDADE NO MOVIMENTO
LGBTQIA+ BRASILEIRO**

Felipe de Baére Cavalcanti D’Albuquerque

**BRASÍLIA – DF
2022**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA**

**SAÚDE MENTAL NA MILITÂNCIA DE DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE
GÊNERO: LUTAS POR REPRESENTATIVIDADE NO MOVIMENTO
LGBTQIA+ BRASILEIRO**

Felipe de Baére Cavalcanti D’Albuquerque

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Psicologia Clínica e Cultura

Orientadora: Profa. Dra. Valeska Maria Zanello de Loyola

**BRASÍLIA – DF
2022**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da
Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em
Psicologia Clínica e Cultura:

APROVADO PELA SEGUINTE BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Valeska Maria Zanello de Loyola – Presidenta
Universidade de Brasília – UnB

Profa. Dra. Jaqueline Gomes de Jesus – Membro Externa
Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ

Prof. Dr. Marco José Oliveira Duarte – Membro Externo
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Profa. Dra. Silvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos – Membro Interna
Universidade de Brasília – UnB

Profa. Dra. Isabella Machado da Silva – Membro Suplente
Universidade de Brasília – UnB

Brasília, junho de 2022

AGRADECIMENTOS

A escrita desta tese teve início pouco antes do período pandêmico. Diante de um governo necropolítico, que tornou o país um dos epicentros da pandemia, são incalculáveis as perdas sofridas pela sociedade brasileira, que se encontra sujeita a uma mortífera caquistocracia. Diante dessa conjuntura desafiadora, meus primeiros agradecimentos se destinam às pessoas que têm me possibilitado prosseguir nesta trajetória acadêmica, seja através do encorajamento, seja através do afeto compartilhado, que nos oxigena emocionalmente. Obrigado, querida família.

Agradeço ao meu amor, pela dedicação e pelo carinho prestados ao longo dessa caminhada. Bem sabemos que esse percurso acadêmico é atravessado por contratempos. Esteja certo de que essa tese se alicerçou no apoio que você tem me dado desde as primeiras páginas.

Agradeço também à minha orientadora, parceira de caminhada acadêmica, por quem eu tenho uma admiração incalculável. Posso afirmar que você, em 2012, abriu as portas para que eu ingressasse em um mundo que revolucionou a minha vida e, desde então, tem feito muito sentido para mim.

Agradeço também à minha analista, pela sensível escuta, que tem me inspirado e contribuído para que eu não me abatesse, sobretudo nos dias mais difíceis.

Sou muito grato às minhas amigas e colegas que fizeram parte deste momento. Embora o longo período de isolamento social tenha impossibilitado, por muito tempo, que as pausas na elaboração deste trabalho pudessem contar com nossos encontros presenciais, cada conversa, cada momento de trocas, ainda que esparsadas, foram muito importantes para a continuidade da escrita.

Todos os agradecimentos às minhas professoras e professores, que têm me acompanhado ao longo da minha formação acadêmica. A docência é uma ocupação inspiradora, que sempre procurarei conciliar com a clínica: ora um professor que atende, ora um clínico que dá aulas.

Um afetuoso obrigado a todas as vinte e quatro pessoas que se disponibilizaram a conceder o seu tempo precioso para compartilhar um pouco de suas trajetórias na militância. Em meio a um cenário tão turbulento, nem sempre foi possível encontrarmos a ocasião mais apropriada para esse encontro. Por isso mesmo, a gratidão é ainda maior. Esse trabalho é uma forma de fazer com que as suas histórias ecoem e suscitem muitas reflexões, colaborando sobremaneira para o campo da saúde mental da população sexo-gênero diversa.

Ao longo da escrita, em muitas ocasiões, eu me peguei agradecendo também a todas as pessoas que têm dedicado as suas vidas a registrar a história do movimento LGBTQIA+ brasileiro. As suas contribuições foram essenciais para a construção teórica desta tese.

Por fim, à CAPES, pelo auxílio que me permitiu prosseguir nesta jornada. As agências de fomento à pesquisa possuem um papel primordial para este país. Mesmo que não sejam devidamente reconhecidas por sujeitos que nutrem aversão pelo conhecimento, a luta pela continuidade de seus serviços sempre será uma prioridade para todes que prezam a potência revolucionária da educação e da ciência brasileira.

Qualquer dia vou despir-me da luta
Pisar em coisas brutas, sem me arrepender
Tão difícil ver a vida assassinada
Quando estamos já tontos pra tentar sobreviver

Anderson Herzer

Estamos não só vivas, mas eleitas, propositivas, estamos sedentas de direitos humanos e equidade. Nós criaremos muitas fissuras nessas estruturas de poder e dominação

Erika Hilton

Baére, F. (2022). *Saúde mental na militância de dissidências sexuais e de gênero: lutas por representatividade no movimento LGBTQIA+ brasileiro* [Tese de Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília]

Resumo

A presente tese teve como proposta investigar a relação entre a saúde mental e a militância de dissidências sexuais e de gênero. Estruturada em artigos, no primeiro deles, buscamos identificar como essa temática tem se feito presente ao longo da história do movimento sexo-gênero diverso brasileiro. Para essa finalidade, utilizamos a periodização em ondas, nas quais contextualizamos o tema da saúde mental através de diversos cenários e acontecimentos que repercutiram, direta ou indiretamente, na composição e nas dinâmicas internas desse complexo e intenso movimento social. A partir do panorama histórico apresentado, identificamos que a pauta “saúde mental” foi se tornando mais relevante para o movimento LGBTQIA+ brasileiro à medida que novos direitos foram sendo conquistados pela militância. Nos artigos subsequentes, a ordenação seguiu um critério cronológico, a partir do período de formação de cada grupo no decorrer da história do movimento sexo-gênero diverso. O segundo artigo abordou a saúde mental na militância de gays e lésbicas. Nele, foi possível observar a marcante presença do gênero, uma vez que os gays, em sua maioria, discorreram sobre o ônus de ocupar espaços de destaque e influência no movimento social, ao passo que as lésbicas compartilharam queixas relacionadas ao descontentamento e ao sofrimento gerados pelos processos de apagamento e de não reconhecimento de suas lutas. O terceiro artigo, por sua vez, envolveu a militância trans*. Aqui, observamos que os efeitos das violências transfóbicas e de um cenário opressor que se impõe desde cedo sobre as suas vidas vão repercutir em suas relações interpessoais e nas estratégias de ação no movimento trans*. Além disso, destacaram-se questões importantes, tais como: os percalços na distribuição de tarefas, conflitos geracionais e o receio de estabelecer relações de confiança, a queixa dos apagamentos e do silenciamento dos homens transexuais e transmasculinos, a dureza de gerir cotidianamente notícias trágicas, como as que envolvem as vidas trans* suicidadas pela sociedade. O quarto e derradeiro artigo se voltou para a militância bissexual brasileira, cuja principal luta ainda é o enfrentamento das hostilizações sofridas pela não submissão à normatividade monossexual. Ao longo das entrevistas, evidenciamos que as práticas bifóbicas são recorrentes no interior do movimento LGBTQIA+, seja pelos posicionamentos desqualificadores de suas lutas, seja pela ausência de espaços de representação ofertados para esse grupo em eventos organizados pelo movimento social. Como forma de evitar o abandono definitivo do ativismo, todos os grupos sinalizaram a necessidade do afastamento temporário do movimento social. O envolvimento com a arte e a cultura, bem como o início de psicoterapias, também foram descritos como vias encontradas para o autocuidado, a fim de lidar com os desafios do ativismo. Ao final, foi possível perceber que o espaço da militância, ainda que seja promotor de bem-estar ao propiciar o pertencimento, o reconhecimento e o investimento em lutas que dão sentido às existências através da participação e do engajamento, também pode ser um ambiente agenciador de sofrimento psíquico, por meio das relações de poder e das hierarquias na representatividade presentes no movimento sexo-gênero diverso.

Palavras-chave: movimento LGBTQIA+; saúde mental; militância; representatividade; história

Baére, F. (2022). *Mental health in sexual and gender dissidence militancy: struggles for representativeness in the LGBTQIA+ Brazilian movement* [Doctoral Thesis in Clinical Psychology and Culture, Institute of Psychology, University of Brasília]

Abstract

The present thesis aimed to investigate the relationship between mental health and the militancy of sexual and gender dissidences. Structured in papers, in the first of them, we seek to identify how the theme “mental health” has been present throughout the history of the Brazilian sex-gender diverse movement. For this purpose, we use wave periodization, in which we contextualize the subject of mental health through different scenarios and events that have an impact, directly or indirectly, on the composition and internal dynamics of this complex and intense social movement. From the historical panorama presented, we identified that the “mental health” agenda became more relevant for the Brazilian LGBTQIA+ movement as new rights were conquered by militancy. In subsequent papers, the ordering followed a chronological criterion, starting from the formation period of each group in the course of the history of the sex-gender diverse movement. The second paper addressed mental health in gay and lesbian militancy. In it, it was possible to observe the prominent presence of the gender, since most gays discussed the burden of occupying prominent spaces and influence in the social movement, while lesbians shared complaints related to discontent and suffering generated by the processes of erasure and non-recognition of their struggles. The third paper, in turn, involved trans* militancy. Here, we observe that the effects of transphobic violence and an oppressive scenario that imposes itself from an early age on their lives will have repercussions on their interpersonal relationships and on their action strategies in the trans* movement. In addition, important issues were highlighted, such as: mishaps in the distribution of tasks, generational conflicts and the fear of establishing relationships of trust, the complaint of erasures and silencing of trans men and transmasculines, the hardness of managing tragic news on a daily basis, such as those involving trans* lives suicided by society. The fourth and final article turned to Brazilian bisexual militancy, whose main struggle is the confrontation of the hostilities suffered by the non-submission to monosexual normativity. Throughout the interviews, we showed that biphobic practices are recurrent within the LGBTQIA+ movement, either because of the disqualifying positions of their struggles, or because of the absence of spaces for representation offered to this group in events organized by the social movement. As a way of avoiding the definitive abandonment of activism, all groups signaled the need to temporarily withdraw from the social movement. The involvement with art and culture, as well as the beginning of psychotherapies, were also described as ways found for self-care, in order to deal with the challenges of activism. In the end, it was possible to perceive that the militancy space, although it promotes well-being by providing belonging, recognition and investment in struggles that give meaning to existences through participation and engagement, can also be a place that causes psychological suffering through power relations and hierarchies in representativeness present in the sex-gender diverse movement.

Keywords: LGBTQIA+ movement; mental health; militancy; representativeness; history

LISTA DE SIGLAS

Siglas	Descrição
ABHT	Associação Brasileira de Homens Trans
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
APA	<i>American Psychiatric Association</i>
BSH	Programa Brasil Sem Homofobia
CBB	Coletivo Brasileiro de Bissexuais
CFM	Conselho Federal de Medicina
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CFSS	Conselho Federal de Serviço Social
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde
CNCD	Conselho Nacional de Combate à Discriminação
CNSM	Conferências Nacionais de Saúde Mental
CNT	Coletivo Nacional de Transexuais
Corsa	Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor
CRP	Conselho Regional de Psicologia
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
EBGLT	Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros
EGLT	Encontro de Gays, Lésbicas e Travestis
ENAHT	Encontro Nacional de Homens Trans
ENTLAIDS	Encontro Nacional de Travestis e Transexuais
FONATRANS	Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras
GALF	Grupo de Afirmação Lésbico Feminista
GGB	Grupo Gay da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAT	Instituto Brasileiro de Transmasculinidades
Inamps	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
LF	Grupo Lésbico Feminista
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
PT	Partido dos Trabalhadores
PNSI-LGBT	Política Nacional de Saúde Integral LGBT
SENALE	Seminário Nacional de Lésbicas
SOMOS	Grupo de Afirmação Homossexual
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
WHO	World Health Organization

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - QUANDO A TRILHA DO ARCO-ÍRIS ATRAVESSA UM ATOLEIRO.....	14
ESTRUTURA DA TESE E APONTAMENTOS METODOLÓGICOS.....	37
ARTIGO 01 - A SAÚDE MENTAL NAS ONDAS DO MOVIMENTO LGBTQIA+ BRASILEIRO	50
MÉTODO	57
RESULTADOS E DISCUSSÃO	59
1ª Onda – A priorização da causa homossexual como pauta política.....	59
2ª Onda – A despatologização da homossexualidade e a chegada de um novo estigma: a “peste gay”	62
3ª Onda – A representatividade em movimento	66
4ª Onda – A busca por colocar a saúde nos eixos	70
5ª Onda – Quando a trilha do arco-íris atravessa um atoleiro: a saúde mental em uma perspectiva de sobrevivência	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS	81
ARTIGO 02 - TRAJETÓRIAS DE LÉSBICAS E GAYS NA MILITÂNCIA: REPRESENTATIVIDADES GENDRADAS QUE IMPACTAM O BEM-ESTAR E A SAÚDE MENTAL.....	88
MÉTODO	97
RESULTADOS E DISCUSSÃO	100
1-) Sofrimentos relacionados à representatividade no movimento social.....	100
1.1-) Os ônus dos lugares ocupados no ativismo gay	100
1.2-) Entre mulas e tarefas: sub-representatividade e a precarização da vida no ativismo lésbico.....	104
2-) Ativismo virtual e a personificação da militância.....	107
3-) Estratégias de autocuidado.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS	116

ARTIGO 03 - SAÚDE MENTAL NA MILITÂNCIA TRANS*: LUTAS ENTRE A REPRESENTATIVIDADE E A SOBREVIVÊNCIA 122

MÉTODO	132
RESULTADOS E DISCUSSÃO	135
1-) As dores e as delícias da representatividade	135
1.1-) Contextos preambulares na militância trans*	136
1.2-) Dinâmicas internas conflituosas	138
2-) Situando o sofrimento psíquico na militância trans	143
2.1-) Sobre cargas e urgências	143
2.2-) A naturalização do sofrimento e o medo de confiar	146
2.3-) A necropolítica transfóbica: vidas trans* suicidadas	148
3-) Sobrevivência através da gestão do cuidado.....	152
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
REFERÊNCIAS	159

ARTIGO 04 - PERCURSOS NA MILITÂNCIA BISSEXUAL: ESFORÇOS PARA RESISTIR AOS EFEITOS DA HEGEMÔNICA MONOSSEXUALIDADE 165

MÉTODO	172
RESULTADOS E DISCUSSÃO	175
1-) Lidando com a naturalização da monossexualidade	175
2-) Reconhecimento e pertencimento	178
2.1-) Existe um nome para a minha vivência.....	179
2.2-) A potência do compartilhamento de experiências	181
3-) “Invisibilidades” no movimento sexo-gênero diverso	184
3.1-) Replicação de estereótipos de gênero na militância	184
3.2-) Apagamento das especificidades das vivências bissexuais	187
3.3-) Necessidade da criação de um movimento específico	190
4-) Saúde mental e a (r)existência bi	193
4.1-) Sem garantias de cuidados	193
4.2-) Saúde mental como pauta prioritária na militância bi.....	196
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	199
REFERÊNCIAS	200

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE 204

REFERÊNCIAS..... 214

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	223
ANEXO B – Declaração de Consentimento de Identificação	224

INTRODUÇÃO

QUANDO A TRILHA DO ARCO-ÍRIS ATRAVESSA UM ATOLEIRO

Ninguém solta a mão de ninguém

Corrente de resistência após resultado eleitoral de 2018

As gays, as bi, as trans e as sapatão, tão tudo organizada
pra fazer revolução!*

Palavra de ordem em manifestações populares

O ano de 1978 representou um importante período no processo de transição política durante a ditadura civil-militar-empresarial no Brasil. A revogação do Ato Institucional N° 5, símbolo da autocracia militarista, bem como a ampliação da tolerância em relação às manifestações populares e ao surgimento de movimentos sociais foram acontecimentos que denotavam que a redemocratização do país já se encontrava no horizonte. É neste contexto que se testemunhou a formação do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB)¹, que atualmente é mais conhecido como Movimento LGBT Brasileiro². Dois episódios contribuíram para a atribuição deste ano como palco do

¹ O termo “homossexual” possuía um significado mais abrangente na época, pois também albergava as identidades de gênero não normativas até a década de 1990. Portanto, era utilizado para designar todas as dissidências sexuais e de gênero, incluindo o que hoje se conhece como identidades trans*. Com o surgimento e a consolidação da militância de outros sujeitos coletivos ao longo dos anos 1990, essa categoria identitária monolítica deixou de existir, prevalecendo outras configurações. A sigla MHB vigorou até 1993 (Facchini, 2005).

² Optamos por nos referir à organização social, tema deste trabalho, como “Movimento LGBTQIA+”, em atendimento às reivindicações de parte da comunidade sexo-gênero diversa, que demanda o acréscimo de mais categorias identitárias na sigla. O intuito é que esse acrônimo, popularmente conhecido como LGBT, esteja aberto para contemplar o permanente processo de transformações que tem ocorrido nessa coletividade. Cabe ressaltar que a literatura pesquisada para a elaboração desta introdução, além de programas sociais e políticas públicas, em sua maioria, têm utilizado a sigla LGBT ao se referir a esse movimento social. Logo, ao utilizarmos a sigla LGBT neste e em demais trechos da introdução, estamos apontando a forma como ele foi apresentado na obra *História do Movimento LGBT no Brasil* (Green, Quinalha, Caetano & Fernandes, 2018), bem como em outros trabalhos e ações.

surgimento do MHB: as primeiras articulações do Grupo de Afirmação Homossexual (SOMOS) em São Paulo e o início da circulação mensal do jornal *Lampião da Esquina*, uma editoria política, de alcance nacional, produzida por homossexuais e voltada para o público homossexual (Green, Quinalha, Caetano & Fernandes, 2018).

Transcorridas quatro décadas, as celebrações em torno do quadragésimo aniversário do movimento LGBTQIA+ brasileiro oportunizaram a retrospectiva desse percurso, seja através dos relatos de ativistas que têm feito parte da trajetória da militância (Green, Quinalha, Caetano & Fernandes, 2018), seja pela reflexão acerca do momento atual e das conquistas e desafios que esse movimento social tem pela frente. Até este ponto da história, era inquestionável os avanços na ampliação dos direitos à população LGBTQIA+ no Brasil, sobretudo nos últimos anos. Além disso, ainda que em meio a permanentes tensões por reconhecimento e representatividade (Aguião, 2016; 2018), já se encontravam mais delineadas as especificidades entre os variados grupos pertencentes à comunidade sexo-gênero diversa no que tange à autodeterminação identitária. Nesse universo, estão incluídos não apenas as categorias que compõem o acrônimo LGBT, mas também as experiências subjetivas que ultrapassam os regimes de normatividade binários e identitários (Bonassi, 2017; Duque, 2017).

Ao longo do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), que teve início em 2003 e se encerrou com o golpe político-judiciário-midiático-empresarial em 2016, foi observado um avanço na agenda de ações em prol dos direitos de pessoas LGBTQIA+, que lhes garantissem maior fruição da cidadania. Dentre essas principais conquistas estavam o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), de 2004, que colaborou para que outras atividades do movimento LGBTQIA+ ganhassem espaço no governo; o I Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, em 2009; a instituição do “Dia Nacional de Combate à Homofobia”, em 2010; o Decreto nº 7388, de

9 de dezembro de 2010, que estabeleceu novas atribuições ao Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) voltadas para a população LGBT; a instituição da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT, em 2011; a instalação do Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT, em 2014, dentre outros. Ademais, no intervalo entre 2008 e 2016, ocorreram três edições da Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Embora essa sequência de conquistas, que não abarcam todas as ações promovidas nesse período, possam ser consideradas incipientes por parte do movimento LGBTQIA+, ao afirmar que os governos do PT poderiam ter avançado mais nesta pasta, tais políticas públicas implementadas pelo Poder Executivo se mostraram ainda mais relevantes após o golpe contra o governo petista, juntamente com a maior articulação e ascensão da direita conservadora e reacionária no cenário sociopolítico brasileiro.

Na história do Movimento LGBTQIA+, 2018 não foi apenas um ano marcante pelas celebrações de seus 40 anos. Se, por um lado, havia conquistas a serem comemoradas; por outro, tornava-se periclitante as difusas ofensivas contrárias aos avanços de pautas progressistas, que se agigantaram à medida que setores reacionários da sociedade brasileira ganhavam espaço na política e obtinham maior adesão popular. Desde o golpe de 2016, os espaços de representatividade LGBTQIA+ têm sido suprimidos e/ou coagidos de maneira ostensiva pelo governo. Tem advindo do Planalto o discurso oficial sobre a ameaça da “ideologia de gênero”, que busca encerrar a imprescindível discussão sobre o respeito à diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar (Cássio, 2019; Soares, 2020); o apoio do governo bolsonarista na tentativa de operacionalizar a “Escola sem Partido”, um projeto orquestrado por setores conservadores e fundamentalistas religiosos, que almeja: extirpar dos currículos escolares quaisquer conteúdos que sejam vistos como progressistas, o que inclui os direitos

humanos em sua integralidade (Cássio, 2019); a extinção de repasse de verbas para o combate contra o preconceito e a discriminação LGBTQIA+fóbica (Nalon, 2017); e a ausência de menção à população LGBTQIA+ no rol de políticas e diretrizes destinadas à promoção dos direitos humanos (Bento, 2019).

Ao acompanhar a tendência contemporânea mundial, na qual os estados democráticos têm sido corroídos pela ascensão de regimes de extrema direita neoliberal (Brown, 2019), o ano em que se comemorou o quadragésimo aniversário do movimento LGBTQIA+ no Brasil foi o mesmo que se encerrou com a vitória presidencial de um candidato assumidamente LGBTQIA+fóbico e refratário a qualquer aprovação de pautas legislativas que beneficiassem a população sexo-gênero-diversa. Foi a partir de discursos polêmicos, dentre eles a afirmação de que a homossexualidade poderia ser revertida preventivamente através da violência física parental, que o então deputado federal do baixo clero³ e o capitão reformado do Exército, Jair Messias Bolsonaro, fez-se conhecido. Com a retórica de combate à “ditadura do politicamente correto”⁴, somado ao contexto de predomínio do antipartidarismo e do antipetismo, o controverso parlamentar logo se tornou porta-voz dos setores mais radicais do conservadorismo brasileiro na política (Di Carlo & Kamradt, 2018).

O crescimento da popularidade do capitão reformado teve grande respaldo de parte da mídia que, reiteradas vezes, caricaturizou a descompostura de Bolsonaro. Até

³ De acordo com Messemberg (2010), a distinção entre o “alto clero” e “baixo clero” na Câmara dos Deputados é resultado de “um processo de dominação simbólica que envolve a luta dos agentes sociais inseridos num determinado campo social (...), possibilitando a hierarquização de seus agentes com base nos capitais específicos que eles podem mobilizar” (p. 106). Portanto, no baixo clero encontram-se os parlamentares que apresentam menor relevância no legislativo, em decorrência de seu reduzido capital político. Ou seja, são os deputados federais que têm escassa influência nas ações da Casa do Povo.

⁴ Na sociedade brasileira, o sintagma “politicamente correto” tem sido utilizado estrategicamente para distorcer retóricas baseadas na defesa dos direitos e da manutenção do respeito a categorias sociais sub-representadas na política, como mulheres, negros, índios, LGBTQIA+, etc. De acordo com Di Carlo e Kamradt (2018), inúmeras vezes, Bolsonaro difamou o discurso politicamente correto ao descrevê-lo como uma armadilha de minorias políticas, que buscava concretizar um plano de poder da ideologia política de esquerda no Brasil.

então, o deputado fazia parte do que era denominado pelos jornalistas de Brasília como a “cota folclórica do Congresso”. Nessa fração, estariam os parlamentares que se tornavam conhecidos pela conduta escandalosa no plenário e pelos conflitos em que estavam envolvidos. Porém, o que se tratava de menções anedóticas a um sujeito alheio às regras de conduta de seu cargo ganhou outros contornos interpretativos. A sua desenfreada verbalização de críticas e insultos ao governo vigente e às militâncias progressistas passou a ser vista como signo do combate à corrupção e da defesa dos valores morais e da “tradicional” família brasileira (Pires, 2020).

A alvorada de 2019 foi experienciada de maneira contrastante em terras brasileiras. De um lado, milhares de apoiadores do novo presidente da extrema-direita se dirigiram para Brasília, motivados pela cerimônia de posse do novo chefe do Poder Executivo. Do outro, estavam todas as pessoas que amargaram a derrota nas urnas, após uma disputa eleitoral na qual o segundo turno, para os eleitores que foram às ruas tentar “virar o voto”⁵, tratava-se da urgente preservação dos direitos e garantias fundamentais. Dentre esses grupos que se sentiam assaz ameaçados pelo início do governo Bolsonaro estava a população sexo-gênero diversa. O novo presidente, apesar das tímidas tentativas de envernizar o seu preconceito LGBTQIA+fóbico enquanto candidato à presidência, já era conhecido pelo seu histórico de violências perpetradas contra representantes dessa população, como as inúmeras agressões dirigidas de modo explícito a Jean Wyllys (PSOL-RJ), primeiro deputado federal brasileiro assumidamente gay.

Declarado opositor de Jair Bolsonaro e dos demais representantes de setores conservadores e reacionários, Jean Wyllys possuía marcante e premiada presença na Câmara dos Deputados, considerado essencial incentivador da candidatura de pessoas

⁵ A campanha Vira Voto, realizada ao longo de outubro de 2018, foi uma mobilização nacional que buscou angariar apoio para o candidato à presidência do Brasil, Fernando Haddad (PT), que disputou o segundo turno com o candidato Jair Bolsonaro que, até aquele período, ainda era filiado ao Partido Social Liberal (PSL). No dia 28 de outubro de 2019, o candidato pettelista se elegeu com 55,18% dos votos válidos.

LGBTQIA+ a cargos políticos no Brasil. A sua intrépida postura ao longo de dois mandatos, contudo, suscitou graves ofensivas entre os seus inimigos. Com a intensificação das ameaças que o deputado e a sua família sofreram, sobretudo após a chegada à presidência de seu adversário e agressor contumaz, em janeiro de 2019, Jean anunciou a renúncia ao seu novo mandato e a sua urgente retirada do país, para a preservação de sua vida e a de seus familiares. Por também ser defensor dos direitos das dissidências sociais e de gênero, a sua forçosa saída⁶ trouxe apreensão em relação ao futuro desses grupos, mesmo com o crescimento de 386% no número de candidaturas LGBTQIA+ em 2018, em comparação a 2014 (Dearo, 2018) e a comemorada eleição de candidatos e candidatas gays, lésbicas e trans*⁷ (VICE, 2018).

Assim como ocorreu a ampliação do número de pessoas LGBTQIA+ no espaço político brasileiro nas eleições de 2018, também se observou o crescimento das representações religiosas e conservadoras (Balloussier, 2018; Tatemoto, 2019). Consequentemente, tornou-se rotineira a difusão de discursos preconceituosos e agressivos contra a população sexo-gênero diversa nos ambientes dos poderes Legislativo e do Executivo. Em abril de 2019, o deputado estadual Douglas Garcia (PSL-SP) afirmou em seu discurso na sessão plenária da Assembleia Legislativa de São Paulo que retiraria “a tapa” uma mulher transexual do banheiro feminino, caso tomasse conhecimento de sua presença no local. Tal ameaça foi proferida diante da primeira parlamentar transexual

⁶ No intervalo entre 2018 e 2019, após graves ameaças de forças anticientíficas e antiprogressistas, outras pessoas foram obrigadas a se retirar do país, tendo em vista a repercussão de seus trabalhos, que gerou reações hostis de setores reacionários da sociedade brasileira. Dentre elas, a antropóloga e pesquisadora Débora Diniz e a filósofa e escritora Márcia Tiburi. Ainda assim, cabe ressaltar que as violências e os discursos de ódio contra políticos, professores, pensadores e demais sujeitos conhecidos pelo discurso progressista já faziam parte da realidade brasileira desde a popularização das redes sociais, que se tornaram palco de calúnias e difamações, fazendo vítimas que tiveram suas vidas radicalmente transformadas após as exposições e perseguições na virtualidade.

⁷ Ao longo deste trabalho, utilizaremos a palavra “trans*” para nos referirmos, de maneira abrangente, a todas as identidades não cisgêneras. De todo modo, como o uso desse termo é recente no movimento social, quando estivermos aludindo a períodos progressos, tivemos a predileção pelo emprego da categoria que era utilizado na ocasião. Além disso, haverá momentos em que especificaremos determinados grupos no trabalho, tal como travestis e transexuais.

eleita na história da referida insituição, a deputada Erica Malunguinho (PSOL-SP). Quais poderiam ser os efeitos, diretos e indiretos, de reiterados discursos agressivos de agentes políticos em uma sociedade que opera a LGBTQIA+fobia como tentativa de manutenção dos padrões cisheteronormativos?

O primeiro ano da gestão bolsonarista já se iniciou com um acontecimento trágico na comunidade trans*. Em Campinas, São Paulo, oito dias antes da comemoração do Dia Nacional da Visibilidade Trans, a travesti Quelly da Silva, 35 anos, após ato sexual com Caio Santos de Oliveira, 20 anos, foi assassinada e teve o seu coração arrancado por ele, sendo colocado no lugar do órgão a imagem de uma santa. A nefasta simbologia desse transfeminicídio evidenciou o modo como o moralismo religioso de um país amplamente cristão impacta na forma como certos sujeitos se valem dos corpos de pessoas trans* para a satisfação de seu desejo sexual⁸, sendo posteriormente aniquilados de maneira atroz, como se o homicídio fosse uma via de expurgação dos pecados cometidos. Nesse sentido, a destruição de corpos trans* não se trata de uma metáfora, haja vista a crueldade com que são cometidos tais assassinatos.

Casos brutais como o transfeminicídio de Quelly ganham notoriedade em decorrência da especificidade do crime. Porém, nem todas as mortes violentas são notificadas, o que inviabiliza a ampliada compreensão da violência contra essa população, envolvendo tanto os casos de assassinatos quanto os de suicídio (Baére & Conceição, 2018; Benevides & Nogueira, 2020). Esse déficit de notificações também decorre da ausência de itens sobre identidade de gênero e orientação sexual nos registros de óbito no Brasil (atestado e declaração). Infere-se, a partir da inexistência desses dados nos

⁸ Dados provenientes de pesquisas realizadas no país apontam para um paradoxo moral: de acordo com levantamentos da ONG Transgender Europe, o Brasil é o país onde ocorre o maior número de homicídios a pessoas trans* no mundo. No entanto, é o público brasileiro o maior consumidor de pornografia trans*, segundo pesquisa realizada pela Pornhub, conhecido site pornô estadunidense.

formulários oficiais, que não haveria óbitos da população sexo-gênero diversa no país pois, de acordo com tais documentos, esses sujeitos nem sequer existiriam (Baére, 2019).

A ausência de informações sobre as identidades de gênero e orientação sexual não normativas nos registros de óbitos brasileiros é apenas uma dentre as inúmeras formas de apagamento das subjetividades LGBTQIA+. Majoritariamente, a trajetória da população sexo-gênero diversa é atravessada por tentativas de normalização e correção de seus “desvios”. Seja dentro de casa ou nos demais espaços de socialização, desde crianças, esses sujeitos dissidentes são alvos das mais variadas formas de reparação (Rodrigues, 2018). No Brasil, onde a própria Constituição Federal faz menção à religião cristã, igrejas e templos são locais onde se agenciam práticas LGBTQIA+fóbicas, que envolvem desde intervenções de reza para conversão dos considerados transviados até a exclusão dos ambientes de convivência, sendo que, nesse processo, muitas famílias acatam os ordenamentos morais das instituições religiosas das quais fazem parte e repudiam seus membros “incorrigíveis”, expulsando-os de casa (Conselho Federal de Psicologia, 2019).

A privação do suporte familiar e a expulsão de casa têm como consequência a mudança radical na vida de parte dessa população, sobretudo das pessoas trans*. Quando esses acontecimentos se dão na juventude, adolescentes LGBTQIA+ se tornam ainda mais desamparados, sendo levados a buscar casas de abrigo ou a trabalhar em troca de moradia. Nesse contexto vulnerabilizador, muitos desses jovens são direcionados para a prostituição ou para atividades laborais de baixa remuneração e sem garantias trabalhistas, como forma de assegurar o sustento básico (ANTRA, 2018). Diante de uma rede de exclusão que se estabelece, a evasão escolar se torna inevitável, aprofundando a impossibilidade de investirem em meios que lhes viabilizem maiores oportunidades no futuro (Junqueira, 2009). Nesse sentido, observa-se que a desigualdade social de pessoas LGBTQIA+ se inicia desde a anunciação da dissidência, quando não encontram espaço

de pertencimento e acolhimento em suas famílias. No pior dos cenários, a vida desses jovens é abreviada pelos próprios familiares, um perfil de homicídio que não é incomum no país (Brito, 2014; Gonçalves, 2017).

A partir do panorama apresentado, não seria exagero afirmar que parte da população LGBTQIA+, sobretudo aquelas que mais se distanciam dos padrões normativos, precisa se esforçar para manter a vida preservada em terras brasileiras. Essa realidade tende a se intensificar ao serem considerados outros marcadores, tais como raça e classe. E embora tenha havido conquistas de direitos por parte desses grupos, sobretudo durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), tais vitórias não garantiram o livre gozo da cidadania plena da população sexo gênero-diversa. Com as perdas na representatividade nos governos que sucederam o golpe, foi a partir da Suprema Corte brasileira que mais direitos foram garantidos, como as decisões em torno da livre autodeterminação de pessoas trans* para retificação do prenome⁹ e de classificação de gênero no registro civil; a anulação da restrição de doação de sangue por homens gays¹⁰; e a criminalização da homofobia e da transfobia¹¹, a partir da aplicação da Lei do Racismo (7.716/1989).

É inquestionável a relevância das decisões progressistas provenientes da alta instância do Poder Judiciário brasileiro. Contudo, elas não refletem a realidade de sua sociedade, ainda profundamente LGBTQIA+fóbica. Tal fato se evidencia no Legislativo Federal, no qual se observa uma restrita parcela dos parlamentares inclinados a apoiar projetos de lei que estejam voltados para a garantia de direitos da população sexo-gênero diversa. Há setores conservadores no Congresso Nacional que não apenas negam apoio,

⁹ ADI 4275: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2691371>

RE 670422: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4192182>

¹⁰ ADI 5543: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4996495>

¹¹ ADO 26: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4515053>. Aqui, cabe ressaltar que a decisão pela criminalização não foi aceita integralmente pela comunidade sexo-gênero diversa, sobretudo por parte das pessoas adeptas do abolicionismo penal.

como também obstruem a tramitação de propostas pró dissidências sexuais e de gênero (Santos, 2016). Ou seja, ainda que o Congresso Nacional, enquanto “Casa do Povo”, esteja distante de representar a população brasileira nos quesitos gênero, raça e classe social, é possível que essa representatividade seja manifestada através das posturas hostis e preconceituosas de parlamentares contra os direitos LGBTQIA+.

Em relação ao Poder Executivo, as atitudes do presidente do Brasil também refletem essa realidade. Os discursos reacionários de Bolsonaro implicam na intensificação da violência LGBTQIA+fóbica (Bulgarelli et al., 2019). Ao se apresentar continuamente como um sujeito alheio às pautas desse movimento social, ele demonstra que o seu descaso pode ser interpretado como uma autorização para a continuidade dos atos de violência direcionados aos seus alvos. Em um governo que se autointitula defensor da família tradicional brasileira¹², a negligência em relação aos ataques contra categorias sub-representadas, como a população LGBTQIA+, é uma forma de endossá-los. Visto que o atual presidente já afirmou ter orgulho de sua homofobia¹³, estaria na omissão de seu governo em relação à saúde e a preservação da população LGBTQIA+ uma forma de puni-los, quando não de favorecer indiretamente o seu extermínio?

Até o presente momento, a humanidade já testemunhou diversos cenários em que determinados grupos de pessoas foram mortos com o aval de seus governantes, como nos trágicos eventos da Alemanha nazista e nos governos fascistas europeus ao longo do século XX. Mas o assassinato de populações agenciada pelo Estado não ocorre apenas em regimes totalitários. Em governos autodeclarados democráticos, como o brasileiro, também é possível observar práticas necropolíticas (Mbembe, 2019) cotidianamente. No

¹² O que os setores conservadores da sociedade buscam impor como concepção de família é o restrito modelo, nomeado como tradicional, constituído por marido, esposa e filho(s). Tal composição, de modo algum, representa a diversidade de configurações familiares presentes no Brasil atual.

¹³ Diário do Centro do Mundo (Youtube) 11 de out. de 2018:
https://www.youtube.com/watch?v=VpqsHe02uLE&feature=emb_title

que concerne à responsabilidade do Estado-nação frente às perdas de vidas de determinados grupos, Bento (2018) assinala que os ritos de óbito no Brasil são cambiáveis. “O extermínio da população indígena, por exemplo, segue ritos de morte diferentes dos conhecidos pela população carcerária que, por sua vez, diferem dos cometidos contra as pessoas trans” (“Por que necrobiopoder e não bionecropoder?”, para. 2).

Em relação aos três exemplos trazidos por Bento (2018), a autora reconhece que seria equivocada a exclusiva atribuição das mortes desses grupos ao Estado. Contudo, afirma que práticas de negligência, violência e estigmatização sobre determinados corpos são consequências de processos socioculturais que os desumanizam. Há posturas de governos que corroboram para o agenciamento direto dessas violências, em diálogo com a sociedade, o que resulta na manutenção de cenários de exclusão e na omissão social face aos extermínios de alteridades. Ademais, por se tratar de mortes de sujeitos que tiveram a sua humanidade usurpada, as elevadas perdas dessas existências não são lamentadas, tampouco cobradas pelo povo. Conforme aponta a filósofa Judith Butler, são vidas que não são passíveis de luto (Butler, 2016).

De acordo com Butler (2016), a constituição dos sujeitos se dá por meio de normas que irão garantir o seu reconhecimento. Consequentemente, uma existência precisa se conformar a determinadas condições para ser inteligível como uma vida. Dentre as formas de vislumbrar que uma existência alcançou o estatuto de vida é quando, diante de sua perda, ela for enlutada por outras pessoas. Ou seja, uma existência somente pode ser lesada ou perdida se ela for apreendida como vida e, logo, passível de luto diante de sua perda. Contudo, nem todas as existências estarão enquadradas nos padrões de inteligibilidade e reconhecimento. Portanto, há mortes que passam desapercibidas, como

se nunca houvessem existido. São perdas humanas cuja indiferença é reflexo da nula validação de suas existências.

A destituição do reconhecimento social a partir da não correspondência aos padrões de identidade de gênero e orientação sexual tem raízes históricas. Desde a consolidação do saber/poder da medicina científica no século XIX (Foucault, 2014), os corpos desviantes têm sido submetidos a variados mecanismos de correção e adequação às normas. A noção de homossexualidade, produzida no âmbito psiquiátrico, tornou-se tanto instrumento de segregação de indivíduos, quanto parâmetro de classificação do que deveria ser visto como anormalidade. Além disso, o aparecimento do “sujeito homossexual” envolveu o deslocamento de um conhecimento, até então focado no ato sexual, conhecido por sodomia, para uma categoria identitária. Ou seja, a partir desse momento, a sexualidade se tornou a verdade do sujeito (Foucault, 2015).

Até o advento das tecnologias biomédicas no campo das neurociências, a psiquiatria não gozou dos mesmos privilégios e destaque em comparação com as demais áreas da medicina. Em decorrência da impossibilidade de identificação de determinantes orgânicos na etiologia das doenças mentais, observou-se que, durante muito tempo, os critérios da nosologia psiquiátrica eram eminentemente morais. Dentre os campos que se tornaram alvo da moralização médica estava a sexualidade humana, como é possível identificar na emblemática obra do psiquiatra alemão Richard von Krafft-Ebing, *Psychopathia Sexualis*, publicada em 1886. Nela, encontram-se dezenas de classificações patológicas, cujas definições se dão por meio da descrição do histórico de comportamentos familiares consideradas inapropriados ou imorais. Isso é, a causalidade do adoecimento na esfera da sexualidade humana era embasada na constituição familiar desvirtuada, em uma lógica que se fundamentou na teoria da degenerescência¹⁴.

¹⁴ Publicada em 1857, a obra *Traité des Dégénérescences*, de Benedict-Augustin Morel, associava o adoecimento mental à hereditariedade. Conseqüentemente, a investigação da constituição familiar e sua

Ao longo do século XX, enquanto a homossexualidade esteve amplamente subjugada ao campo da psiquiatria e da abjeção, esses sujeitos considerados desviantes foram submetidos às mais diversas práticas de tratamento, muitos delas cruéis e desumanas. De acordo com Green (2019), no cenário brasileiro, caso os membros da família falhassem em suas tentativas de reprimir a conduta embaraçosa e inapropriada de seus parentes considerados “invertidos”, por vezes, recorriam à mediação do Estado. “A polícia, a justiça e a medicina trabalhavam em unísono para conter e controlar esse ‘desvio’” (Green, 2019, p. 201). Tais intervenções institucionais eram empregadas para constranger e disciplinar esses indivíduos, de forma que essas ameaças os fizessem refrear os seus desejos, para que voltassem a apresentar uma “normalidade” heterossexual. Em momento algum os impactos psíquicos dessa contenção eram levados em consideração, tampouco os efeitos colaterais decorrentes dos métodos de “cura” (Green, 2019).

Após a Segunda Guerra Mundial, com a exposição de toda a crueldade ocorrida, sobretudo nos campos de concentração, houve uma proliferação de movimentos humanistas pelo mundo, o que favoreceu a organização de grupos em busca da descriminalização e despatologização das homossexualidades (Paoliello, 2013). A partir da década de 1960, impulsionado pela revolução sexual ocorrida no Ocidente, ativistas gays e outras dissidências sexuais e de gênero passaram a se organizar em prol da luta por garantia de direitos, alegando que a patologização da homossexualidade seria o principal fator para o estigma social dos homossexuais. Com grande foco nos Estados Unidos, sobretudo a partir da Revolta de Stonewall¹⁵, cuja repercussão ecoou por todo o

ancestralidade se tornou parâmetro explicativo para as patologias do campo sexual. Cabe ressaltar que essa perspectiva culminou na intensificação de processos sociais higienistas que visavam a hierarquização de raças (Pereira, 2008).

¹⁵ Espaços voltados para o público sexo-gênero diverso costumavam ser alvos recorrentes de repreensão da polícia nos EUA. No dia 28 de junho de 1969, no bar Stonewall Inn, localizado no bairro Greenwich Village, em Nova Iorque, houve um motim espontâneo de frequentadores, em sua maioria pobre e latina, contra outra agressiva abordagem policial. Esse ato insurgente, que perdurou por outros dias, teve grande repercussão no cenário nacional e internacional, tornando-se o marco do surgimento do movimento

país, bem como no cenário internacional, as manifestações pró-direitos civis dos sujeitos gays se capilarizaram nos comitês e organizações psiquiátricas estadunidenses. Após frequentes deliberações em reuniões compostas pelos mais importantes pesquisadores neste campo, houve a decisão pela retirada da homossexualidade dos manuais de classificação dos transtornos mentais pela *American Psychiatric Association*, em 1973, e pela *American Psychological Association* em 1975 (Paoliello, 2013).

A circulação de notícias sobre as organizações dos grupos gays no cenário internacional influenciaram a formação dos movimentos homossexuais no Brasil durante a segunda metade dos anos 1970. Neste período, o país já se encontrava há mais de uma década sob o autoritário regime civil-militar-empresarial, que tinha como um de seus principais alvos de perseguição a diversidade sexual e de gênero (Green & Quinalha, 2014). Ao se pautar em um moralismo conservador como forma de manutenção da ordem e do controle sobre os corpos, a expressividade das dissidências sexuais e de gênero, em todos os seus matizes, era vista como ato subversivo e, portanto, merecedora de correção. Contudo, foi no momento em que se observou sinais da abertura política durante o último governo da ditadura, que emergiram no Brasil diversos movimentos sociais com pautas distintas, mas com uma agenda em comum: a redemocratização do país. O Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) nasceu neste contexto.

Ao longo dos mais de quarenta anos da história do movimento LGBTQIA+ brasileiro, variadas pautas fizeram parte da agenda desse movimento social, em busca pelo respeito à diversidade e pela garantia da cidadania da população sexo-gênero diversa e, dentre as principais metas, estava a despatologização. Neste propósito, a ordem cronológica dos eventos aponta para uma distinção na aceitação social, uma vez que a homossexualidade deixou de ser considerada doença muito antes das identidades trans*.

homossexual nos EUA, embora já fosse observado a atuação de muitos grupos militantes antes desse evento.

Oficialmente, a primeira conquista se deu, em uma dimensão internacional, em 1990, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou o termo “homossexualismo” de sua décima edição do Catálogo Internacional de Doenças (CID-10). Cabe ressaltar que o Brasil se antecipou neste quesito, pois o Conselho Federal de Medicina (CFM) já havia se pronunciado contrário à atribuição de patologia aos sujeitos homossexuais em 1985. As identidades trans*, por sua vez, foram despatologizadas internacionalmente apenas em 2018, a partir da décima primeira versão do CID¹⁶, sendo que o CFM acompanhou os passos da OMS nesse entendimento.

A psicologia não esteve ao lado da psiquiatria e demais campos da medicina na enunciação do processo de despatologização das dissidências sexuais e de gênero. Se o CFM já havia se manifestado a favor da retirada da concepção de doença para a homossexualidade em 1985, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) apenas se expôs de maneira contundente sobre essa questão através da Resolução 01/99, publicada em março de 1999. O documento estabelece normas de atuação para psicólogos e psicólogas, de forma que não haja nenhuma atribuição de patologia à homossexualidade, ou seja, é vedado a todos os profissionais trabalhar em qualquer perspectiva de reversão e/ou cura da orientação sexual. Embora o CFP tenha demorado a se posicionar perante a despatologização das homossexualidades, foi vanguardista em relação ao CFM e à OMS no que concerne à despatologização das identidades trans*, ao publicar a Resolução 01/18 em janeiro de 2018, que estabelece normativas para profissionais da categoria no acompanhamento de pessoas transexuais e travestis.

¹⁶ Ao contrário do que ocorrera no CID-10, no qual a classificação “homossexualismo” foi retirada do documento, a identidade trans* foi mantida na atualização do texto da OMS. Contudo, no CID-11, ela foi deslocada da seção de transtornos mentais para a “condições relacionadas à saúde sexual”, sendo classificada como “incongruência de gênero”. Essa permanência se deve pela necessidade do código para a realização de procedimentos biomédicos nos corpos de pessoas trans que almejam intervenções de resignação de gênero. Ainda assim, o novo termo médico escolhido segue alvo de críticas por parte da comunidade trans*, pois subentende ser a cisgeneridade a identidade de gênero genuína.

Tendo em vista que a despatologização tem sido um dos principais meios de tensionar o estigma social contra a população sexo-gênero diversa, as decisões dos conselhos supracitados têm sido alvos de movimentos conservadores e fundamentalistas religiosos, que visam abalar a autoridade científica dessas instituições. Um exemplo de grande repercussão midiática em 2018 foi a ação popular¹⁷ movida por um grupo de psicólogas e psicólogos cristãos que, alheios aos artigos do Código de Ética Profissional da categoria, buscavam defender a legitimidade da prática de terapias de reversão sexual, algo que já se encontrava amplamente descrito como ineficiente pela literatura científica (American Psychological Association, 2011). Ainda que o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha sido unânime em rejeitar a ação, o seu anterior deferimento por parte de um magistrado do Distrito Federal evidenciou a necessidade contínua de vigília sobre os aparatos normativos que garantem a manutenção da defesa dos Direitos Humanos da população LGBTQIA+, uma vez que setores reacionários do país, provavelmente, colocarão em xeque tais conquistas em outras ocasiões.

Os direitos de categorias políticas sub-representadas encontram-se ainda mais sob ameaça no governo de Bolsonaro. As constantes iniciativas de apoiadores do presidente para suprimir direitos já conquistados por esses grupos têm sido represadas por correntes progressivas do Poder Judiciário. Contudo, em um período no qual se manifesta uma difusa batalha ideológica na arena política e social brasileira, os apoiadores da atual gestão têm pleiteado explicitamente, ainda que incorra em infração, um regime de governo totalitário, com a defesa de uma “intervenção militar constitucional”, sob a qual a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Congresso Nacional já manifestaram repúdio. Além disso, esses grupos reacionários demandam o fechamento do Congresso Nacional e do STF (Mercier, 2020). A ascensão ideológica da extrema-direita não é um

¹⁷ A ação popular foi protocolada sob o número Ação Popular n. 1011189-79.2017.4.01.3400.

fenômeno exclusivamente brasileiro, contudo, há um contexto histórico e cultural no país que propicia a expressividade e a ampla aderência a posturas autoritárias e antidemocráticas (Schwarcz, 2019).

Antevendo os desdobramentos do governo bolsonarista, o filósofo e escritor Vladimir Safatle (2018) apontou que o cenário de embate contra o retorno da ditadura iria ocorrer inevitavelmente. De acordo com o autor, não seria possível para o Brasil criar uma sociedade igualitária sem ajustar as contas com suas dívidas simbólicas do passado. No que concerne ao século XX, não houve uma completa e definitiva justiça de transição no país após a ditadura civil-militar-empresarial, com a devida punição dos agentes do Estado responsáveis pela violação de direitos humanos. O que se observou foram acordos e alianças políticas que culminaram nos jogos de poder que ainda fazem parte dos contextos político e econômico. Portanto, sem as devidas responsabilizações e a preservação da memória sobre os tempos sombrios da tirania, mais cedo ou mais tarde, a jovem democracia brasileira iria lidar com o despertar de seu passado adormecido.

Além da incompleta justiça de transição brasileira, cuja repercussão atual pode ser observada na relativização das atrocidades cometidas no período da ditadura civil-militar-empresarial (Castro, 2018; Mercier, 2020), outro aspecto preponderante na dispersão do pensamento reacionário no Brasil é a dimensão econômica. A ascensão política da extrema-direita brasileira tem sido financiada pela elite empresarial do país que, em grande parte, detém os meios de comunicação em massa. Conseqüentemente, além dos recursos disponíveis para o financiamento de campanhas políticas, essa elite está aparelhada para influenciar as decisões de grande parte da população (Souza, 2017). Tal possibilidade de controle se intensificou ainda mais nos últimos anos, a partir do valioso comércio de banco de dados (análise de Big Data), que tem se mostrado a principal ameaça contra os regimes democráticos em decorrência da sua eficácia manipulativa

(Caldas & Caldas, 2019; Calvo, 2019). Considerando que os grandes empresários envolvidos na cena política brasileira estão alinhados aos partidos de direita e extrema-direita, os direitos sociais das categorias sub-representadas encontram-se sob a constante ameaça, o que inclui as reivindicações e as conquistas de direitos por parte da população sexo-gênero diversa¹⁸.

Levando em conta o cenário social do país, no qual se testemunha a permanente ameaça de perda de direitos, quais seriam as agendas e as principais ações no movimento LGBTQIA+ contemporâneo? No âmbito governamental, são reiterados os desafios da militância na tentativa de expandir a sua representatividade política nos espaços de poder nos quais ainda predominam as posturas e práticas LGBTQIA+fóbicas (Pereira, 2017). Em relação ao Legislativo, embora haja progressiva inserção do movimento LGBTQIA+ nos partidos políticos e, timidamente, a eleição democrática de um número maior de ativistas (Santos, 2016), grande parte da militância sexo-gênero diversa ainda se concentra na sociedade civil. Nesse sentido, excetuando os sujeitos que possuem vínculos empregatícios com Organizações Não Governamentais (ONGs) e instituições que trabalham com pautas LGBTQIA+, os sujeitos ativistas precisam articular as suas ações no movimento social com os seus trabalhos remunerados, o que acarreta o aumento da jornada de trabalho para a maioria.

¹⁸ No que concerne à relação entre os setores empresariais e a população LGBTQIA+, a partir da década de 1990, uma parte do mercado voltou a sua atenção para a comunidade homossexual, ao identificá-la como um público consumistas, exigente e de alto poder aquisitivo. Esse potencial atrativo para o lucro empresarial ficou conhecido como *pink money*. Desde então, tem sido observada a ampliação do investimento em produtos e/ou serviços voltados para a população sexo-gênero diversa, sobretudo em junho, mês do orgulho LGBTQIA+. Embora o interesse do mercado seja a maximização dos ganhos, é inegável que a maior publicização de representações LGBTQIA+ na mídia tem exercido um impacto na desmistificação de preconceitos e discriminações, quando o *merchandising* é respeitoso e não caricato. Na atualidade, os debates neste campo têm envolvido as críticas às grandes marcas ou nações que praticam o *pinkwashing*, uma estratégia de marketing que se vale do apoio a causas humanitárias para a autopromoção. No caso da população LGBTQIA+, um caso emblemático é o Estado de Israel, que se promove como entusiasta da liberdade sexual e de gênero, ao passo que empreende o genocídio da população palestina. Em relação ao Brasil, pode-se apontar como exemplos de *pinkwashing* as empresas que afirmam apoiar as reivindicações da comunidade LGBTQIA+ ao passo que financiam campanhas e demais ações políticas de sujeitos que se antagonizam com a luta da comunidade sexo-gênero diversa.

Nos últimos anos, além das atividades presenciais, é na virtualidade onde se realizam muitas ações de militância (Castells, 2014). Por haver permanente produção e circulação de informações nos ambientes digitais, existe a abertura para que sujeitos autodeclarados ativistas não apenas exerçam suas atividades presenciais nos grupos dos quais fazem parte, mas também no âmbito privado. Consequentemente, torna-se possível o cumprimento de uma militância ininterrupta, ocupando praticamente todos os meios de socialização de quem a exerce. Na difusa lógica neoliberal, em que a valorização pessoal também se consolida através da demonstração do desempenho e da produtividade (Byung-Chul, 2017), o imperativo da performance laborativa e competitiva pode recair de forma negativa sobre os sujeitos ativistas, gerando estafa e sofrimentos psíquico.

As atividades virtuais se intensificaram ainda mais durante o período de isolamento social imposto pela pandemia do novo coronavírus, que transformou a realidade do mundo a partir de 2020. Não apenas grande parte das relações de trabalhos se deslocou integralmente para a modelo remoto/online, como também a militância. Por se tratar de uma profusão de eventos inaugurais, muitas indagações têm emergido nesse contexto pandêmico em relação às experiências da população LGBTQIA+. Quais os impactos na saúde mental da população sexo-gênero diversa ao lidar com o isolamento social compulsório, tanto para os que moram só quanto para os que residem com a família? No que concerne à atuação do movimento LGBTQIA+, como têm sido o delineamento das ações do ativismo no mundo digital, sobretudo com a impossibilidade de realização de atuações presenciais? De que maneira é possível angariar espaço e representatividade política na virtualidade? Ao considerar que a militância durante um governo LGBTQIA+fóbico pode gerar ainda mais estafa e o comprometimento do bem-estar psíquico, como enfrentar todos esses desafios em meio a um cenário de pandemia? Quais têm sido os meios possíveis para suportar tantas ameaças à vida, visto que o Brasil

se tornou o epicentro da pandemia durante um longo intervalo, em decorrência da necropolítica (Duarte & Oliveira, 2021; Mbembe, 2019) agenciada pela negligência do governo Bolsonaro, um fato conhecido e criticado no cenário internacional?

No primeiro semestre de 2020, uma parceria entre os coletivos #VoteLGBT e Box1824 buscou investigar o panorama da população sexo-gênero brasileira diversa durante a pandemia. Através da colaboração de mais de 9500 participantes, o resultado da pesquisa mostrou que, dentre os maiores impactos negativos do contexto pandêmico para a comunidade LGBTQIA+, a saúde mental apareceu em primeiro lugar, com 42,72%, seguido das novas regras de convívio, com 16,58% e, em terceiro, a solidão, com 11,74%. Esse importante estudo evidenciou o quanto cenários calamitosos são ainda mais duros para sujeitos que já possuem biografias marcadas por difusas vivências de preconceito e discriminação. Além disso, sinalizou o quanto o campo da saúde das dissidências sexuais e de gênero, incluindo a saúde psíquica, é uma dimensão que requer maior atenção e investimento por parte das políticas públicas direcionadas para esse segmento populacional.

Nas últimas duas décadas, o comprometimento da saúde mental de dissidências sexuais e de gênero por parte de conjunturas preconceituosas e discriminatórias também tem sido caracterizado através da noção de “estresse de minorias” (Meyer, 1995; Meyer 2003), sobretudo no cenário internacional. Trata-se de uma ferramenta conceitual que aponta para o fato de que sujeitos minorizados politicamente, para além dos eventos tipicamente estressores que fazem parte da vida, tais como processos de mudanças e perdas em geral, também precisam lidar com adversidades adicionais, que suscitam intensos impactos na saúde emocional. Conforme assinala Meyer (Meyer, 1995; 2003), o estresse vivido por sujeitos que não se enquadram nos padrões normativos de gênero e de sexualidade não se encerra na experiência estressora, mas reside na permanente

expectativa pela reedição dessas hostilizações. Ademais, a internalização dos estigmas sociais também repercute na percepção negativa que esses sujeitos têm de si, de modo a apresentarem dificuldades para se relacionarem, predileção pelo isolamento social e comportamentos autodestrutivos¹⁹.

Tendo em conta os sistemas de opressões e de subordinações aos quais muitos sujeitos LGBTQIA+ estão submetidos no país, Carvalho e Menezes (2021) entendem que as violências direcionadas às dissidências sexuais e de gênero poderiam se configurar como uma desigualdade social em saúde. Logo, os autores assinalam que a produção de informações sobre essas violências, através de profissionais capacitados para identificar e preencher instrumentos de notificação atualizados, seriam vias de promoção da saúde por meio da prevenção à violência. Seriam através de dados atualizados que novas ações poderiam ser delineadas eficazmente. Contudo, tais iniciativas têm sido consideradas irrelevantes e procrastináveis na gestão do governo de Bolsonaro.

De acordo com Carvalho (2021), a deterioração das políticas públicas voltadas para a população LGBTQIA+ desde o início da gestão de Bolsonaro, têm se estruturado em três eixos: educação e cultura, direitos humanos e saúde. Em relação à saúde, os retrocessos estão relacionados diretamente a políticas de reconhecimento. Carvalho toma como exemplos a retirada da cartilha de saúde voltada para homens trans e transmasculinos e as mudanças no Departamento de IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis), Aids e Hepatites Virais, que repercutiram no Programa Brasileiro de AIDS. Esta mudança foi considerada um apagamento de anos de luta do movimento

¹⁹ Ao contrário de retóricas patologizantes, que buscam atribuir a causalidade de diagnósticos psiquiátricos aos próprios sujeitos adoecidos, como se dissidências sexuais e de gênero tivessem maior predisposição interna aos denominados transtornos psiquiátricos, conceitos como “estresse de minorias”, que também albergam os aspectos conjunturais hostis e adoecedores, perturbam os posicionamentos que visam a naturalização desse fenômeno. Logo, ao invés de o foco ser a biologização do sofrimento do sujeito, a discussão se desloca para o contexto no qual ele se encontra e para a investigação de como as sistêmicas violências LGBTQIA+fóbicas repercutem diretamente na saúde psíquica (Meyer, 2003).

social na construção de uma política pública que se tornou referência mundial. Além disso, esses retrocessos evidenciam o quanto os três princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), universidade, equidade e integralidade, encontram-se sob constante intimidação no governo bolsonarista.

Um governo de extrema-direita autodeclarado LGBTQIA+fóbico; a ascensão de setores reacionários e do fundamentalismo religiosos nos ambientes de poder; a luta permanente pela inserção nos espaços de representação política, historicamente ocupados por homens brancos, cisgêneros, heterossexuais, conservadores e que exercem ampla influência na economia do país; a chegada de uma pandemia que mudou o estilo de vida de grande parte da população mundial; o periclitante negacionismo do governo Bolsonaro em relação à pandemia e a sua retórica anticientificista, que tornou o Brasil um dos epicentros da pandemia. Diante de um cenário tão complexo e mobilizador, tem havido um aumento considerável de queixas de sofrimento psíquico no país entre a comunidade sexo-gênero diversa (Biernath, 2020; Oliveira, Carvalho & Jesus, 2020). Nesse sentido, como o movimento LGBTQIA+ tem lidado com o aumento das queixas de sofrimento psíquico? Desde o seu surgimento, como esse movimento social tem se relacionado com a pauta de saúde mental em cada um dos grupos que o compõem?

Para além dos desafios do cenário contemporâneo, é primordial considerar as especificidades históricas de cada grupo que compõe a militância sexo-gênero diversa. Tendo em vista que a organização e a participação desses diferentes sujeitos políticos não ocorreram de maneira uniforme, mas em distintas conjunturas ao longo das quatro décadas do movimento social, como essas trajetórias e configurações se deram e como elas dialogam com o contexto presente? Ademais, em decorrência das assimetrias e tensões no campo da representatividade dentro do movimento LGBTQIA+ (Aguião, 2016; 2018), quais seriam os impactos das desigualdades presentes no interior desse

movimento social e como elas se interseccionam com os demais marcadores sociais, como a raça e classe social? Pretendemos apresentar respostas a essas indagações levantadas até aqui.

Cabe ressaltar que o fomento em pesquisas no campo das dissidências sexuais e de gênero é um caminho possível para desmistificar concepções equivocadas e para combater o preconceito e a discriminação LGBTQIA+fóbicos, tão presentes nas retóricas conservadoras e fundamentalistas da sociedade. Estamos nos referindo aos sujeitos que enxergam a existência LGBTQIA+ como uma escolha, ou seja, que sexualidades e identidade de gênero dissidentes são opções, uma “moda” imoral e desrespeitosa, que tem sido imposta sobre a sociedade (Galleno & Rocha, 2019); sujeitos que acreditam que nas escolas e demais espaços de formação cultural impera a “ideologia de gênero”, entendida como uma espécie de veículo de doutrinação de grupos de esquerda para acabar com os valores básicos da família tradicional brasileira (Junqueira, 2017). Como é possível observar, tais discursos apostam no pânico moral/sexual e na mobilização dos afetos como forma de angariar fiéis aliados, dispostos a combater essas “perigosas” tendências vigentes. Conseqüentemente, o conhecimento tem sido uma ferramenta imprescindível para suprimir os efeitos da difusão de inverdades.

Nesse sentido, democratizar a história do movimento LGBTQIA+ até o momento presente é uma forma de apresentar para a sociedade quais têm sido as ações e os pleitos desse movimento social nas últimas décadas; evidenciar que direitos, muitas vezes descaracterizados como privilégios, não se conquistam facilmente, pois demandam esforços diários de inúmeras pessoas, em diferentes lugares, articulando constantes tensões nas tramas normativas da cultura. Ademais, aprofundar o conhecimento sobre a trajetória do próprio país é imprescindível para que cenários de infâmia e de desumanidade do passado não se reeditem a partir da rearticulação de setores

antidemocráticos que não foram devidamente extintos. Se determinadas ideias, até então silenciadas, encontram brechas para se capilarizar inadvertidamente, o que se observa é a ascensão do fascismo, endossado por parte da população. Nesse sentido, faz-se mister a luta pela primazia do conhecimento científico e pela preservação da memória, protegendo-a de quaisquer tentativas de revisionismos. Trata-se de um movimento de olhar para trás e compreender algumas das trilhas traçadas até a conjuntura atual. Diante da desenfreada circulação das desinformações, a disputa por narrativas nunca se fez tão necessária, pois a única maneira de emancipar um povo dos meios de opressão, é fazê-lo se enxergar como partícipe da construção biográfica de seu próprio país.

ESTRUTURA DA TESE E APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

Alicerçado no panorama que alberga a história do movimento LGBTQIA+ brasileiro e os desafios do ativismo na contemporaneidade, o presente trabalho se destinou a investigar a relação entre a saúde mental e a militância sexo-gênero diversa. Para isso, inicialmente buscamos identificar como essa pauta tem se feito presente (ou ausente) ao longo das quatro décadas desse movimento social. Em seguida, propomos averiguar o bem-estar e a saúde mental de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transmasculinos e transexuais, que possuem histórico de militância, além do modo como as especificidades de seus grupos podem, ou não, ter influência sobre a saúde psíquica. Pretendemos compreender quais são os possíveis benefícios e malefícios à saúde mental associados ao campo do ativismo em parte dos segmentos que compõe o movimento LGBTQIA+. Desse modo, para além dos aspectos históricos envolvendo o percurso de cada grupo, buscamos nos deter no momento presente, atravessado não apenas pela

ascensão de setores reacionários no cenário político do país, que se antagonizam frontalmente com a população sexo-gênero diversa, como também pelo impacto que a pandemia do Covid-19 trouxe para parcela dessa população que, em muitos casos, já se encontrava vulnerável antes da chegada do novo coronavírus ao Brasil.

Ao longo desta pesquisa, priorizamos a utilização da metodologia qualitativa, que tem como premissa a maior aproximação entre o sujeito pesquisador e o objeto de pesquisa (Martins, 2004). Não é incomum que essa proximidade seja criticada e descredibilizada por correntes positivistas, que hierarquizam saberes através de discursos que atribuem maior confiabilidade à objetividade e à neutralidade científicas. Ora, bem sabemos que essas retóricas, por vezes, escamoteiam a manutenção de hegemonias epistêmicas, que estão a serviço da colonialidade do poder (Quijano, 2009). Desse modo, temos o entendimento de que toda produção de conhecimento parte de um lugar que precisa ser devidamente localizado (Haraway, 1995). É justamente esse registro que revela o nosso compromisso ético-político de utilizar a pesquisa como um meio através do qual buscaremos tensionar nivelções epistêmicas, sobretudo aquelas que persistem em refutar epistemologias oriundas dos campos da diversidade sexual e de gênero.

A presente pesquisa foi realizada em duas etapas. Inicialmente, o nosso foco esteve na investigação do tema “saúde mental” no panorama histórico-político do movimento LGBTQIA+, desde o seu surgimento, na segunda metade da década de 1970, até o momento presente. No artigo que compõe essa primeira etapa, realizamos uma pesquisa teórico bibliográfica e histórico documental, a partir da periodização do movimento LGBTQIA+ em ondas, que são intervalos nos quais têm sido observados eventos marcantes e mudanças sociais e políticas, que culminaram em novas formas de organização e atuação desse movimento social (Green, 2000; Facchini, 2005; Facchini & Rodrigues, 2017).

Ao longo dos quarenta anos do movimento LGBTQIA+ brasileiro, quatro ondas foram descritas pelos autores que trabalharam com essa perspectiva temporal (Facchini, 2005; Facchini & Rodrigues, 2017). Em uma breve apresentação preambular, a primeira onda é marcada pelo surgimento do MHB e pela circulação do jornal *Lampião da Esquina*; a segunda onda, por sua vez, é caracterizada pelo epidemia do HIV/Aids, que resultou na diminuição do número de grupos homossexuais, com o direcionamento das atividades, outrora focadas na politização da homossexualidade, para o combate contra o aumento da propagação do vírus, da discriminação e do preconceito dirigidos aos homens gays e travestis²⁰ que, em um primeiro momento, foram as pessoas mais vulneráveis à contaminação e aos estigmas sociais decorrentes do pânico moral que se instalou neste contexto; a partir da terceira onda, em meados da década de 1990, observou-se o crescimento no número de grupos e de ONGs voltados para a militância sexo-gênero diversa. Além disso, houve a inserção das pautas de outras identidades coletivas (lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais) que, até então, encontravam-se em sem representatividade no MHB. A quarta onda é compreendida como o período mais contemporâneo e complexo da organização desse movimento social, tendo em vista a chegada de novos atores e atrizes políticos, as transformações no exercício da militância decorrentes do ativismo digital, a coexistência de diferentes gerações do ativismo e as novas formas de gerir conflitos de visibilidade e representatividade em novos espaços de participação, incluindo cargos políticos (Facchini, 2005; Facchini & Rodrigues, 2017).

Nesse primeiro artigo, buscamos estabelecer um diálogo entre o campo histórico da saúde mental no Brasil e as ondas do movimento LGBTQIA+, bem como apontar como o tema da saúde mental apareceu (ou não) como pauta nos grandes debates e ações

²⁰ Neste período, ainda não havia se consolidado a militância trans*, tal como sucedeu ao longo da década de 1990. Portanto, inexistia o amplo uso político da identidade de gênero trans*. De todo modo, o termo “travesti” já ser era compreendido como uma derivação mais acentuada de feminilidade do sujeito homossexual, sem fosse apropriado como uma identidade de gênero trans feminina.

desse movimento social ao longo dos intervalos destacados. O intuito foi averiguar como as transformações ocorridas nesse movimento social tem se relacionado com as discussões sobre a saúde mental e o sofrimento psíquico da população LGBTQIA+ brasileira, abrangendo temas como: a despatologização das homossexualidades e das identidades trans*; a reforma antimanicomial e as políticas públicas em saúde mental; e a relação do movimento sexo-gênero diverso com o Estado, que resultou na Política Nacional de Saúde Integral LGBTQIA+.

Antes de prosseguirmos com a apresentação da estrutura da tese, consideramos necessário nos ocuparmos do conceito de saúde mental, um dos temas centrais deste trabalho. Diante de suas múltiplas definições, observamos correntes que vão descrever a saúde mental como um estado de bem-estar, que permite ao sujeito a utilização de suas capacidades, podendo ser produtivo, mesmo diante dos eventos estressores que fazem parte da vida (WHO, 2007). Estamos cientes de que a própria vigência do paradigma da saúde mental, em substituição ao modelo biomédico de doença mental, que vigorou até a década de 1960 no Brasil, é considerado um avanço neste campo (Tenório, 2002). Ainda assim, entendemos que, caso o conceito de saúde mental esteja restrito e subjugado a um sentido produtivista e adaptacionista, estará a serviço da continuidade da lógica normativa neoliberal, hoje vista como gestora de sofrimento psíquico (Safatle, Silva Junior & Dunker, 2020).

Nesse sentido, buscamos trabalhar com uma noção de saúde mental crítica, que denuncia os prejudiciais efeitos da despolitização do sofrimento psíquico, ao reduzi-lo a um prisma químico e biológico. Esse reducionismo é apenas proveitoso para a engrenagem capitalista, que lucra com a individualização de um fenômeno que é, acima de tudo, sócio-histórico-cultural (Fisher, 2020; Safatle, Silva Junior & Dunker, 2020). Ao longo deste trabalho, a noção de saúde mental estará mais próxima de uma perspectiva de

bem-viver, não submetida a discursos que visam a adaptação a contextos adoecidos e adoecedores. Mesmo porque, sabemos que a própria noção de saúde se forja na cultura, não se tratando de uma concepção universal e atemporal. Além da concepção de saúde mental utilizada nesta tese, a vulnerabilização psíquica da população sexo-gênero diversa será pensada através do conceito de sofrimento ético-político (Sawaia, 2001), que será aprofundado no primeiro artigo.

Na segunda etapa da pesquisa (artigos dois a quatro), consideramos apropriada a utilização de entrevistas abertas, através das quais poderíamos ampliar a dialogicidade no processo de produção dos conhecimentos entre nós, pesquisadores, e as pessoas que se disponibilizaram a contribuir com o trabalho, por meio do compartilhamento de suas trajetórias na militância sexo-gênero diversa. Ao longo da história contemporânea, o campo científico foi partícipe da estigmatização de sujeitos coletivos LGBTQIA+, com a difusão de discursos criminalizadores e patologizadores, que se fundamentam em pressupostos cisheteronormativos e cissexistas (Green, 2019; Vergueiro, 2015). Esses conhecimentos precários (Coacci, 2018) têm sido colocados em xeque pela própria comunidade sexo-gênero diversa, que tem buscado combater essas correntes hegemônicas, colonizadoras do saber, também através do ativismo/militância.

De acordo com Sales (2019), existem diretrizes que organizam de maneira distinta as estratégias militante e ativista. Em uma investigação que buscou diferenciar ambos os campos, o autor observou nos ambientes militantes a valorização da disciplina, a centralização e a heteronomia, ao passo que nos ambientes ativistas há o estímulo à experimentação, horizontalidade e autonomia. Ainda que possa haver a distinção entre esses dois conceitos, Sales observa que há teóricos no campo do movimento social e das ações coletivas que trabalham com ambos como se fossem sinônimos. Aqui, considerando que os sujeitos entrevistados compartilharam as suas trajetórias no

movimento social, com a participação em múltiplos coletivos, de configurações diversificadas no que tange à composição e à organização das ações, optamos por não empregar os dois termos de forma diferenciada. Por isso, ao longo deste trabalho, ativismo e militância estarão relacionados ao compromisso ético e político com a transformação social através do engajamento em atividades e/ou coletivos que visam a defesa dos direitos da comunidade sexo-gênero diversa.

Os critérios para a seleção dos sujeitos entrevistados envolveram a trajetória de atividades e as contribuições trazidas para o movimento LGBTQIA+ em cada segmento do qual fazem parte. As entrevistas se deram por meio de perguntas disparadoras, tal como: “Conte-me sobre a sua história de vida, envolvendo a sua chegada no ativismo e como tem sido a sua relação com a militância desde então”, de forma que os demais questionamentos pertinentes ao tema da pesquisa fossem suscitados a partir dos conteúdos trazidos pelos colaboradores. Contribuíram para a pesquisa gays e lésbicas cisgêneros; homens e mulheres bissexuais cisgêneros²¹; travestis e mulheres transexuais; e, por fim, homens transexuais e transmasculinos, com o limite de quatro participantes para cada grupo.

Entre as pessoas entrevistadas, devido ao fato de muitas delas possuírem certa notoriedade em decorrência da ampla repercussão de suas atividades na militância, seria plausível que tivessem seus nomes revelados neste trabalho. Contudo, ao longo das entrevistas, como o tema da saúde mental, por vezes, suscitou relatos de eventos dolorosos e, em alguns casos, nunca outrora revelados, alguns dos entrevistados

²¹ Por se tratar de análise de entrevistas biográficas, cujas transcrição e análise demandam maior dispêndio temporal, optamos por restringir os grupos de ativistas gays, lésbicas e bissexuais a pessoas cisgêneras, a fim de que, entre esses grupos, o foco estivesse exclusivamente na experiência da orientação sexual não-normativa, abstraindo a questão da identidade de gênero. Já entre os grupos trans*, foi esperado que os aspectos relacionados à orientação sexual não estivessem em primeiro plano, mas a identidade trans*. De todo modo, cientes dos entrecruzamentos entre as dimensões de sexualidade e identidade de gênero, salientamos que essa opção pela delimitação dos sujeitos entrevistados não contempla a multiplicidade de experiências e de existências presentes entre as dissidências sexuais e de gênero.

reconsideraram o consentimento de terem suas identidades reveladas, embora mantivessem a anuência em relação à participação. Desse modo, até como forma de não comprometer a estrutura dos resultados e discussão dos artigos, optamos por manter nossos colaboradores anônimos, apesar de estarmos cientes de que, na descrição das participações, determinadas combinações de informações, como região, idade e ocupação possam abrir brechas para possíveis inferências sobre a identidade das pessoas entrevistadas.

Ao longo das entrevistas, procuramos fazer com que as narrativas biográficas não se focassem apenas nas vivências da militância e na representatividade de seu grupo no movimento social, mas que também abarcassem os acontecimentos prévios, que lhes direcionaram para a ação coletiva. Após a transcrição integral das entrevistas, dois pesquisadores realizaram, separadamente, a leitura integral e a análise das entrevistas (Bardin, 2011), para prévio levantamento dos temas. A partir dos temas listados, reuniram-se para deliberar acerca das categorias identificadas. As análises dos conteúdos das entrevistas resultaram na produção de três artigos, cuja distribuição temática no corpo da tese se deu por dois critérios: pelo aspecto cronológico, tendo em vista que cada grupo se constituiu em distintos momentos ao longo das quatro décadas de história do movimento LGBTQIA+; e pelas especificidades de cada sujeito coletivo (militância homossexual (gay e lésbica); militância bissexual e militância trans*).

No que concerne aos aspectos cronológicos, na parte introdutória dos artigos resultantes das entrevistas, foi compartilhada a trajetória de cada grupo militante, sendo apresentado o contexto sócio-histórico e político em que esse grupo se forjou, sua representatividade no movimento social e as transformações ocorridas em suas dinâmicas internas até o momento presente. A fase inaugural do movimento LGBTQIA+ tinha como composição majoritária o ativismo homossexual, sobretudo com a predominância dos

homens gays. Devido a posturas sexistas e machistas presentes no cotidiano do MHB, as militantes lésbicas encontraram dificuldades na inserção de suas pautas e pouco espaço de fala nas reuniões do ativismo, o que ocasionou o seu distanciamento dos grupos mistos e a busca por uma militância mais autônoma (Fernandes, 2018). É a partir desse contexto, marcado por dinâmicas generificadas, em uma sociedade estruturada por um sistema hetero-patriarcal, que o artigo dois envolveu a análise qualitativa das entrevistas de militantes gays e lésbicas, de diferentes gerações do movimento social.

Dando prosseguimento à estruturação cronológica, o terceiro artigo da tese discorreu sobre a militância trans*, incluindo a análise de entrevistas de identidades trans* femininas e masculinas. Embora a militância transmasculina apenas tenha se consolidado ao longo da década de 2010, a organização política de travestis e de mulheres trans remonta aos anos 1990, momento em que o então MHB, sob pressão dos novos sujeitos coletivos, precisou abrir espaço para a inserção de outros grupos. É neste período em que o movimento LGBTQIA+ passa a albergar as questões relacionadas às identidades de gênero dissidentes, não se restringindo mais apenas às dissidências sexuais. Devido ao fato de as identidades trans* ainda serem os principais alvos das violências agenciadas contra as pessoas sexo-gênero diversas e, portanto, haver frequentes relatos de intenso sofrimento psíquico nesta população, optamos por trabalhar no mesmo artigo com as identidades trans* femininas e masculinas, ainda que os seus históricos de militância sejam bastante distintos entre si.

O quarto e último artigo da tese está focado na militância bissexual, que se consolidou no movimento sexo-gênero diverso brasileiro a partir dos anos 2000 e tem obtido maior representatividade e organização nacional nos últimos anos. Ao considerarmos os parâmetros normativos que estabelecem níveis de aceitabilidade social, do mesmo modo que a população trans* é a que se encontra mais submetida a violências

na comunidade LGBTQIA+, entre as dissidências sexuais, os sujeitos que não correspondem às monossexualidades, ou seja, que não direcionam a sua atração afetiva, erótica e emocional a um único gênero, são os mais deslegitimados e vistos como imaturos e confusos, por ainda não serem capazes de assumir a sua orientação sexual dissidente. Logo, trata-se de um grupo identitário cuja queixa mais frequente é o seu apagamento e desqualificação frente aos demais (Monaco, 2020; Lewis, 2012). Neste artigo, foram analisadas as entrevistas de homens e mulheres militantes bissexuais, através das quais foi possível averiguar os efeitos psíquicos sobre aqueles que não correspondem a normatividade monossexual.

Desse modo, a tese apresenta a seguinte organização:

Artigo 01: Saúde mental nas ondas do movimento LGBTQIA+ brasileiro;

Artigo 02: Trajetórias de lésbicas e gays na militância: representatividades gendradas que impactam o bem-estar e a saúde mental;

Artigo 03: Saúde mental na militância trans*: representatividade para impor o reconhecimento da humanidade

Artigo 04: Percursos na militância bissexual: esforços para resistir aos efeitos da hegemônica monossexualidade

Ao longo desses quatro artigos, buscamos observar quais são os efeitos no bem-estar e na saúde mental dos sujeitos militantes, levando em consideração que os grupos que mais se distanciam dos padrões normativos de gênero e de sexualidade costumam ser os mais atacados e silenciados, tanto na sociedade em geral quanto no interior do próprio movimento social. Além disso, uma vez que o presente trabalho traz o enfoque no campo da saúde mental, ao longo de todos os artigos da segunda etapa também foram

contemplados os marcadores sociais que atravessam a experiência subjetiva dos nossos colaboradores para além do gênero, da orientação sexual e da identidade de gênero, tais como raça/etnia, idade, classe social e território.

O intuito é que, ao longo das entrevistas abertas, nossos entrevistados pudessem tocar as dimensões de suas existências que dialogam, direta e/ou indiretamente, com o exercício de seu ativismo nos distintos segmentos do movimento LGBTQIA+ dos quais fazem parte. Estamos cientes de que esse movimento social possui inúmeras estratificações e que os grupos de participantes da pesquisa não albergam a complexa realidade e composição deste movimento social, muitas vezes marcadas por desigualdades e relações de poder. Portanto, cabe tecer algumas considerações acerca da escolha dos sujeitos coletivos.

Devido à escassez de tempo para a ampliação do universo temático, não abordamos as categorias não-binárias dentro do universo trans*, tampouco nos aprofundamos na militância intersexo, embora esteja presente no artigo sobre a saúde mental no ativismo trans* uma participação transmasculina, que articula a militância trans* com a militância intersexo. Apesar dessas ausências, é reconhecida a legitimidade das pautas não-binárias na luta pela subversão do impacto do binarismo de gênero entre os sujeitos que não se enquadram nessa lógica dualista normativa. Do mesmo modo, faz-se mister destacar o esforço das agendas da militância intersexo, sobretudo no que tange à luta pela interrupção das práticas biomédicas de mutilação dos corpos de bebês intersexo, devido à não-correspondência anátomo-binária, que cria a inteligibilidade de gênero dos sujeitos nas sociedades cisnormativas.

Com o intuito de evidenciar as especificidades de cada segmento investigado neste trabalho, procuramos a colaboração de sujeitos que fazem parte de grupos identitários que, por sua vez, compõem o movimento sexo-gênero diverso. Conforme elencou Colling

(2015), existem profundas assimetrias entre um movimento LGBT²², que se pauta na afirmação identitária e se fundamenta em bases institucionais, e o ativismo *queer* (cuier, transviado), que compreende as identidades como fluídas, transitórias e insubmissas aos regimes regulatórios e normativos, que persistem em hierarquizá-las. Talvez, por termos trabalhado em cada artigo com as particularidades históricas e vivenciais de grupos identitários, que pautaram suas ações coletivas em agrupamentos institucionalizados, o presente trabalho possa ser interpretado como restritivo e essencialista pelo pensamento *queer*. De todo modo, cabe ressaltar que, a despeito dessas possíveis considerações, nosso objetivo nesta pesquisa também foi identificar e evidenciar os efeitos psíquicos suscitados por hierarquias identitárias e relações de poder presentes nas dinâmicas internas do movimento LGBTQIA+, o que incluiu aspectos relacionados ao binarismo de gênero.

Majoritariamente, as produções acadêmicas na esfera da psicologia ainda trabalham a categoria gênero pautada na perspectiva da segunda onda do feminismo. Nela, o sexo biológico é considerado um dado autoevidente, enquanto o gênero seria a dimensão cultural que produz sentidos e valores sobre os corpos binários de homens e mulheres. Aqui, a noção de gênero está alinhada à terceira onda do feminismo, cujo delineamento conceitual foi desenvolvido pela filósofa Judith Butler (2015) ao descrever o gênero como performatividade. Em outras palavras, o gênero se trata de uma categoria identitária instável constituída no tempo, através da repetição estilizada de atos (gestos, movimentos, encenações), que criam uma noção ilusória de permanência e substância (Butler, 2014)²³.

²² Empregamos neste trecho a sigla que Colling utiliza em sua obra *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*, publicada em 2015.

²³ Nos artigos que compõem este trabalho, tendo em vista que as categorias “homem” e “mulher” são produtos de construções sócio-histórico-culturais, que se perfazem através da manutenção de atos performativos, cabe ressaltar que a construção teórica e investigativa a ser realizada se baseia na noção de essencialismo estratégico (Spivak, 1998). Em outras palavras, não se trata de negar as demais identidades e expressões de gênero que se perfazem na contemporaneidade, tampouco os sujeitos que têm predileção pela indeterminação identitária. Contudo, ao considerarmos que a prevalência do binarismo de gênero ainda se faz presente e opera nas mais diversas instâncias sociais, como nas políticas públicas de saúde,

Ademais, compreendemos que o gênero não se trata apenas de performatividade, mas também de emocionalidade. De acordo com Zanello (2018), o processo de tornar-se pessoa, membro de um grupo em uma cultura, envolve pedagogias afetivas e modos de sentir, que forjam subjetividades. Ou seja, estamos submetidos a um aparato complexo de discursos e enunciados, que determinam e normatizam a nossa forma de sentir, os nossos afetos e emoções. Por isso mesmo, compreendemos que, embora possa haver a subversão de performatividades de gênero, sobretudo entre os sujeitos que não se enquadram nos padrões da cisheternormatividade, vivências afetivas e emocionais não necessariamente acompanharão essas insubmissões. Ou seja, não é incomum que dissidências sexuais e de gênero estejam submetidas ao que Zanello (2018) denominou de dispositivos de gênero, tal como já foi observado em pesquisas pregressas (Baére & Zanello, 2020a; 2020b).

Já nos encaminhando para nossas derradeiras considerações, é preciso salientar que o horizonte da presente pesquisa não se restringe ao levantamento dos contextos que envolvem relações de poder e demais experiências no exercício da militância que engendram sofrimento psíquico. Entre os objetivos deste trabalho também está a identificação de ambientes, atitudes e práticas que tem auxiliado na promoção do autocuidado e do bem-estar de nossos colaboradores militantes. Quais são os recursos disponibilizados para que as suas atividades no movimento social não sejam veículos de fragilização psíquica? Como é possível lidar com as demandas de ação que se impõem sobre os diversos grupos da militância, em uma lógica de produtividade que se intensifica em sociedades neoliberais? Além disso, como enfrentar o cenário de retrocessos, com a proliferação de discursos conservadores e reacionários? As respostas a essas indagações

permanece importante a produção de informações baseadas nas categorias homens e mulheres. Entretanto, é reconhecida e encorajada a relevância da incorporação das demais realidades da comunidade sexo-gênero diversa no repertório acadêmico brasileiro.

podem ser úteis na apresentação de saídas para o manejo de contextos de sofrimento, comumente atravessados por vivências de medo, ansiedade, desespero e desesperança.

Por fim, ressaltamos que a predileção pela apresentação desse trabalho em formato de artigos trata-se de uma estratégia de dispersão epistemológica. Ao considerar que comumente o destino de trabalhos de pós-graduação são os repositórios acadêmicos, ambientes ainda desconhecidos e, portanto, pouco recorridos, temos a expectativa de que os conteúdos produzidos nesse trabalho não permaneçam insulados nesses espaços, mas obtenham maior circulação e alcance. Ao configurar os capítulos no formato de artigo, cada um deles será destinado a um periódico científico distinto, para que as críticas aqui trabalhadas possam promover reflexões e serem complementadas por obras de outras pesquisadoras e pesquisadores.

A pesquisa brasileira não irá sucumbir ao obscurantismo, mas desmascará-lo.

ARTIGO 01

A SAÚDE MENTAL NAS ONDAS DO MOVIMENTO LGBTQIA+ BRASILEIRO

Resumo

Em 2018, o movimento LGBTQIA+ brasileiro completou quatro décadas de existência. Desde o seu surgimento, quando a homossexualidade ainda era considerada uma patologia, até o momento presente, no qual se observa o debate em torno da vulnerabilização psíquica da população sexo-gênero diversa durante a pandemia do novo coronavírus, é possível identificar a presença de assuntos relacionados à saúde mental. A partir de uma pesquisa teórico bibliográfica e histórico documental, o presente trabalho teve como escopo estabelecer um diálogo entre aspectos históricos da saúde mental brasileira e as ondas do movimento LGBTQIA+ em nosso país, bem como apontar como o tema da saúde mental apareceu (ou não) como pauta nos grandes debates e ações desse movimento social ao longo dos intervalos apresentados. Ao final, foi evidenciado que o campo da saúde mental, sob a perspectiva do sofrimento ético-político, está diretamente relacionado à conquista de novos direitos e garantias na trajetória do movimento sexo-gênero diverso.

Palavras-chave: saúde mental; história; movimento social; LGBTQIA+

Após quatro décadas de existência, o movimento LGBTQIA+ brasileiro ainda se apresenta como um espaço social e político dinâmico e intenso, no qual se operam permanentes negociações e ajustamentos, a fim de albergar a pluralidade de existências que o compõe. Com uma história marcada por transformações, essas mudanças têm se dado tanto nas ações e nas pautas propostas como também na organização da representatividade (Green, Quinalha, Caetano & Fernandes, 2018). Com a formação originária denominada “Movimento Homossexual Brasileiro” (MHB)²⁴, hoje essa designação estaria longe de contemplar todas as realidades e as identidades inseridas no

²⁴ Até o início da década de 1990, o termo “homossexualidades” era utilizado para englobar todas as orientações sexuais e identidades de gênero desviantes da normatividade. Logo, o que hoje se concebe como identidades trans* também estavam incluídas neste abrangente conceito.

movimento LGBTQIA+ brasileiro. O próprio sinal (+), incluído recentemente na sigla, indica a abertura para as novas representações e expressões do corpo e do desejo que fazem parte do movimento atual, além daquelas que ainda possam vir a se manifestar²⁵, sem que haja o compromisso com um caráter identitário (CRP, 2020).

As transições ocorridas na história do movimento LGBTQIA+ têm sido objeto de investigação de pesquisadores, que apresentaram em suas obras os acontecimentos, os modos de organização e as dinâmicas de atuação dos ativistas em determinados intervalos ao longo de quatro décadas²⁶ (Green 2000; Facchini 2005; Facchini & Simões, 2009; Facchini & Rodrigues, 2017). Para isso, trabalharam com o conceito de ondas, um modo de periodização que buscou abranger diferentes fases referentes às mudanças sociais e políticas que influenciaram a configuração dos grupos e a condução das atividades desse movimento social. As ondas não devem ser compreendidas como blocos cronológicos, com intervalos especificamente demarcados, sem qualquer interconexão, mas como espaços temporais, nos quais os elementos geracionais se interagem e se influenciam²⁷.

²⁵ Cabe ressaltar que a aceitação do acrônimo LGBTQIA+ não é um consenso no movimento. Por se tratar de um conjunto de identidades sexuais e de gênero, há correntes na comunidade sexo-gênero diversa refratárias ao uso da identidade, pois esta seria uma designação normativa e reducionista, que não privilegiaria a liberdade da indeterminação.

²⁶ Embora não estejam descritas neste trabalho, faz-se mister reconhecer a relevância de iniciativas de luta e de resistência em favor das homossexualidades que precederam o surgimento do MHB em 1978. Ao desafiar o sistema normativo sexual e de gênero, em períodos ainda mais opressores, esses sujeitos que fizeram parte do ativismo histórico abriram espaço para que houvesse a organização política e o maior engajamento da sociedade civil na luta pelos direitos da população sexo-gênero diversa.

²⁷ Sobre as ondas como forma de periodização, há críticas que as descrevem como uma opção limitante, que confinam discussões e pensamentos em intervalos restritos, além de excluir e omitir ativistas que não obtiveram destaque em determinado período. Esses apontamentos, conforme sinalizam Facchini e Rodrigues (2017), estariam mais apropriados para outros campos teóricos que manejam o conceito de ondas de tal forma. No movimento LGBTQIA+ brasileiro, os autores assinalam que: “Ao considerarmos os conflitos motivados por tensões geracionais, por posições políticas contrastantes, mas também por questões que envolvem outros marcadores sociais de diferença, como algo constitutivo do movimento, entendemos que mesmo a delimitação temporal pode não necessariamente remeter à imagem de quadros temporais sucessivos, dado que há diferenças que persistem, que se recolocam, além de revalorização de estratégias, ainda que reconfiguradas, em dados contextos” (Facchini & Rodrigues, 2017, p. 47). Em obra mais recente, Facchini (2020) apresenta outra via de apresentação da trajetória do movimento LGBTQIA+. Ao discorrer sobre a multiplicidade de campos discursivos presentes nessa história, ela utiliza a noção de enquadramento ao considerá-lo um recurso mais propício para a apreensão de sentidos no campo dos movimentos sociais.

A partir da periodização em ondas propostas por Green (2000), a socióloga Regina Facchini apresentou uma nova divisão em sua obra *Sopa de Letrinhas?: Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*, publicada em 2005. Em breve apresentação, a primeira onda corresponde ao momento de abertura política durante o regime militar, no qual ocorreram as primeiras reuniões de homossexuais, que culminaram no surgimento do MHB. Foi uma ocasião em que a pauta mais debatida foi a relevância da politização da sexualidade. Neste período, também circulou mensalmente pelo país o jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981), uma publicação idealizada e produzida por escritores e intelectuais do Rio de Janeiro e São Paulo, que se propôs a debater temas como sexualidade, machismo, discriminação racial e ecologia. A segunda onda, por sua vez, é caracterizada pela epidemia de HIV/Aids e pela considerável diminuição do número de grupos no MHB, devido ao impacto do vírus na comunidade homossexual. Além disso, é um intervalo marcado pela mobilização em torno da inclusão da proibição contra discriminação motivada por “orientação sexual” na Assembleia Constituinte e pela institucionalização do movimento. A terceira onda se inicia em meados dos anos 1990, período no qual os grupos ativistas voltaram a crescer, com a inserção de novas categorias identitárias que promoveram a ampliação da diversidade no movimento. É nessa fase que também se observou a proliferação de ONGs voltadas para o atendimento de demandas da população GLBT (como a sigla era designada até 2008) e do aumento do diálogo entre movimento social e o Estado.

Com o intuito de seguir com a análise do processo de mudanças ocorridas no movimento sexo-gênero diverso após a publicação de sua obra, Facchini e Rodrigues (2017) sugeriram uma outra onda, na qual se observam as novas organizações políticas e a atualidade das lutas na contemporaneidade. Em um contexto complexo e efervescente, os autores assinalam a chegada de novos atores e atrizes políticos, a proliferação de

grupos e coletivos, as novidades provenientes do ativismo digital, a coexistência de diferentes gerações da militância e formas inaugurais de gestão de conflitos de visibilidade e representatividade nos espaços de participação, incluindo a política.

As transformações observadas evidenciam que a trajetória do movimento LGBTQIA+ no Brasil é atravessada por reconfigurações, que acompanharam as mudanças nos cenários político, econômico e social do país. A chegada de novas gerações de integrantes e a maior diversificação na representatividade intensificou a dinâmica das ações e expandiu a rede de parcerias, o que resultou na ocupação de mais espaços de atuação e na maior visibilidade do movimento social (Facchini & Rodrigues, 2017). De todo modo, cabe ressaltar que tais transformações e conquistas não aconteceram sem demandar o esforço e a articulação contínua de ativistas, sobretudo nos períodos mais desafiadores e perigosos para o exercício da militância.

Por meio de obras que se debruçaram sobre a história do movimento LGBTQIA+ brasileiro (Facchini & Simões, 2009; Green, Quinalha, Caetano & Fernandes, 2018), verifica-se a existência de contextos que foram ainda mais árduos para a população sexo-gênero diversa, tais como a ditadura militar, a epidemia de HIV/Aids na década de 1980, as ofensivas do fundamentalismo religioso nos espaços de poder e a chegada de um governo de extrema-direita declaradamente LGBTQIA+fóbico. São conjunturas nas quais tem sido observado o aumento dos episódios de violência contra essa população, respaldados pela negligência do Estado, quando não é este o próprio agenciador da violência (Bulgarelli et al., 2019; Green & Quinalha, 2015)

Em uma perspectiva cronológica, é possível afirmar que, a cada geração do movimento LGBTQIA+ brasileiro, a militância tem se deparado com cenários sociais mais propícios para a enunciação e autoaceitação da orientação sexual e/ou identidade de gênero dissidentes. Ainda assim, essa progressiva abertura não tem poupado o ativismo

heterocisdiscordante de experienciar o sofrimento decorrente das coerções difusas da imposição normativa, sobretudo nos contextos sociais de maior hostilidade. A depender da maneira como a cultura e a sociedade se relacionam moralmente com esses campos da subjetividade humana, é possível que haja aumento dos processos de violência e exclusão (Green & Quinalha, 2015; Plant, 2011). Logo, com o transcorrer dos anos, a comunidade sexo-gênero diversa, entre ativistas e não ativistas, tem passado por provas de resistência contra os efeitos dos sistemas de opressões LGBTQIA+fóbicas, dentre eles, a vulnerabilização da saúde mental.

Quaisquer discussões acerca da saúde mental das dissidências sexuais e de gênero precisam ter em conta que, até não muito tempo, as suas próprias existências eram descritas como uma anormalidade, como uma doença mental pela medicina psiquiátrica. Ao longo de muitas décadas, o campo clínico médico-hegemônico perpetuou o entendimento da não-heterossexualidade e da identidade de gênero trans* como transtornos mentais, passíveis de cura e de reorientação. Logo, a despatologização foi uma agenda relevante na história da militância, por estar entre as principais lutas contra a estigmatização social. E embora tenha havido conquistas neste campo, as noções de adoecimento e de anomalia, ainda enraizadas na cultura, têm legitimado práticas LGBTQIA+fóbicas, o que gera um impacto negativo para a comunidade LGBTQIA+, ainda que de formas distintas, em decorrência dos diferentes marcadores sociais da diferença e suas interseccionalidades. Desse modo, ao se tomar o conceito de saúde mental da Organização Mundial de Saúde (OMS) como um “estado de bem-estar no qual o indivíduo utiliza as suas capacidades, lida com o estresse normal da vida, trabalha de modo produtivo e frutífero e contribui para a comunidade” (WHO, 2007, p. 1), nota-se que os elementos definidores de um estado mental sadio, alinhados às noções de

adaptação e funcionalidade, não têm feito parte da realidade coletiva de dissidências sexuais e de gênero ao longo da história.

A utilização de saúde mental em substituição ao paradigma da doença mental remonta à década de 1960, impulsionada pela Psiquiatria Preventiva e Comunitária (Tenório, 2002). Tendo em vista que a descrição de “doença” traz consigo a noção de causalidade orgânica, de um corpo em desequilíbrio, a terapêutica pautada nessa perspectiva centrava-se no indivíduo adoecido, em tratamentos que ocorriam, sobretudo, em instituições manicomiais. Com o propósito de acabar com o modelo segregador e iatrogênico dos asilos psiquiátricos, passou-se a investir na lógica da promoção da saúde mental, que se daria na própria comunidade. Contudo, embora a definição e utilização de saúde mental tenha se difundido e se consolidado com o passar do tempo, Tenório (2002) aponta que, desde a sua implementação, ela envolve um caráter normativo, no qual o sujeito mentalmente sadio é aquele que estaria em concordância com o que é determinado pelos padrões socioculturais de adaptação à coletividade. Logo, um bom sentido ao sintagma “saúde mental” seria compreendê-lo como um estado de “bem viver”, como uma experiência de “bem-estar” subjetivo (Diener et al., 1999), que não esteja submetido aos ditames de um ajustamento normalizador.

Consequentemente, ao se considerar os contextos sócio-histórico-culturais nos quais têm sido operados os processos de exclusão, opressão e injustiças contra a comunidade sexo-gênero diversa durante as quatro décadas do movimento LGBTQIA+ brasileiro, é possível que a descrição mais apropriada para essas experiências coletivas, no que tange ao campo da saúde mental, seja através do conceito de sofrimento ético-político (Sawaia, 2001). Essa noção, diametralmente oposta à racionalidade biomédica em torno dos processos de saúde e doença, parte do princípio de que a gênese do

sofrimento não se encontra no sujeito que sofre, mas no delineamento social das intersubjetividades. Nesse sentido, o sofrimento ético-político:

(...) abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, o sofrimento ético-político, retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ela revela a tonalidade da ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto (Sawaia, 2001, p. 104).

A definição de sofrimento ético-político diz acerca do padecimento pela exclusão, que não se resume a uma dor individual, pois é experienciada de maneira compartilhada (Sawaia, 2001). Logo, observar a manifestação desse sofrimento em determinada população é considerar quais são os direitos não concedidos, a escassez de oportunidades que promovem a emancipação social, a impossibilidade do exercício pleno da cidadania, ou seja, fatores que sustentam a desigualdade social, as injustiças e a invisibilidade de determinados grupos cujas existências são vulnerabilizadas. De todo modo, embora a definição de sofrimento ético-político seja mais apropriada para descrever as realidades sociais experienciadas por grande parte da população sexo-gênero diversa, não é possível ignorar a relevância da saúde mental enquanto campo teórico abrangente, que está além de acepções reducionistas (Almeida Filho, Coelho & Peres, 1999). É através da noção de saúde mental que têm sido observadas as dinâmicas de produção das subjetividades na coletividade, além de ser o instrumento conceitual utilizado na construção e operacionalização de políticas públicas em saúde nesta área.

Sendo assim, é possível elencar acontecimentos relevantes no campo da saúde mental ao longo dos quarenta anos do movimento LGBTQIA+ brasileiro, envolvendo avanços e retrocessos, tais como a Reforma Psiquiátrica, a implementação do Sistema

Único de Saúde (SUS), a Lei Antimanicomial (Lei 10.2016), os processos de despatologização das sexualidades dissidentes e das identidades trans* e a ascensão das comunidades terapêuticas, apoiado pelas correntes fundamentalistas nos espaços de poder. De que modo esses acontecimentos teriam influenciado o ativismo sexo-gênero diverso? Como a agenda da saúde mental tem feito parte da trajetória do movimento LGBTQIA+, ao considerar todas as transformações ocorridas nesse movimento social desde o seu surgimento?

O presente trabalho tem como escopo estabelecer um diálogo entre o campo histórico da saúde mental no Brasil e as ondas do movimento LGBTQIA+ em nosso país, bem como apontar como o tema da saúde mental apareceu (ou não) como pauta nos grandes debates e ações desse movimento social ao longo dos intervalos destacados. É sabido que determinados cenários e acontecimentos históricos contribuíram para a agudização do sofrimento psíquico dos sujeitos ativistas, mas também se tornaram molas propulsoras para a reorganização e transformação das ações políticas desse movimento social. Portanto, ao longo do trabalho, buscou-se apresentar a maneira pela qual o sofrimento ético-político, como possível categoria que tange à saúde mental, fez-se presente nos momentos históricos das ondas LGBTQIA+.

MÉTODO

O presente estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa teórico bibliográfica e histórico documental. Para embasar esse trabalho, foram selecionados dois trabalhos da socióloga Regina Facchini, por abordarem a história do movimento sexo-gênero diverso brasileiro através da periodização em ondas (Facchini, 2005; Fachinni & Rodrigues, 2017). Em cada um dos intervalos temporais destacados, buscou-se enfatizar

dois aspectos: 1-) a presença (ou não) do tema saúde mental nas agendas de trabalho e nas ações desse movimento social, desde o seu surgimento até o momento presente; 2-) de que forma os contextos de ausência de representatividade e de estigmatização social podem ter influenciado as agendas de trabalho e a organização do ativismo sexo-gênero diverso.

A análise dos aspectos históricos relacionados ao surgimento do movimento LGBTQIA+, quando ainda era MHB, também se deram a partir de obras elaboradas por ativistas que estiveram presentes no período de formação desse movimento social, como *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*, de James N. Green (2019) e *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*, de João Silvério Trevisan (2018). Além disso, foram utilizadas informações provenientes do *Boletim Grupo Gay da Bahia (1981-2005)*, editado por Luiz Mott (2011). Também foram úteis para a elaboração deste estudo a obra *História do movimento LGBT no Brasil* (Green, Quinalha, Caetano & Fernandes, 2018); *Ditadura e homossexualidade: repressão, resistência e a busca da verdade* (Green & Quinalha, 2019) e o trabalho de Carvalho (2011) sobre a história do movimento de travestis e transexuais.

No campo da saúde mental, foram utilizadas as obras de Tenório (2002), sobre a Reforma Psiquiátrica Brasileira, e de Duarte (2011), que analisou como as demandas da população sexo-gênero diversa foram abordadas na Política Nacional de Saúde Mental. A seguir, foi averiguada a forma como o Estado se relacionou com as pautas de saúde do movimento LGBTQIA+, com enfoque no campo da saúde mental, através de programas do governo e da promoção de políticas públicas. Não se buscou examinar aspectos qualitativos dos conteúdos produzidos pelo Estado, mas o contexto histórico nos quais tais ações foram desenvolvidas.

Finalmente, foram observados como os acontecimentos históricos relacionados à saúde mental, tais como a Reforma Psiquiátrica, as Conferências Nacionais de Saúde Mental (CNSM) e as resoluções 01/99 e 01/18 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) se articularam com a história do movimento LGBTQIA+. Os relatórios finais das quatro edições da CNSM foram analisados, a fim de encontrar menções às pautas das dissidências sexuais e de gênero nesses documentos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1ª Onda – A priorização da causa homossexual como pauta política

No Brasil da primeira metade do século XX, o discurso médico-psiquiátrico reproduzia a lógica europeia de fundamentação moral na elaboração de psicodiagnósticos, o que corroborou para a perpetuação do controle policial sobre o comportamento homossexual²⁸. De acordo com Trevisan (2018), era “tênue a fronteira entre a intervenção jurídico-psiquiátrica e a ação da polícia” (p.186). Entre as décadas de 1920 e 1930, circularam nos espaços da medicina-legal a produção de teorias eugenistas sobre o “homossexualismo”, que recomendavam não apenas os procedimentos biomédicos desumanos, mas também a exclusão social em instituições asilares. Green (2019) aponta que o ambiente familiar era o principal espaço de controle dos sujeitos “invertidos”, como eram chamados os homossexuais. Caso as famílias não conseguissem conter as posturas tidas como inadequadas de seus integrantes, nem com o apoio médico,

²⁸ Em muitos países, a prática sexual entre pessoas do mesmo gênero ainda é criminalizada e sujeita à pena de morte (ILGA, 2017). Conforme aponta Clemente e Malinverni (2020), a classificação psiquiátrica do “homossexualismo”, mesmo havendo substituído a hegemônica noção jurídica da sodomia a partir da segunda metade do século XIX, permaneceu sob um enquadramento criminal no momento em que posturas homoafetivas e homoeróticas fossem consideradas obscenas e ameaçadoras da ordem pública. Ao longo da história, são inúmeros os relatos de prisões arbitrárias e de batidas policiais em ambientes frequentados por pessoas sexo-gênero diversas (Green & Quinalha, 2019).

tinham o respaldo legal para solicitar a intervenção do Estado na internação compulsória desses sujeitos em manicômios e hospitais psiquiátricos. Nesses espaços, mais importante do que a “recuperação” dos sujeitos desviados era a contenção dos prazeres e o controle de suas condutas (Green, 2019).

Quando se inicia o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), em 1978, as produções teóricas nos campos da saúde e das práticas clínicas ainda se encontravam sob a influência das concepções retrógradas das décadas de 1920 e 1930. Contudo, os discursos emancipatórios provenientes do movimento feministas, do movimento negro e do movimento gay no cenário internacional, aos poucos, chegavam na bagagem dos exilados políticos que retornavam ao país. O contato com essas novas ideias incitou a contestação de visões discriminatórias e preconceituosas, contrárias aos direitos da população homossexual. Nos Estados Unidos, o movimento gay, que se fortalecera após a Revolta de Stonewall Inn, em 1969, já havia conseguido, através de constantes reivindicações de ativistas, a retirada da homossexualidade da categoria de doença mental do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) da Associação Americana de Psiquiatria, em 1973 (Paoliello, 2013). Logo, quando a população homossexual começou a se organizar socialmente em defesa de seus direitos no Brasil, já havia a noção desses eventos insurgentes fora do país e da necessidade da despatologização das dissidências sexuais por parte das áreas de saúde. Contudo, esta agenda apenas se fortaleceu no MHB posteriormente, durante a década de 1980. Por ter se originado durante a ditadura militar, o que pautou as primeiras discussões foi a relevância da homossexualidade como tema a ser priorizado na luta por direitos (Green, 2019; Trevisan, 2018).

É em São Paulo que nasce o primeiro grupo do MHB, o SOMOS – Grupo de Afirmação Sexual, que impulsionou a difusão do movimento sexo-gênero diverso no país.

De acordo com Trevisan (2018), que participou de sua formação, havia a intenção de encontrar uma identidade para esse grupo social desde as primeiras reuniões. Como muitos membros haviam passado por experiências de preconceitos e de silenciamentos em partidos de esquerda, manifestava-se o desejo de tomada de consciência sobre o devir homossexual, da consideração do “prazer como um direito legítimo” (p. 318), desviando do enfoque até então voltado para a luta de classes. Contudo, quando essa discussão se difundiu nos espaços universitários e foi incorporada nas grandes reuniões acadêmicas, observou-se um hostil dissenso entre dois grupos: de um lado, os defensores das pautas identitárias, dentre eles os homossexuais; do outro, os representantes da esquerda que as julgavam como irrelevantes e divisionistas, pois não faziam parte das prioridades revolucionárias (Green, 2019).

Essa segregação repercutiu dentro do próprio SOMOS, em um clima de disputas que fez parte da história do grupo até o seu prematuro fim, em 1983 (Trevisan, 2018). Ainda assim, a influência do SOMOS foi essencial para a formação de novos grupos em outros estados brasileiros, com articulações que resultaram em encontros nacionais. Em 1979, por exemplo, nove coletivos estiveram presentes no I Encontro de Homossexuais Militantes, no Rio de Janeiro. Participaram desse encontro 61 pessoas, sendo 11 lésbicas e 50 gays. “Dentre as pautas debatidas nesta ocasião foi “retirar a homossexualidade da lista de doenças mentais” (Boletim do Grupo Gay da Bahia, 2011, p. 475). Nota-se que embora houvesse a priorização das matérias da classe trabalhadora em segmentos do MHB, também era urgente o reconhecimento da necessidade de colocar a reivindicação de seus direitos em primeiro plano. A despatologização da homossexualidade, nesse caso, seria uma forma de combater o estigma direcionado aos sujeitos homossexuais na

sociedade brasileira, pois a atribuição de anormalidade, associado à noção cristã de ato pecaminoso, corroborava para a legitimação da violência contra esse grupo no Brasil²⁹.

Mesmo que a despatologização não tenha ocorrido neste primeiro momento, o surgimento do MHB e a multiplicação dos grupos logo no início década de 1980 podem ser considerados uma resposta viável para esse cenário da redemocratização do país. Tendo em vista que a eleição das pautas dentro do movimento social estava em seu início, a saúde ainda não era o assunto privilegiado, mas o reconhecimento da necessidade de tornar a homossexualidade uma pauta política. De todo modo, neste mesmo período, já havia uma potente articulação de profissionais da saúde em prol da reforma antimanicomial e desenhando o que viria a ser o Sistema Único de Saúde (SUS), que foi implementado logo após a promulgação da nova Constituição Federal de 1988 (Tenório, 2002). No MHB, a escassa presença da pauta de saúde e do sofrimento psíquico entre a população homossexual nas discussões haveria de mudar com a chegada da epidemia de HIV/Aids.

2ª Onda – A despatologização da homossexualidade e a chegada de um novo estigma: a “peste gay”

No ano em que foi reportado o primeiro caso da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida no Brasil, em 1983, o número de grupos no MHB se encontrava em declínio.

²⁹ Além do discurso médico e religioso, outra compreensão que sustentou a violência contra homossexuais neste período da ditadura militar foi a associação da homossexualidade como parte da conspiração comunista. No rol das ações conservadoras que se colocavam como defensoras da segurança nacional, o combate à homossexualidade era uma forma de defesa contra ameaças ideológicas (Green & Quinalha, 2019). Logo, as violências direcionadas aos sujeitos considerados desviantes não se pautavam mais exclusivamente em critérios morais, pois também passaram a ser percebidas como condutas de preservação do Estado. Tanto as opressões quanto os assassinatos a essa população neste período se tornaram conteúdos publicados no *Lampião da Esquina*, periódico voltado para o público homossexual que surgiu no mesmo ano que o MHB. Ao longo de suas 37 edições, a violência foi o assunto mais destacado no jornal (Brito, 2016).

Dos vinte existentes em 1981, no auge do início do movimento social, esse número havia se reduzido para sete em 1984 (Green, 2000). Conforme aponta Facchini (2005), como o processo de redemocratização trouxe consigo a diminuição do controle opressor, os grupos cujas agendas eram exclusivamente antiautoritárias perderam a sua proposta e se desfizeram. A autora também relata o impacto que o fechamento do jornal *Lampião da Esquina*, em 1981, trouxe para a militância, sobretudo a de outros estados fora do eixo Rio-São Paulo, pois eram os conteúdos desse periódico que pautavam as reuniões e atividades desses grupos. Mas ao passo que muitos coletivos encerraram suas atividades neste período, outros surgiram e se destacaram, como o Grupo Gay da Bahia (GGB) e o Triângulo Rosa, cujas atividades estavam amplamente voltadas para as causas homossexuais.

Criado em 1981, o GGB talvez tenha sido o primeiro grupo do MHB a ser registrado como sociedade civil (Trevisan, 2018). Desde o princípio coordenado por Luiz Mott, na primeira metade da década de 1980, o GGB articulou uma grande campanha voltada para a retirada do “homossexualismo”, como o termo era utilizado na época, do código de classificação de doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps). De forma aproximada ao que ocorrera nos Estados Unidos na década anterior, quando ativistas homossexuais realizaram protestos em congressos de psiquiatria, o GGB organizou um abaixo assinado que, ao final, contou com a presença de três grandes associações científicas nacionais, 360 parlamentares de diferentes ambientes legislativos e 16 mil cidadãos. Uma carta foi entregue em mãos para o ministro Jair Soares, do Inamps, e outras encaminhadas para o Conselho Federal de Medicina. Em 1985, o pleito do GGB foi atendido e o homossexualismo, entendido como desvio e transtorno mental, saiu da seção de doenças do Inamps (GGB, 2011). Cinco anos depois, a Organização Mundial da Saúde (OMS), seguindo os passos de vários países como o

Brasil, despatologizou a homossexualidade ao retirá-la na décima edição do Código Internacional de Doenças, o CID-10, no dia 17 de maio de 1990, data que se tornou o Dia Internacional de Combate à LGBTQIA+fobia.

Essa conquista do MHB foi um importante passo para contestar a estigmatização da homossexualidade na sociedade brasileira. Ainda assim, paralelamente a esse êxito, a epidemia de HIV/Aids, pela inexistência de um tratamento que garantisse a sobrevivência dos infectados, tornou-se uma nova ameaça, física e social, sobretudo para o grupo de homens homossexuais. Inicialmente, como a prevalência do contágio ocorrera na comunidade gay, ela acabou por se tornar o principal “grupo de risco”, uma expressão que, posteriormente, foi substituída em políticas públicas de saúde por “contextos de vulnerabilidade”, para evitar rotulações desqualificadoras³⁰. A mediação dos efeitos físicos da Aids e das vias de contágio se tornou um dos grandes contribuidores para a intensificação do preconceito e da discriminação por todo o mundo. Jonathan Mann, então Diretor Fundador do Programa Global de Aids da OMS, em uma declaração oficial em 1987, apontou ser a disseminação do estigma e do preconceito uma terceira epidemia. A primeira seria a disseminação do vírus HIV, sucedida pela epidemia de Aids, que se manifesta após o contágio, em decorrência da imunodeficiência.

A luta pela desmistificação das opressões sociais oriundas do medo e da repulsa causada pela representação social do sujeito “aidético”³¹ foi a principal agenda do MHB durante a segunda onda (Facchini, 2005). A desinformação e o pavor do contágio atravessavam as relações dentro da própria comunidade gay, que se sentia amedrontada

³⁰ Uma vez que o contágio de HIV/Aids foi maior entre os grupos gays, as políticas públicas de saúde se voltaram para a produção de materiais educativos e de prevenção direcionados, sobretudo, para os homens. A continuidade dessa orientação invisibilizou a população lésbica, que permaneceu sem a confecção de materiais concentrado em suas demandas, tanto no que tange o HIV/Aids quanto em relação a outras ISTs. Os efeitos desse apagamento têm sido criticados pelo movimento lésbico (Almeida, 2009).

³¹ Termo pejorativo e discriminatório utilizado para classificar não apenas as pessoas infectadas como também homossexuais assumidos ou sujeitos que apresentassem aparência física similares às imagens que circulavam na mídia de corpos franzinos e debilitados em decorrência do adoecimento pela Aids. Tornou-se um rótulo para incitar abjeção.

diante de todas as informações, verídicas ou não, que circulavam nos ambientes sociais. Essa realidade impactava sobretudo as pessoas infectadas, que se tornavam seres isolados e intocáveis perante a sociedade, uma experiência que o escritor Herbert Daniel descreveu como uma “morte civil” em uma tanatocracia (Daniel & Parker, 2018). Como o número de óbitos crescia vertiginosamente, era necessário lidar com as dores do luto e do sofrimento ético-político decorrentes da forma como a sociedade e o Estado reagiam ao “câncer gay” ou “peste gay”, como era apelidada a doença neste período.

Dentre os atores que se destacaram no movimento social contra o estigma da epidemia está João Antônio Mascarenhas, figura já conhecida no MHB. Ele havia sido um dos fundadores do jornal *Lampião da Esquina*, parceiro de Luiz Mott na ação pela despatologização da homossexualidade e fundador do grupo Triângulo Rosa. Ao longo da segunda metade dos anos 1980, Mascarenhas foi o organizador da campanha para incluir a proibição contra a discriminação motivada pela “orientação sexual”³² na Constituição Federal de 1988. Na ocasião da votação, 461 dos 559 membros da Constituinte se manifestaram, mas apenas 130 aprovaram a proibição da discriminação. De acordo com Mascarenhas (1997), a sua campanha foi alvo de setores conservadores, que se articularam para que o seu pleito não tivesse expressividade.

O resultado da votação evidenciou a influência da moral cristã e conservadora nas decisões do Poder Legislativo nesse período. Mas a negligência estatal com a segurança dessa comunidade não se manifestava apenas no âmbito legislativo. Os assassinatos de dissidências sexuais e de gênero cometidos pela força policial durante a “Operação Tarântula”, ocorrida em São Paulo, em 1987, mostrou que o extermínio dessa população se operava dentro de uma racionalidade punitivista que, aliado ao pânico moral decorrente

³² De acordo com Mascarenhas (1997), é nesse momento que o conceito “orientação sexual” se consolida no lugar de “opção sexual”, por ser o primeiro mais apropriado para descrever a expressão erótica e afetiva não como uma escolha, mas como uma dimensão subjetiva que se constitui ao longo da vida.

da epidemia de HIV/Aids no Brasil, banalizou a perseguição contra os corpos desviantes neste período (Cavalcanti, Barbosa & Bicalho, 2018).

Conforme aponta Green (2000), se havia a crença de que o processo de redemocratização reduziria a necessidade de organização política da população sexo-gênero diversa, o crescimento acelerado de casos de HIV/Aids e das ocorrências de violência motivadas pelo estigma social mostraram que nem sob um regime democrático haveria a preservação dos direitos desses grupos. Logo, foi preciso que representantes do MHB reforçassem o diálogo com o Estado e demais setores da sociedade, principalmente nas pautas da área da saúde.

Em relação à configuração do MHB, o processo de encerramento do período militar e a chegada da epidemia ao Brasil haviam resultado na menor participação de grupos ativistas na primeira metade da década de 1980. Mas essa realidade se transformou no início da década seguinte, quando se observou uma retomada do crescimento dos grupos militantes no país, bem como a reivindicação de maior representatividade por parte de pessoas que não se viam amplamente reconhecidas em um movimento social majoritariamente composto por homens gays.

3ª Onda – A representatividade em movimento

A década de 1990 foi o período no qual a preponderante representação e atuação dos gays no ativismo sexo-gênero diverso foi convocada a dividir espaço com outros grupos identitários, que se encontravam até então invisibilizados. Ao longo desses dez anos, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais reivindicaram a sua representatividade, em contextos que também foram caracterizados pelas mudanças nas siglas de designação do movimento social. De acordo com Facchini (2005), a partir de 1993, o MHB passa a

ser descrito como MGL (Movimento de Gays e Lésbicas). Em 1995, é inserida na sigla a representação travesti (GLT) e, poucos anos depois, por iniciativa do grupo paulistano Corsa (Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor), é incluído o grupo dos bissexuais (GLBT), sendo que a última letra não mais representava tão somente a categoria travestis, mas também a categoria transexual.

Desde a primeira onda, ativistas lésbicas buscavam participação e reconhecimento no MHB. Conforme aponta Fernandes (2018), o SOMOS já existia quando mulheres se aproximaram com o intuito de colaborar com as atividades do grupo. Contudo, rotinas atravessadas por posturas machistas e a ausência de protagonismo fizeram-nas buscar espaço no movimento feminista. Neste espaço, também encontraram resistências devido a não aceitação de suas pautas. Ao longo dos anos 1980, ainda que tenham sido proativas em suas ações, ao final desse período se desarticularam, ao ponto de inexistir um grupo sequer no Brasil. Em 1989, durante um encontro feminista, voltaram a se organizar e, já na primeira metade dos anos 1990, observou-se a retomada de ações e o surgimento de novos grupos, que garantiram a maior representação das mulheres no ativismo da diversidade sexual e a mudança da designação do MHB (Fernandes, 2018).

Assim como ocorrera com as lésbicas, foi por meio de pressões das ativistas que se deu a incorporação das identidades travestis no então MGL. A inserção das travestis ocorreu no período em que o movimento social passou a se organizar em torno de identidades coletivas, não mais restritas à identidade homossexual. É nesse momento em que as categorias identitárias também passaram a se consolidar. Nesse sentido, a noção de “orientação sexual”, apresentada durante a Constituinte, corroborou para que a inclusão das travestis não estivesse associada às homossexualidades como outrora, mas a uma categoria identitária distinta. Conforme aponta Carvalho (2011), ao longo da década de 1990, a organização das travestis se deu por duas vias na cidade do Rio de Janeiro:

seja através do auto agrupamento para responder às ofensivas policiais nos pontos de prostituição, seja por meio do ONGs, sobretudo as que trabalhavam com projetos de prevenção do HIV/Aids.

De acordo com Facchini (2005), as primeiras ONGs/Aids, que contaram com a participação de militantes da primeira onda, surgiram a partir de meados da década de 1980. Contudo, foi nos anos 1990 em que se observou a proliferação de ONGs ligadas exclusivamente ao movimento social sexo-gênero diverso. O formato institucional que viabilizava a obtenção de suporte material para ações da militância não só permitiu a maior participação e interesse de novos atores e atrizes políticos engajados no movimento social, como também o incentivo à prática de construção de projetos, o que intensificou a relação dessas organizações com organismos governamentais e agências de cooperação internacional, sobretudo no campo da saúde, em decorrência do HIV/Aids.

O suporte financeiro propiciou a ampliação e melhoria na infraestrutura do movimento social (Green, 2000). Paralelamente, crescia o interesse empresarial no nicho de mercado sexo-diverso, transformando as fronteiras limitadas do gueto em um território mais vasto e manifesto (França, 2007). Em termos de exposição, as primeiras paradas, que iniciaram na segunda metade da década de 1990, tornaram-se o símbolo da expressividade do movimento por meio da ocupação das ruas. Através dessa visibilidade, as conferências e congressos nacionais GLT desse período já contavam com o patrocínio de empresas importantes (Facchini, 2005). Com o aumento da frequência de encontros, tornava-se viável o debate em torno de um número maior de pautas. Tendo em vista que o campo da saúde estava em evidência, progressivamente, foi possível perceber a maior inserção das discussões em torno da saúde mental. Um exemplo foi o IX Encontro de Gays, Lésbicas e Travestis (EGLT), em 1997, no qual a saúde mental se encontrava em destaque, como um dos cinco eixos temáticos do evento.

Nesse período, o debate no campo da saúde mental de orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes também foi impulsionado a partir da elaboração da Resolução 01/99 do CFP. A atuação de profissionais da psicologia em torno das dissidências sexuais foi normatizada neste documento, que reafirma ser vetado à categoria qualquer ação que atribua a conotação de patologia às homossexualidades, tendo em vista que não há cura para o que não é considerado doença, tampouco reorientação para o que não é entendido como um desvio. Essa publicação, que se tornou o ponto de partida do engajamento do Sistema Conselhos de Psicologia com a agenda da diversidade sexual e de gênero, também foi resultado de denúncias e cobranças realizadas pelo Grupo Gay da Bahia que, na ocasião, estava a par de grupos de “psicólogos cristãos” de várias partes do país, que promoviam tratamentos de “cura” da homossexualidade, respaldados pelo diploma (Aragusuku & Lara, 2019).

Ao considerar os riscos relacionados à lógica de patologização das dissidências sexuais e de gênero, outra conquista no campo da saúde mental foi a Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei 10.216), publicada em 2001. Fruto de um processo de lutas trilhado desde a década de 1970, esse documento implementou um novo modelo de assistência à saúde mental, que deslocava a lógica de tratamento via isolamento social, em instituições asilares, para a comunidade através dos Centros de Atenção Psicossociais. Considerando que a história da comunidade sexo-gênero diversa foi atravessada pelos processos de controle, vigília e exclusão via internação manicomial (Green, 2018), esse dispositivo legal apresentava potencial para ser mais um aliado contra tentativas de opressão direcionadas a essa população. Contudo, conforme apresenta Ferreira, Coelho e Duarte (2018), a falta de capacitação profissional para o devido acolhimento das demandas da comunidade LGBTQIA+ ainda era um empecilho para que esses grupos usufríssem dessa importante política de saúde mental.

No mesmo ano em que foi publicada a Lei da Reforma Psiquiátrica, ocorreu a terceira edição da Conferência Nacional de Saúde Mental (CNSM). Assim como se observara nas duas primeiras edições, realizadas em 1987 e 1992, no relatório final deste encontro não houve menção à população sexo-gênero diversa, uma negligência à história desses grupos, atravessada pelo estigma da patologização e da internação compulsória. Apenas na quarta edição, ocorrida em 2010, o produto final da CNSM contou com inúmeras referências à comunidade LGBTQIA+. Provavelmente, essa mudança está relacionada à ampliação desse movimento social ao longo dos anos 2000.

Se no desfecho da terceira onda já era possível observar a maior promoção do debate em torno da saúde da população sexo-gênero diversa, essa movimentação tornou-se ainda mais presente nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), período de fortalecimento do diálogo e da participação do movimento GLBT, como era denominado na ocasião, com o Estado através de políticas públicas e de programas de governo.

4ª Onda – A busca por colocar a saúde nos eixos

A legitimação do movimento GLBT pelo Estado criou um cenário de ampliação da agenda de direitos a essa população, uma conquista que seria inviável no surgimento do MHB. De acordo com Facchini (2009), ao longo dos anos 2000, assistiu-se a uma especificação nos campos de atuação do ativismo sexo-gênero diverso e a complexificação do sujeito político, compreendendo questões de representatividade e busca por reconhecimento. A partir da maior inserção das demandas LGBTQIA+ na agenda política brasileira, que teve como carro-chefe o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), em 2004, questões relacionadas à promoção dos direitos humano se deram em variadas pautas, dentre elas, a saúde dessa população.

Ao problematizar a pertinência de uma política pública de saúde específica para a população GLBT, Lionço (2008) assinala que um cenário pertinente para a construção de uma política de atenção integral à saúde dessa população apenas seria eficaz a partir de um alargamento do que se compreendia na ocasião por direitos sexuais e reprodutivos, pois a desinformação ocasionava recorrentes práticas de discriminação institucional. Questões como essa foram amplamente debatidas na I Conferência Nacional GLBT, ocorrida em 2008. De acordo com Duarte (2011), das 559 propostas firmadas no relatório final desse evento, 167 estavam relacionadas às áreas de saúde. As discussões presentes nesta conferência, que foi a primeira edição das três que ocorreram até o presente momento, também auxiliaram no delineamento da Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSI-LGBT).

A construção da PNSI-LGBT, instituída em 2011, envolveu não apenas o trabalho do Comitê Técnico de Saúde da População GLBT. Com o intuito de legitimar a participação do movimento social e a expressão das especificidades da comunidade sexo-gênero diversa em relação à saúde, essa Política também foi submetida a uma consulta pública. Dentre as particularidades de ações e serviços destacados no PNSI-LGBT, a promoção da saúde mental se pronunciou como uma necessidade a ser atendida, sobretudo entre determinadas categorias, ao fazer menção, por exemplo, à depressão, às crises de ansiedade e de pânico, bem como às práticas de automutilação e ao comportamento suicida entre a população trans* (Brasil, 2012).

No Artigo 2º do PNSI-LGBT, no qual se encontram os objetivos específicos, o inciso XX discorre sobre a finalidade de “reduzir os problemas relacionados à saúde mental, drogadição, alcoolismo, depressão e suicídio entre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, atuando na prevenção, promoção e recuperação da saúde” (Brasil, 2012, p. 21). Embora esse seja o único inciso a fazer menção direta à saúde mental, é

possível identificar outros que estão alinhados a uma perspectiva de cuidado psíquico, como os que incluem as ações de promoção da autoestima dessa população.

A fim de alcançar todos os objetivos específicos apresentados, seria preciso a formação de profissionais e equipes de saúde aptos para o atendimento das especificidades desse público. Nesse sentido, um dos quatro eixos da PNSI-LGBT é a educação permanente e a educação popular em saúde com foco na população LGBTQIA+. Idealmente, a implementação dessa política em uma perspectiva longitudinal demandaria que o ensino sobre a diversidade sexual e de gênero estivesse presente desde a Educação Básica. Contudo, se no início da década de 2010 foi possível observar conquistas na área da saúde LGBTQIA+, o mesmo não ocorreu no âmbito da educação, pois esta se tornou o grande campo de disputa entre o movimento social LGBTQIA+ e os setores conservadores da sociedade, sobretudo entre os fundamentalistas religiosos.

A presença do discurso religioso na política brasileira não é um fenômeno recente, ainda assim, na última década, testemunhou-se um acentuado crescimento de lideranças evangélicas neopentecostais no Poder Legislativo, todos em partidos de direita, disputando a aprovação de pautas progressistas através de discursos que suscitam o pânico moral. Durante o primeiro governo de Dilma Rousseff, já era notória a influência que os setores conservadores e evangélicos do Congresso Nacional mantinham sobre determinadas decisões do Planalto. Um caso emblemático foi o veto da presidenta em relação à distribuição do material educativo anti-homofobia, estrategicamente apelidado pelos setores conservadores de “kit-gay”, em 2011 (Facchini & Rodrigues, 2017).

Desde então, a bancada religiosa tem ocupado mais espaço no Poder Legislativo, colaborando com o trâmite de pautas antidemocráticas, como o Estatuto da Família (PL 6583/2013), que visa restringir a sua definição como uma união exclusivamente composta

por um homem e uma mulher. Outro projeto polêmico, cuja aprovação no Congresso foi celebrada por parlamentares fundamentalistas, foi a Nova Lei Antidrogas³³ (PCL 37/2013), que também se tornou apelidada como a Lei Rouanet das Clínicas. Uma de suas medidas presume a dedução de até 30% de imposto para as comunidades terapêuticas, instituições de atendimento para a dependência do álcool e outras drogas, muitas delas propriedades de entidades religiosas e de políticos. Suas instalações são verdadeiras réplicas contemporâneas dos manicômios do século XX.

Em 2017, foi realizada uma inspeção nacional em comunidades terapêuticas, através da parceria entre o Ministério Público Federal e o CFP. Nessa ação, foram observadas inúmeras práticas de violação de direitos, incluindo a repressão contra sexualidades dissidentes, com tentativas de tratamento de reversão da orientação sexual, associando-as ao “pecado”. A partir dos relatos compartilhados no documento, nota-se que essas instituições, por apresentarem caráter religioso e conservador, têm sido utilizadas como locais de “tratamento” de jovens LGBTQIA+ que não são aceitos por suas famílias. Tendo em vista a ilegalidade dessas práticas e a necessidade das correntes conservadoras em respaldar suas atuações contra a liberdade sexual, neste mesmo ano, a Resolução 01/99 foi novamente alvo da ofensiva do fundamentalismo religiosos, o que exigiu pronta resposta do CFP

Desde a sua criação, a Resolução 01/99 foi a normativa mais atacada na história do CFP, mas também a que mais mobilizou movimentos sociais e demais grupos em sua defesa (Aragusuku & Lara). Em 2017, uma Ação Popular perpetrada por um grupo de profissionais da psicologia, que visava a supressão dos efeitos da Resolução 01/99 foi deferida por um juiz do Distrito Federal. Após a divulgação da decisão preliminar do magistrado, a reação do movimento LGBTQIA+ se deu através de protestos e

³³ Lei Nº 13.840/19.

manifestações em diversas cidades do país e na virtualidade. O CFP ingressou com uma reclamação constitucional no STF, solicitando a extinção dessa ação civil. Em 2020, a ministra Cármen Lúcia reafirmou a integralidade da Resolução 01/99 através do arquivamento da Ação Popular.

A articulação do Sistema Conselhos de Psicologia com o movimento LGBTQIA+ tem lhe possibilitado atuar como importante porta-voz institucional e apoiador do ativismo sexo-gênero diverso nos últimos anos. Em 2015, o CFP relançou o site da *Despatologização das Identidades Trans* e se estabeleceu como aliado dessa pauta, em uma campanha que havia se intensificado nos anos 2010. E ainda que se encontrasse em meio aos ataques do conservadorismo contra a Resolução 01/99, em janeiro de 2018, no mês em que se celebra o Dia da Visibilidade Trans, o CFP publicou a Resolução 01/18 com normas de atuação aos profissionais da psicologia em relação às pessoas transexuais e travestis. A partir daí, tornou-se proibido a qualquer profissional da categoria exercer quaisquer ações que favoreçam a patologização de pessoas transexuais e travestis ou que corroborem com o discurso transfóbico. No mesmo ano, foi publicada a décima primeira edição do Código Internacional de Doenças (CID-11), na qual a OMS oficialmente retirou de sua classificação o “transtorno de identidade de gênero”, que considerava a não identificação com o gênero designado no nascimento uma condição patológica.

A despatologização das identidades trans* é resultado de um intenso trabalho de articulação de ações entre diferentes espaços do ativismo trans*, cujas lutas também resultaram na aprovação do STF pela possibilidade de alteração do prenome no registro civil e de sua classificação de gênero, sem que haja exigência alguma para isso³⁴. A conquista pela liberdade da autodeterminação também tem repercutido na realidade de pessoas trans não-binárias e demais sujeitos que não se identificam com o gênero que lhes

³⁴ Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275 e Recurso Extraordinário (RE) 670422.

foi designado ou entre as pessoas que não atribuem para si uma identidade de gênero por terem a predileção pela indeterminação identitária. São novas formas de expressão da corporeidade e do desejo entre sujeitos que costumam se situar a partir das epistemologias queer, pós-identitárias, pós-coloniais e descoloniais (Colling, 2015).

As recentes perspectivas que tecem críticas à fixidez das políticas identitárias geram tensões ao se antagonizarem com as antigas gerações da militância, que pautaram as suas lutas a partir do reconhecimento e da legitimação de suas identidades. Nesse sentido, Facchini e Rodrigues (2017) contextualizam a quarta onda como um período de lutas classificatórias e de muitos impasses no interior do movimento. De fato, há muitas discordâncias entre as formas de condução da militância, provavelmente também em decorrência de sua pluralidade: ativistas que realizam seus trabalhos em ONGs; militantes ligados a partidos políticos ou que se tornaram agentes políticos; sujeitos que preferem conduzir as suas lutas distanciados de espaços de poder, o que incluiria o ambiente acadêmico, devido à produção de discursos inacessíveis para a população leiga; os coletivos universitários enquanto primeiros espaços de pertencimento presencial; o ativismo digital e a articulação de ações e de posicionamentos através das redes sociais; o ativismo através da arte, também conhecido por artivismo, dentre inúmeras outras vias de realização da militância na atualidade.

A despeito dos desafios para delinear a complexa rede de participantes e de suas ações no movimento LGBTQIA+ contemporâneo, alguns entendimentos têm se mostrado mais uniformes entre os diversos grupos do ativismo sexo-gênero diverso. A noção de que a trajetória desse movimento social foi marcada por atuações androcêntricas e que, neste momento, ao se considerar as potencialidades e as vulnerabilidades da população LGBTQIA+, é preciso sempre ter em conta os marcadores sociais da diferença, tais como a raça, a etnia e a classe social. Além disso, sabe-se que, no que tange aos aspectos de

gênero e diversidade sexual, quanto mais uma pessoa desobedecer os padrões heterocisnormativos, mais estará sujeita a experimentar o sofrimento ético-político, ao sofrer as ofensivas “reparadoras” nos mais diversos espaços de socialização.

5ª Onda – Quando a trilha do arco-íris atravessa um atoleiro: a saúde mental em uma perspectiva de sobrevivência

No mesmo ano em que o movimento LGBTQIA+ brasileiro completou quatro décadas de existência, foi eleito para a presidência do país um candidato declaradamente LGBTQIA+fóbico, cuja candidatura havia recebido apoio massivo de setores conservadores e religiosos da política e da sociedade (Almeida, 2019). Em uma campanha que foi atravessada por *fake news*³⁵ e desinformações que circularam nas redes sociais, muito de seus novos apoiadores foram arrebanhados através da ansiedade moral. Dentre as notícias fraudulentas que circularam na virtualidade com o propósito de desmoralizar a concorrência estava o vídeo no qual um homem, com um artefato erótico na mão, afirmava que o PT havia determinado a distribuição de mamadeiras com bicos em formato de pênis em escolas e creches. De acordo com a filmagem, esse fornecimento seria um projeto de combate à homofobia promovido pelo partido petista (Mello, 2020).

Além da reforçar a calúnia que associa a defesa contra a discriminação de dissidências sexuais à erotização infantil, a repercussão desse vídeo auxiliou na criação da imagem do candidato Jair Messias Bolsonaro como símbolo da moralidade religiosa. Ao se colocar reiteradas vezes como defensor da família tradicional brasileira, em uma concepção heterocisnormativa, suas falas públicas têm buscado criar ameaças sociais

³⁵ De acordo com Braga (2018), *fake news* são notícias sabidamente falsas, disseminadas por qualquer meio de comunicação, com o intuito de atrair a atenção para desinformar ou obter vantagem política ou econômica.

através da detração de quaisquer posicionamentos favoráveis a defesa de direitos humanos. Conseqüentemente, foi observado um aumento de violências contra pessoas LGBTQIA+ em períodos pré e pós-eleitorais (Bulgarelli et al., 2019). Além disso, com o receio da reversão de direitos civis já conquistados, logo após a eleição de Bolsonaro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou um aumento de 360% no número de casamentos entre pessoas do mesmo gênero (Garcia, 2018).

Nota-se, portanto, que a possível chegada de Bolsonaro à presidência representou uma grande ameaça e instabilidade para a comunidade sexo-gênero diversa. No primeiro ano de sua gestão, mesmo que parte do movimento LGBTQIA+ tenha celebrado a decisão do STF pela criminalização da LGBTQIA+fobia³⁶ (Barifouse, 2019), é sabido que mudanças na jurisdição nem sempre estão alinhadas às transformações culturais e sociais. Por isso, é através da mobilização de valores e da cruzada moral que a gestão de Bolsonaro também tem mantido os seus adeptos.

Desde o início de seu governo, as ofensivas de Bolsonaro e de sua polêmica equipe ministerial contra a população LGBTQIA+ têm se direcionado para as áreas da educação, da cultura e dos direitos humanos. Persistem as pautas de mobilização moral através do uso estratégico do sintagma “ideologia de gênero” nos espaços educacionais. Foi com similar justificativa de evitar a doutrinação de gênero que o presidente barrou o financiamento de filmes de temáticas LGBTQIA+ pela Agência Nacional de Cinema (Ancine). Além disso, o governo bolsonarista extinguiu centenas de conselhos sociais com participação popular, dentre eles, os que representam a população em situação de rua, indígenas e LGBTQIA+. E ainda que essas medidas sejam ataques diretos às dissidências sexuais e de gênero, é através da precarização dos direitos sociais que essa população tem sido mais atingida.

³⁶ O segmento abolicionista penal do movimento LGBTI+ discorda veementemente da cultura punitivista no sistema judiciário brasileiro.

Tendo em vista que muitas pessoas LGBTQIA+, sobretudo a população trans*, têm a biografia marcada por experiências como a expulsão de casa, a ausência de apoio familiar, a evasão escolar e dificuldade de obtenção de financiamento educacional, além da escassa contratação no mercado de trabalho, tais existências se tornam ainda mais vulnerabilizadas diante do desinvestimento nas áreas de direitos sociais. Esse sofrimento ético-político conhecido por muitos sujeitos LGBTQIA+, resultante de difusos processos de não reconhecimento e de invisibilização, tem se tornado ainda mais acentuado no contexto da pandemia do novo coronavírus. Ao longo desse período, a pauta de saúde mental tem se destacado em decorrência do abalo psíquico do isolamento social e dos processos de luto, uma vez que o Brasil tem se mantido como o país com o maior número de óbitos.

A partir de ampla pesquisa realizada pelos coletivos #VoteLGBT e Box1824 chamada *Diagnóstico LGBT+ na Pandemia*, verificou-se que, dos três maiores impactos provocados pelo cenário pandêmico, a saúde mental está em primeiro lugar, seguido pelo afastamento da rede de apoio e pela falta de fonte de renda. Se o isolamento social aumentou o convívio com parentes potencialmente violentos e LGBTQIA+fóbicos e impediu a fruição dos espaços públicos, nos quais costumam se localizar os ambientes de pertencimento dessa população, o período da pandemia se tornou ainda mais penoso. Os efeitos desse cenário têm sido a agudização do sofrimento psíquico de um grupo que, devido a contextos vulnerabilizadores, apresenta elevados índices de comportamento suicida (Baére, 2018). E quando o Estado negligencia essa realidade, o cuidado com a saúde mental, em muitos casos, é a principal via de manutenção da sobrevivência.

Em relação ao ativismo LGBTQIA+, na impossibilidade do encontro presencial e da aliança dos corpos na ocupação das ruas (Butler, 2018), a virtualidade transformou-se no principal espaço social, sendo o local das *lives*, dos encontros e das articulações do

movimento social. Ante essa conjuntura, sobram indagações. Como é possível lidar com a banalização da morte por parte da sociedade brasileira, que reflete o posicionamento necropolítico do governo Bolsonaro? Quais serão os impactos deste período histórico no movimento LGBTQIA+ e como ele tem respondido a essas ofensivas? Como serão as futuras lutas, quando se testemunha a emergência da extrema-direita conservadora em várias regiões do mundo, o que inclui no Brasil?

Esta quinta onda é uma proposta inacabada, tendo em vista que o cenário atual do país se encontra em grave transformação durante a gestão bolsonarista. A partir da observação da precarização de diversos direitos sociais, além da tragédia ambiental de alcance planetário em andamento, em algum momento, é provável que o movimento LGBTQIA+ e as demais organizações sociais tenham que se unir em prol de mudanças radicais no cenário político, econômico e social do Brasil. De todo modo, nesta onda, situa-se a predileção pela abertura promovida pelas perguntas, pois não há respostas rápidas e conclusivas para o que se observa no agora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou contextualizar o campo da saúde mental ao longo das quatro décadas da história do movimento LGBTQIA+. Essa contextualização se baseou na periodização composta por ondas, a partir dos modelos apresentados nas obras de Facchini (2005) e Facchini e Rodrigues (2017). Tomando como apoio o conceito de sofrimento ético-político (Sawaia, 2001) foi possível delinear especificidades em cada um dos períodos analisados e evidenciar como o tema da saúde mental sempre esteve presente na trajetória do movimento sexo-gênero diverso, contudo, foi se pavimentando e se ampliado à medida que novos direitos e garantias foram conquistados entre as diversas categorias que compõem o movimento social.

Logo, constata-se que, num primeiro momento, a saúde mental se encontra mais próxima da noção de sofrimento ético-político pela perspectiva da patologização e do estigma social. Contudo, ao longo das ondas, avizinha-se da concepção de bem-viver, mas não de maneira equânime. Isso porque há um descompasso na visibilidade e no reconhecimento social dos grupos que compõe o movimento LGBTQIA+, tendo em conta os demais marcadores sociais que também se interseccionam com a diversidade sexual e de gênero.

Na primeira onda, como ainda era necessário reconhecer a liberdade sexual como uma pauta política em um cenário ditatorial, o campo da saúde mental, envolvendo o sofrimento psíquico da população sexo-gênero diversa, permaneceu em segundo plano. Na segunda onda, momento em que a agenda antiautoritária da militância deu lugar aos assuntos concernentes às causas homossexuais, foi possível direcionar as ações para a despatologização das homossexualidades e lutar contra o estigma provocado pela epidemia de HIV/Aids. Embora questões específicas em torno da promoção da saúde mental não tenham se manifestado, a luta pela não atribuição de doença mental às heterodissidências e pelo fim das recriminações provocadas pelo pânico moral do contágio podem ser consideradas elementos que se relacionam com a saúde mental.

A inserção das novas categorias identitárias e a presença da saúde mental como pauta de cuidado a partir do aumento do diálogo entre movimento social, sociedade e Estado fazem parte da terceira onda e se intensificam ainda mais na seguinte. Na quarta onda, as políticas públicas voltadas para a população LGBTQIA+ passam a fazer parte da agenda governamental. A saúde mental se estabelece como um dos objetivos da Política Nacional de Saúde Integral LGBT e as altas instâncias do Poder Judiciário tornam-se aliadas na garantia de direitos a essa população. Em 2018, ocorre a despatologização das identidades trans* e o aumento do debate em torno da saúde mental

da comunidade LGBTQIA+. Contudo, com a eleição de um governo de extrema-direita, representado por um presidente declaradamente LGBTQIA+fóbico, as ofensivas direcionadas à população sexo-gênero diversa e a precarização de direitos sociais, sobretudo no cenário de pandemia em 2020, tem transformado campo da saúde mental da população LGBTQIA+ em uma pauta indispensável, haja vista a denúncia de sofrimento psíquico por parte desses grupos e dos casos de suicídio entre as dissidências sexuais e de gênero.

O presente texto buscou apresentar mais um elemento para a produção de memórias do movimento LGBTQIA+ brasileiro, dentro de um espaço no qual se manifesta uma disputa de narrativas. Cabe ressaltar que, por ser um tema de vasta amplitude teórica, torna-se impraticável a descrição minuciosa e detalhada de todos os aspectos relacionados à saúde mental em espaço de um artigo. Ainda assim, em meio a um período permeado por tentativas de revisionismo histórico, torna-se essencial a produção teórica neste campo de conhecimento.

REFERÊNCIAS

#VoteLGBT & Box1824 (2020). *Diagnóstico LGBT+ na Pandemia*. Retirado de:

<https://medium.com/@box1824/diagn%C3%B3stico-lgbt-na-pandemia-b71c41ca58c6> 13/08/2020

Almeida, G. (2009). Argumentos em torno da possibilidade de infecção por DST e Aids entre mulheres que se autodefinem como lésbicas. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 19(2), 301-331.

- Almeida, R. (2019). Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos estudos CEBRAP*, 38(1), 185-213. [http://dx.doi.org / 10.25091/S01013300201900010010](http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201900010010)
- Almeida Filho, N., Coelho, M. T. Á., & Peres, M. F. T. (1999). O conceito de saúde mental. *Revista USP*, (43), 100-125.
- Aragusuku, H. A., & Lara, M. F. A. (2019). Uma Análise Histórica da Resolução nº 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia: 20 Anos de Resistência à Patologização da Homossexualidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(n.spe 3.), e228652, 6-20. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228652>
- Baére, F. (2018). A Mortífera Normatividade: O silenciamento das dissidências sexuais e de gênero suicidadas. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 2(1). 10.31560/2595-3206.2019.5.9935
- Barifouse, R. (2019, 13 de junho). STF aprova criminalização da homofobia. *BBC News Brasil*. Retirado de: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924> 13/08/2020
- Braga, R. M. C. (2018). A indústria das fake news e o discurso de ódio. In: PEREIRA, Rodolfo Viana (Org.). *Direitos políticos, liberdade de expressão e discurso de ódio: volume I* (pp. 203-220), Belo Horizonte: Instituto para o Desenvolvimento Democrático.
- Brasil (2012). *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brito, A. M. C. (2016). *O lampião da esquina: uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1978-1981)* [Dissertação de Mestrado: Universidade de

- Brasília]. Repositório Institucional UnB.
<https://repositorio.unb.br/handle/10482/21357>
- Bulgarelli, L. et al. (2019). *Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral*. São Paulo: Gênero e Número.
- Butler, J. (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Carvalho, M. F. L. (2011). *Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. [Dissertação Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFRJ.
<https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/4054>
- Cavalcanti, C., Barbosa, R. B., & Bicalho, P. P. G. (2018). Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pós-redemocratização. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(spe2), 175-191.
- Clemente, A., & Malinverni, C. (2020). Do corpo do sodomita à resistência pública do prazer: um itinerário para o estudo da pegação masculina nas cidades. *RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 14(1), 212-224.
- Colling, L. (2015). *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: EDUFBA.
- Conselho Federal de Psicologia (2018). *Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas – 2017*. Brasília: CFP.
- Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal (2020). *Acolhimento às pessoas LGBTQI+ nos serviços de saúde: orientações voltadas para psicólogas, psicólogos e demais profissionais da área*. Brasília: CRP-DF.

- Daniel, H., & Parker, R. (2018). *Aids: a terceira epidemia. 2*. Rio de Janeiro: ABIA.
- Diener, E., Suh, E. M., Lucas, R. E., & Smith, H. L. (1999). Subjective well-being: Three decades of progress. *Psychological bulletin*, 125(2), 276-302.
- Duarte, M. J. O. (2011). Diversidade sexual e Política Nacional de Saúde Mental: contribuições pertinentes dos sujeitos insistentes. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, 9(28), 83-102.
- Facchini, R. (2005). “*Sopa de Letrinhas*”? – Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond.
- Facchini, R. (2009). Entre compassos e descompassos: um olhar para o " campo " e para a " arena " do movimento LGBT brasileiro. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 3(04), 131-158.
- Facchini, R., & Rodrigues, J. (2017), “Que onda é essa?”: “guerras culturais” e movimento LGBT no cenário brasileiro contemporâneo. In F. V. Machado, F. Barnat & R. Mattos (Orgs.). *A diversidade e a livre expressão sexual entre as ruas e as políticas públicas* (pp. 35-60). Porto Alegre, Editora Rede Unida.
- Facchini, R. (2020). De homossexuais a LGBTQIAP+: sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos. In: Facchini, R.; França, I. L. (Orgs.). *Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo* (pp. 31-69). Campinas: Editora da Unicamp, 2020.
- Fernandes, M. (2018). Ações lésbicas. In: J. Green, R. Quinalha, M. Caetano, & M. Fernandes (2018). *História do Movimento LGBT no Brasil* (pp. 91-120). São Paulo: Alameda.

- Ferreira, L. D. C. M., de Oliveira Coelho, M., & de Oliveira Duarte, M. J. (2018). Diversidade Sexual e de Gênero na Saúde Mental: Aproximações e experiências no campo da pesquisa. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 2(1).
- Foucault, M. (2015). *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. 2. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- França, I. L. (2007). Identidades coletivas, consumo e política: a aproximação entre mercado GLS e movimento GLBT em São Paulo. *Horizontes Antropológicos*, 13(28), 289-311.
- Garcia, D. (2018, 4 de dezembro). Casamentos entre pessoas do mesmo sexo saltam 360% após eleição de Bolsonaro, diz IBGE. *Folha de São Paulo*. Retirado de: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/12/casamentos-entre-pessoas-do-mesmo-sexo-saltam-360-apos-eleicao-de-bolsonaro-diz-ibge.shtml> 05/08/2020
- Green, J. N. (2000). “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. *Cadernos Pagu*, (15), 271-295.
- Green, J. N. (2019). *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. 2. São Paulo: Editora Unesp.
- Green, J. N., & Quinalha, R. H. (2019). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. 3. São Paulo: EdUFSCar.
- Green, J., Quinalha, R., Caetano, M., & Fernandes, M. (2018). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda.
- Lionço, T. (2008). Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. *Saúde e sociedade*, 17, 11-21.

Internacional Lesbian, Gay, Bissexual, Trans and Intersex Association (2017). *Maps – sexual orientation laws*. Retirado de: <https://ilga.org/maps-sexual-orientation-laws> 05 de julho de 2020.

Mann, J. M & WHO Special Programme on AIDS. (1987). *Statement at an informal briefing on AIDS to the 42nd session of the United Nations General Assembly*. Genebra: World Health Organization. Retirado de: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/61546>

Mascarenhas, J. A. S. (1997). *A tríplice conexão: Machismo, conservadorismo político e falso moralismo, um ativista guei versus noventa e seis parlamentares*. Rio de Janeiro: 2AB Editora.

Mello, P. C. (2020). *A máquina do ódio: Notas de uma repórter sobre fake news e violência digital*. São Paulo: Companhia das Letras.

Ministério da Saúde - MS. (1987). I Conferência Nacional de Saúde Mental.

Recuperado de:

https://drive.google.com/file/d/1MDDoWccHu3DbTPA6pDlzpU_1-gW4cbrv/view 15/08/2020

Ministério da Saúde - MS. (1992). II Conferência Nacional de Saúde Mental.

Recuperado de:

<https://drive.google.com/file/d/12kFywvliwGRRLOOUT67cxatoCkhLoVKT/view> 15/08/2020

Ministério da Saúde - MS. (2001). III Conferência Nacional de Saúde Mental.

Recuperado de:

<https://drive.google.com/file/d/10gAfIO6FI4igb6ksOtgBfizcWAMgmg01/view> 15/08/2020

Ministério da Saúde - MS. (2010). IV Conferência Nacional de Saúde Mental.

Recuperado de:

<https://drive.google.com/file/d/1G7WJMMe9z1xZITUM9NP0h07q-ht2J414/view> 15/08/2020

Paoliello, G. (2013). A despatologização da homossexualidade. In: A. Quinet & M. A. Coutinho Jorge (orgs.). *As Homossexualidades na Psicanálise: na história de sua despatologização* (pp 29-46). São Paulo: Segmento Farma.

Plant, R. (2011). *The pink triangle: the Nazi war against homosexuals*. New York: Holt.

Sawaia, B. B. (2001). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. B. Sawaia (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 97-118). 2. Petrópolis: Editora Vozes.

Simões, J., & Facchini, R. (2009). *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Tenório, F. (2002). A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceitos. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 9(1), 25-59.

Trevisan, J. S. (2018). *Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4. Rio de Janeiro: Objetiva.

World Health Organization (2007). *Strengthening mental health promotion*. Geneva,

World Health Organization (Fact sheet, No. 220). Retirado de:

<https://mindyourmindproject.org/wp-content/uploads/2014/11/WHO-Statement-on-Mental-Health-Promotion.pdf>

ARTIGO 02

**TRAJETÓRIAS DE LÉSBICAS E GAYS NA MILITÂNCIA:
REPRESENTATIVIDADES GENDRADAS QUE IMPACTAM O BEM-ESTAR E
A SAÚDE MENTAL**

Resumo

Desde a fase inaugural do movimento LGBTQIA+, quando ainda era composto apenas pela militância homossexual, tem sido observado que as diferentes trajetórias de ativistas lésbicas e gays são marcadas por tensões e divergências entre ambos. Com o intuito de compreender como esses dois sujeitos políticos entendem o modo pelo qual as suas representatividades e ocupações no movimento social repercutem em seu bem-estar e na sua saúde mental, o presente trabalho teve como escopo analisar qualitativamente as vivências pessoais e a trajetória na militância de ativistas lésbicas e gays. Para essa finalidade, foram entrevistados quatro homens gays e quatro mulheres lésbicas, de diferentes faixas etárias, conhecidos pelos seus percursos na militância. Através da análise de conteúdo, foram produzidas três categorias: “Sofrimentos relacionados à representatividade no movimento social; “O ativismo virtual e a personificação da militância” e “Estratégias de autocuidado”. Ao final, verificou-se que a maneira através da qual o gênero influencia a representatividade de lésbicas e gays no movimento ocasiona sofrimentos psíquicos distintos em ambos os grupos: gays parecem sofrer pelo ônus da projeção e do reconhecimento na representatividade; enquanto lésbicas sofrem pelo apagamento e não reconhecimento de seus trabalhos e lutas. Além disso, foi assinalado que a relação com a militância requer estratégias de autocuidado, a fim de atenuar os efeitos da sobrecarga e dos percalços no cotidiano do ativismo.

Palavras-chave: Movimento LGBTQIA+; Ativismo lésbico; Ativismo gay; Saúde mental. Gênero

Em sua formação, nos anos finais da década de 1970, a configuração do movimento LGBTQIA+ se mostrava bastante distinta da atual. Estabelecido como Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), uma denominação que perdurou até os anos 1990, ainda não havia a pluralidade de sujeitos políticos que têm feito deste movimento social um espaço dinâmico e complexo. A homossexualidade, até então, era um conceito que albergava todas as orientações sexuais e identidades de gênero não-normativas. Ainda assim, não se observava a ampla inserção do que hoje se conhece por pessoas trans* na

fase preambular do MHB. Com predominância da militância gay, esse espaço inicial foi compartilhado com o ativismo lésbico, em uma convivência por vezes desarmoniosa e divergente (Fernandes, 2018; Trevisan, 2018).

Ao longo da ditadura civil-militar no Brasil, período do surgimento do MHB, o movimento lésbico brasileiro esteve isolado politicamente pela esquerda, pelo movimento homossexual e pelo movimento feminista (Oliveira, 2017). No que concerne às correntes de esquerda, as pautas que envolviam a luta por direitos homossexuais eram encaradas como causas menores, pois a esquerda brasileira considerava a homossexualidade um “vício burguês” (Green, 2000). Em relação ao movimento homossexual, são reiterados os relatos de posicionamentos machistas e posturas misóginas dos gays direcionados às ativistas lesbianas. No cotidiano do Grupo de Afirmação Homossexual de São Paulo (SOMOS)³⁷ que, assim como o jornal *Lampião da Esquina*, é o marco referencial do surgimento MHB, as lésbicas tinham a sua participação tolhida pelos gays e, quando ouvidas, precisavam otimizar essa oportunidade para se queixarem de seu constante silenciamento (Fernandes, 2018).

Diante da hierarquização presente no SOMOS, parte das lésbicas deliberaram pela criação de um subgrupo, no qual os seus posicionamentos políticos teriam maior autonomia em relação à centralização dos gays. Desse modo, surgiu o Grupo Lésbico Feminista (LF), que se tornou um espaço de mulheres plurais, de diferentes raças, etnias, escolaridades e classes sociais. O LF teve como propósito atuar no acolhimento e na afirmação da identidade lésbica no SOMOS. Em suas reuniões, eram promovidos debates sobre a necessidade de se combater a reprodução de papéis de gênero estereotipados, bem como discussões acerca do machismo e de como as relações amorosas são vias de opressão para as mulheres (Fernandes, 2018). Além disso, ao considerar os impasses

³⁷ No início do MHB, ainda na década de 1970, a concentração das participações se encontrava restrita ao eixo Rio de Janeiro-São Paulo.

advindos do comportamento dos ativistas gays no SOMOS, outro objetivo do LF era criar alianças com movimentos feministas, o que também se mostrou uma tarefa desafiadora.

Conforme observaram Soares e Costa (2011), via de regra, os movimentos feministas nunca assumiram a lesbianidade como prioridade, tanto na produção teórica quanto na agenda política. No período em que o LF buscou se aproximar dos coletivos feministas, havia muitas pressões por parte de movimentos da esquerda e correntes ligadas à Igreja Católica contra a ditadura, para que os feminismos invisibilizassem questões lesbianas. Para além das exigências políticas deste momento histórico, a tendência do movimento feminista foi ignorar a necessidade de viabilizar a desconstrução da heteronormatividade em suas ações e posicionamentos (Soares & Costa, 2011). Diante deste panorama, parte das lésbicas vinculadas ao LF se organizaram para fundar o Grupo de Afirmação Lésbico Feminista (GALF), em uma nova formação marcada por divisões internas (Bacci, 2016). O GALF foi a organização lésbica de maior expressividade ao longo da década de 1980, justamente no intervalo em que se deu a chegada da epidemia de HIV/Aids no Brasil (Fernandes, 2018; Lessa, 2008).

Os efeitos colaterais do HIV/Aids em uma cultura moralista como a brasileira foram dramáticos para a comunidade gay. Inicialmente, como a epidemia se alastrou entre homens homossexuais e mulheres trans, esses grupos se tornaram alvos de uma estigmatização ainda mais acentuada, que também repercutiu no movimento social. De acordo com Facchini (2005), ao longo da década de 1980, observou-se acentuada reconfiguração no MHB. O número de coletivos e organizações reduziu mais da metade e os remanescentes precisaram modificar as suas agendas de ações. Se outrora a prioridade era as discussões acerca da politização das homossexualidades, nesse momento, as energias estiveram voltadas para o combate ao preconceito e às

desinformações sobre a doença, que resultavam na moralização da doença e na ausência de acolhimento e cuidado dos sujeitos contaminados (Daniel & Parker, 2018).

A solidão e o isolamento não eram as únicas adversidades enfrentadas pela comunidade gay neste momento. Outra consequência da epidemia foi o acirramento das violências físicas e dos discursos de ódio direcionados contra a população sexo-gênero diversa. Não se tratava de uma realidade criada pela Aids, haja vista as violências sociomorais presentes no cotidiano de dissidências sexuais e de gênero ao longo da ditadura civil-militar, que teve como destaque a “Operação Limpeza”, comandada pelo delegado José Wilson Richetti (Green & Quinalha, 2019). Ainda assim, a gestão conservadora dos discursos acerca da epidemia criou condições para legitimar a exacerbação das hostilidades contra os sujeitos considerados “grupos de risco” (Barata, 2006). Havia uma racionalidade punitivista, como se a epidemia fosse uma via de purificação da devassidão e o combate aos “portadores” e “disseminadores” do vírus um dever social em prol da saúde pública (Trevisan, 2018; Cavalcanti, Barbosa & Bicalho, 2018). Nesse contexto de luta contra a proliferação dos preconceitos durante a década de 1980, os movimentos gays em atividade buscaram amortecer os impactos dos estigmas oriundos da epidemia através de ações contra a despatologização das homossexualidades (Rodrigues, 2018) e por meio das tentativas de inserção da proibição contra as violências a dissidências sexuais na Constituição de 1988 (Mascarenhas, 1997).

Ao passo que os ativistas gays se voltaram com ênfase para as causas relacionadas à epidemia de HIV/Aids no decorrer dos anos 1980, as ativistas lésbicas ainda estavam em busca de consolidar a sua identidade coletiva. Naquele momento, diante das tensões observadas nos grupos mistos do MHB e no movimento feminista, o GALF, que se tornara o grupo lésbico de referência neste período, buscou maior autonomia em sua agenda de ações, para não se manter eclipsado pelas pautas de movimentos

heterofeministas e dos ativistas gays. Com o intuito de incentivar a visibilidade e a representatividade lésbica, o GALF elaborou o boletim Chanacomchana³⁸, que circulou entre 1981 e 1987 (Martins, Caetano, Braga & Silva Junior, 2020). Em 1983, foi devido à proibição da distribuição do Chanacomchana no Ferro's Bar, na capital paulistana, que ativistas lésbicas organizaram uma manifestação, no dia 19 de agosto, data em que se comemora, desde 2003, o Dia Nacional do Orgulho Lésbico³⁹. De todo modo, embora tenham buscado uma organização própria, a militância lésbica não teve a mesma expressividade em comparação aos gays no MHB, tampouco ampliou o seu espaço nos encontros feministas durante os anos 1980 (Martinho, 2017). O tímido crescimento dos grupos lésbicos apenas aconteceu na década seguinte, quando o MHB foi compelido a expandir a sua composição (Simões & Facchini, 2008).

Ao longo dos anos 1990, houve a reconfiguração do MHB, a partir da implementação de uma política de identidades, que possibilitou a inserção de outros sujeitos coletivos neste movimento social, até então representado com ampla predominância por militantes gays. Foi a partir de pressões do movimento lésbico e, em seguida, do movimento trans*, com foco nas travestis, que a restrita sigla MBL foi, gradualmente, transformada em GLT. De acordo com Facchini (2005), entre os fatores que viabilizaram essas mudanças estava a implementação de uma política de prevenção às DST/Aids⁴⁰, através da parceria entre o Estado e a sociedade civil. Ainda na década de 1980, houve tensões entre o MHB e o governo brasileiro, devido aos conteúdos alarmantes produzidos pelas campanhas de prevenção do Ministério da Saúde (Simões &

³⁸ De acordo com Lessa (2008), a primeira edição da Chanacomchana foi em 1981. Com a proposta de ter um formato de jornal, o lançamento ocorreu ainda no *Grupo Lésbico Feminista* (LF), pertencente ao SOMOS-SP. As demais edições, já em formato de boletim, foram produzidas pelo GALF.

³⁹ Além do dia 19 de agosto, no dia 29 de agosto é comemorado o Dia da Visibilidade Lésbica, uma data que foi definida na primeira edição do Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), em 1996.

⁴⁰ Atualmente, a sigla DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis) foi substituída por IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis).

Facchini, 2009). Essa situação se harmonizou quando o Estado, que já havia instituído a Coordenação Nacional de Doenças Transmissíveis/Aids (CN DST/Aids), aproximou-se do movimento social, construindo parcerias entre coletivos e ONGs (Calderaro, 2011). A relevância do chamado Terceiro Setor vinha desde a década anterior, mas alcançou o seu auge quando formatos institucionais passaram a compor com abrangência a militância sexo-gênero diversa.

A ampliação da interlocução entre o movimento social e o Estado nos assuntos relacionados à epidemia de HIV/Aids possibilitou a difusão do debate em torno da diversidade sexual e de gênero na sociedade brasileira e a maior legitimidade das reivindicações voltadas para a saúde sexual (Calderaro, 2011). Contudo, essas mudanças não repercutiram de maneira equitativa entre todos os sujeitos políticos que agora compunham o movimento social sexo-gênero diverso. Tendo em vista a noção de “população-alvo”, no caso, aquela que apresentava maior prevalência de contágio, a lógica de captação de recursos e do financiamento de projetos e pesquisas acentuou as segmentações dentro do movimento social, que culminou na manutenção do preterimento das lésbicas (Calazans, 2020).

De acordo com Almeida (2009), ao longo da história das políticas de atenção à saúde da mulher, o campo da saúde sexual esteve circunscrito à preocupação com a reprodução, em uma perspectiva exclusivamente heterossexual. Logo, havia o apagamento da homossexualidade feminina através da hegemonia do discurso médico-ginecológico, que se manteve inalterado com a chegada da epidemia de HIV/Aids. Devido ao fato de o corpo lésbico não ser considerado vulnerável ao contágio sexual em um primeiro momento, elas foram desconsideradas das ações de prevenção iniciais. Foi a partir da mudança de paradigma do “grupo de risco” para o “contexto de vulnerabilidade”, que diferentes grupos e identidades passaram a ser inseridas no campo

das políticas públicas voltadas para o HIV/Aids (Almeida, 2009). Apesar da oportuna mudança, ainda foi necessária a afirmação das especificidades lésbicas no que concerne aos seus direitos no campo da saúde, algo que começou a ser mais debatido e reivindicado através dos SENALE (Seminários Nacionais Lésbicos), cuja primeira edição ocorreu em 1996 (Facchini & Barbosa, 2006).

Os anos 2000 foi o período em que se intensificou o processo de cidadanização das dissidências sexuais e de gênero (Carrara, 2016), com a maior participação dos movimentos sociais na construção de políticas públicas. A representatividade política da população LGBTQIA+ se tornou ainda mais evidente a partir da criação do Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), em 2004, que promoveu ações em múltiplas linhas de trabalho, incluindo a saúde. Foram as articulações que se iniciaram no BSH que culminaram na criação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSI LGBT), instituída em 2011 (Brasil, 2012). Neste documento, resultado das conexões entre movimento social, Estado e participação popular, vários elementos históricos foram incluídos, a fim de relatar a maneira como se deu a construção coletiva dessa política pública. Dentre essas informações, havia o reconhecimento de que o movimento lésbico havia sido apagado nas questões relacionadas à saúde sexual durante a década de 1990.

Ainda que a PNSI LGBT tenha contemplado as especificidades dos diferentes grupos que compõem a comunidade sexo-gênero diversa, outras cartilhas voltadas exclusivamente para determinados grupos foram publicadas, tais como os documentos produzidos pelo Ministério da Saúde “Direitos, Saúde e Participação Popular”, que apresentaram uma versão voltada para as mulheres lésbicas e bissexuais (Brasil, 2013) e outra para os homens gays e bissexuais (Brasil, 2016). Ambas as publicações atendem aos interesses do movimento social, que demandam a produção específica de materiais educativos e informativos, considerando as diferenças presentes na comunidade

LGBTQIA+. Além disso, tendo em vista que, ao longo da história, os conhecimentos acerca da população sexo-gênero diversa estiveram submetidos aos campos de saber hegemônicos, sob a lógica da patologização e da criminalização (Green, 2019; Sales, Lopes & Peres, 2016), produções que rompem com a retórica estigmatizante ao abordarem a saúde da população LGBTQIA+ são imprescindíveis, sobretudo quando abrangem aspectos relacionados à saúde mental desses grupos.

Se outrora o interesse no campo da saúde mental da população LGBTQIA+ se baseava na busca pela etiologia do que era considerado um desvio da norma, na atualidade, a relevância se encontra na compreensão das origens e da manutenção das violências LGBTQIA+fóbicas e os seus efeitos danosos, tanto individuais quanto coletivos (Borrillo, 2010). O movimento sexo-gênero diverso, em toda a sua pluralidade, tem buscado debater e publicizar os impactos psíquicos do preconceito e da discriminação, evidenciando a importância de se pautar as discussões sobre a diversidade sexual e de gênero, como forma de evitar cenários trágicos de sofrimentos (Benevides & Nogueira, 2021; Gastaldi et al., 2021; Peres, Soares & Dias, 2018). O próprio PNSI LGBT aborda a importância do investimento em ações de promoção da saúde mental em vários trechos do documento e aponta que as dissidências sexuais e de gênero apresentam problemas relacionados à drogadição, ao alcoolismo, à depressão e ao suicídio (Brasil, 2013a).

A partir do panorama histórico apresentado, observa-se que a agenda da saúde tem sido estruturante para o movimento LGBTQIA+ desde a sua fase inicial. Em um primeiro momento, embora o campo da saúde sexual fosse preponderante, observa-se que, na atualidade, sob a perspectiva da integralidade da saúde, outros eixos temáticos também têm recebido destaque, como a saúde mental (Brasil, 2013a). No entendimento de que dinâmicas de opressões sociais, que incluem a normalização e a normatização de

existências, ocasionam vivências de sofrimento psíquico (Conselho Federal de Psicologia, 2019), surge o questionamento sobre como se dariam os contextos de bem-estar e de adoecimento psicoemocionais no cotidiano da militância.

Levando em conta os contextos de lutas contra opressões e as diferenças evidenciadas entre os grupos que fazem parte do movimento LGBTQIA+, poderia ser esse espaço social um agenciador de sofrimento, que compromete o bem-estar e a saúde mental de seus integrantes⁴¹? No que tange aos aspectos temporais, devido ao fato de o ativismo homossexual ter formado o MHB na década de 1970, haveria similaridades e diferenças nas experiências de ativistas lésbicas e gays de diferentes gerações em relação às vivências de bem-estar e de adoecimento psíquico? Caso sejam observadas, o quanto estariam relacionadas às dimensões de gênero, tendo em vista o histórico de apagamento das vozes lésbicas neste movimento social?

Com base nesses questionamentos, o presente trabalho teve como intuito analisar qualitativamente as vivências pessoais e a trajetória na militância de ativistas lésbicas e gays e compreender como esses dois sujeitos políticos entendem o modo pelo qual as suas representatividades e ocupações no movimento social impactam o seu bem-estar e a sua saúde mental. Através dessa análise, também se propõe identificar como as dimensões de gênero (Zanello, 2018) se manifestam em cada grupo. O intuito não foi direcionar as participações para discorrerem especificamente sobre a própria saúde mental e o sofrimento psíquico, mas identificar como esses temas atravessam, direta ou indiretamente, as suas experiências em suas relações com a militância.

⁴¹ A saúde mental é campo plural, polissêmico, intersetorial e que, por vezes, enseja discordâncias conceituais quando pensado como oposição a uma noção de doença mental (Amarante, 2011). O entendimento neste trabalho se acerca do conceito da Organização Mundial de Saúde (2007), que aponta ser a saúde mental um “estado de bem-estar no qual o indivíduo utiliza as suas capacidades, lida com o estresse normal da vida, trabalha de modo produtivo e frutífero e contribui para a comunidade” (p. 1). Contudo, esse conceito não deveria estar submetido a uma lógica produtivista neoliberal, que produz e gerencia sofrimento (Safatle, Silva Junior & Dunker, 2020). Aqui, a saúde mental é vista sob o prisma de uma ética do bem-viver, que contesta dinâmicas sociais de opressão.

MÉTODO

Por ser a militância homossexual a mais antiga no movimento LGBTQIA+, esta pesquisa buscou a participação de ativistas lésbicas e gays de diferentes gerações. Após a aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília (IH/UnB)⁴², foi elaborada uma lista de possíveis colaborações. Os convites foram realizados através das redes sociais, haja vista que as pessoas convidadas são conhecidas pelas suas contribuições no ativismo e apresentam perfis nesses espaços virtuais. Ao final, chegou-se ao total de oito participantes: quatro ativistas gays cisgêneros e quatro ativistas lésbicas cisgêneros. A cisgeneridade foi um critério de seleção, pois possibilitaria maior distinção das pautas da militância trans*.

A composição das ativistas lésbicas envolveu uma mulher negra, de 65 anos, moradora do Rio de Janeiro, que se encontra na militância desde a criação do MHB, identificada neste trabalho como (L1); uma mulher branca, de 50 anos, natural de São Paulo, que já representou o Brasil internacionalmente, conhecida por suas contribuições na elaboração de políticas públicas voltadas para a população LGBTQIA+ (L2); uma mulher branca, de 42 anos, que tem atuado na linha de frente da militância lésbica do Distrito Federal desde o início dos anos 2000 (L3); uma jovem branca e gaúcha, de 23 anos, que tem participado de ações lésbicas no espaço acadêmico e também na virtualidade, através das redes sociais (L4).

Já entre os ativistas gays, a composição incluiu um homem branco, de 57 anos, paraense, militante desde a década de 1980, presidente de renomado grupo LGBTQIA+ brasileiro, identificado no trabalho como (G1); um homem negro, natural de Sergipe, de 48 anos, que se encontra na militância sexo-gênero diversa e na militância negra desde a década de 1990. Tem articulado ações tanto no governo federal quanto na sociedade civil

⁴² Parecer de número 3.250.834

(G2); um homem negro, de 38 anos, do Distrito Federal, que tem atuado com foco nos direitos da população LGBTQIA+ e da população surda (G3); homem branco, mineiro de 25 anos, morador de São Paulo capital, que se tornou conhecido por uma página nas redes sociais e que, nos últimos anos, tem atuado no ativismo LGBTQIA+ e no ativismo soropositivo (G4).

Neste trabalho, optou-se pela abordagem qualitativa, que privilegia a intersubjetividade no processo de produção da pesquisa (Minayo, 2012). Considerando os aspectos ético-políticos subjacentes ao fazer científico, entende-se que o pesquisador e os sujeitos pesquisados estão diretamente implicados na construção do conhecimento. A partir desse entendimento, aqui, contesta-se o imperativo do discurso da neutralidade científica, que refuta quaisquer posicionamentos subjetivos do pesquisador e preconiza o seu distanciamento e a sua imparcialidade como posturas que conferem maior fidedignidade ao trabalho (Haraway; 1995; Harding, 1987).

Conforme assevera Minayo (2012), a investigação qualitativa tem como eixos basilares as ações de compreender e interpretar. A compreensão, que antecede a interpretação, por se realizar através da linguagem, encontra-se atravessada por conflitos ao ser marcada “pelos efeitos do poder, das relações sociais de produção, das desigualdades sociais e dos interesses” (p. 623). A interpretação, por sua vez, envolve a elaboração das possibilidades do que é compreendido e “nunca será a última palavra sobre o objeto estudado, pois o sentido de uma mensagem ou de uma realidade está sempre aberto em várias direções” (p. 625). Ainda assim, segundo autora, uma interpretação bem conduzida é aquela em que sujeito pesquisado se surpreende, pois não tinha consciência de tudo o que era possível de ser compreendido a partir de suas falas.

Como forma de analisar qualitativamente as vivências pessoais e a trajetória na militância de ativistas lésbicas e gays, acercando-se dessas realidades compartilhadas,

foram realizadas entrevistas abertas, através da pergunta disparadora: “Conte-me sobre a sua história de vida, envolvendo a sua chegada no ativismo e como tem sido a sua relação com a militância (gay/lésbica) desde então”. À medida que se apresentavam novas questões envolvendo vivências de sofrimento e/ou de bem-estar relacionadas ao exercício do ativismo e às dinâmicas internas do movimento social, outras perguntas eram trazidas para direcionar o aprofundamento temático, tais como: “Fale-me mais sobre isso” ou “Conte-me um pouco mais sobre o que acabou de mencionar”. Devido ao contexto pandêmico e ao fato de as participações serem provenientes de outros estados, todas as entrevistas foram realizadas através de aplicativos de videochamada e integralmente gravadas, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

As entrevistas ocorreram entre os meses de abril e maio de 2021 e as gravações entre maio e julho de 2021. As oito transcrições foram submetidas à análise de conteúdo (Bardin, 2016), que consistiu na categorização de elementos a partir de sua reincidência temática na fala dos participantes. Para além dos aspectos semânticos, também foram objeto de análise os conteúdos subjacentes, que não se manifestaram de maneira expressa, mas nem por isso encontravam-se ausentes. Trata-se dos aspectos ideológicos, das ideias implícitas, das suposições e daquilo que não pode ser dito ou reconhecido pelo sujeito na ocasião da entrevista, mas, nem por isso, deixa de ser relevante para a pesquisa. As perguntas de aprofundamento supracitadas foram os meios recorridos para se acercar desses conteúdos subjacentes.

Como forma de assegurar maior rigor à pesquisa, a análise de conteúdo foi elaborada por dois avaliadores. Em uma primeira etapa, cada grupo de entrevistas foi analisada pelos avaliadores separadamente, a fim de que fossem levantadas as categorias específicas ao grupo das lésbicas e ao grupo dos gays. Ao final desse processo inicial, os avaliadores se reuniram para comparar as análises realizadas em cada grupo. A partir

dessa comparação, foi possível chegar a três categorias comuns entre gays e lésbicas, sendo uma delas dividida em duas subcategorias específicas, uma para cada grupo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio da análise de conteúdo, foram elencadas três categorias, a saber: 1-) Sofrimentos relacionados à representatividade no movimento social; 2-) O ativismo virtual e a personificação da militância; 3-) Estratégias de autocuidado.

A seguir, cada uma das três categorias será descrita de modo detalhado. Como forma de auxiliar a compreensão de cada categoria e subcategoria, foram compartilhados, em itálico, fragmentos das falas das entrevistadas (L1, L2, L3 e L4) e dos entrevistados (G1, G2, G3 e G4).

1-) Sofrimentos relacionados à representatividade no movimento social

O sofrimento relacionado à militância e representatividade no movimento social foi a temática mais relevante e presente nas falas dos entrevistados. Porém, pôde-se perceber uma clara distinção, entre gays e lésbicas, na atribuição das razões e sentidos implicados nesse sofrimento, como veremos nas duas subcategorias a seguir.

1.1-) Os ônus dos lugares ocupados no ativismo gay

A relação que os ativistas gays têm estabelecido com as suas funções na militância se encontram presentes nesta primeira subcategoria. Os entrevistados, por terem ocupado lugares de destaque no movimento LGBTQIA+, relataram o quanto o compromisso com

o excesso de demandas, por vezes, implica em situações de estafa e o preterimento do autocuidado. Além disso, tendo em vista que cargos de liderança costumam requerer maiores responsabilidades e atribuições, as cobranças internas se tornaram permanentes para esses sujeitos, ao ponto de não haver outro campo de investimento em suas vidas, salvo o ativismo.

Ao longo das entrevistas, o reconhecimento dos esforços pessoais esteve relacionado à compreensão de que determinadas ocupações apenas puderam ser alcançadas com dedicação e persistência. *Eu acho que se eu não tivesse me despertado pra falar, pra me colocar, eu não estava no gabinete [de uma deputada federal] (...) fui alçado pra esses espaços através da minha voz, da minha fala, na minha comunidade (G3).* Estar em posições de relevância, por vezes, exigiu o convívio com conflitos recorrentes, sobretudo em cargos públicos, desde que se iniciou a gestão de um governo refratário às pautas de populações minorizadas politicamente. *Quando esse governo chegou, e eu comecei a ver os rumos que ia tomar, aquilo me maltratou muito (...) eu tenho que ler as portarias, eu vejo todos os retrocessos e vejo retrocessos com a capacidade de um mestre de política pública. Então eu consigo enxergar os detalhes das ameaças. E isso me machuca muito (G2).*

Articulações políticas que atravessam o exercício da militância costumam ser conduzidas da seguinte forma: existem ativistas que não entrarão em contato com representantes contrários às causas LGBTQIA+ ou com sujeitos alinhados às perspectivas ideológicas destoantes das suas; em contrapartida, há outros militantes que alegarão o posicionamento estratégico para justificar certas aproximações, o que abre brechas para tensões e questionamentos. *Eu discuto com os trinta partidos políticos e tem gente que discute só com um setor da sociedade. Eu não, eu discuto com todos. Eu discuto com o Fórum de Empresas LGBTI+, que é, tipo, uma direita liberal, até o pessoal do Partido*

da Causa Operária. Eu não permaneceria nesse certo poder que eu tenho hoje se eu não tivesse apoio de parte, de grande parte do movimento (G1).

A ocupação de funções de liderança na militância pode denotar o reconhecimento de uma trajetória de lutas. Ainda assim, esse prestígio costuma vir acompanhado do aumento de incumbências e, conseqüentemente, com o transcorrer do tempo, o que era vivenciado como uma recompensa pessoal, torna-se um fardo. *Estamos o tempo todo sendo acionados para falar sobre dores, sobre coisas que nos machucam. Então nem todo dia eu quero falar sobre isso. Há dias em que eu quero passar o dia na televisão vendo filme, mas, às vezes, eu sou chamado e eu preciso ir, pois sou uma referência, porque sou uma liderança, porque as pessoas esperam de mim um comportamento que acolha, que proteja, que cuide, que oriente (G2).*

As obrigações do ativismo e a necessidade de responder às diversas solicitações podem fazer com que o autocuidado seja colocado em segundo plano. *Às vezes eu acho que sou muito forte, que posso suportar muitas coisas, então aceito muitas demandas e esqueço de cuidar um pouco de mim. Então eu demoro a ir no médico, eu demoro a ir no oftalmo, eu demoro a ir no dentista e fazer exame, porque eu sempre acho que eu posso esperar e que o mundo não (G2).* No rol de negligências com cuidado de si, algo que também apareceu na fala de ativistas gays foi a privação da vida social. *Porque eu vivia muito exausto com tudo o que eu fazia e eu me afastei de muitas pessoas que eu gostava na época. E eu me afastei porque eu tava muito atolado com as coisas do ativismo (G4).*

De acordo com os relatos, por ser ininterrupta as requisições a serem resolvidas, é recorrente o acúmulo de tarefas. E quando não se estabelece limites para o amontoado de atividades, é possível acabar soterrado pelo trabalho. *Eu não parava nenhum minuto, tava sempre muito envolvido com tudo. E as pessoas esperavam muito de mim. Elas tinham expectativas muito altas comigo (G4).* O desejo por corresponder a todas as

necessidades alheias costuma não apenas gerar estresse, mas também criar a ideia de que, no ativismo, como as pessoas tendem a apresentar maior disponibilidade para a prestação de auxílio, elas estarão sempre às ordens. *A sociedade não enxerga esse lugar da militância como um lugar que tem determinado valor e que merece repouso. Parece que o militante não tem direito a descanso. Ele precisa ser militante 24 horas, todos os dias da semana. Então isso é muito cansativo* (G2).

Como o investimento no campo laboral comumente se apresenta como uma forma de compensação pela discordância dos padrões sexuais de masculinidade (Baére & Zanello, 2020), não foi surpresa que essa queixa se manifestasse em todos os relatos dos ativistas gays. Ao passo que se observa uma atestação da virilidade no forte vínculo com o trabalho (Zanello, 2018), caso não haja um manejo do que é possível suportar, as consequências podem ser o comprometimento da própria saúde. *Eu tive um surto e eu me vi em uma situação como eu nunca tinha me visto, assim, no meio de um embate. E eu pedi renúncia ali na hora, no meio de um surto. No meio de um surto, pra você ver o nível que eu tava* (G3). Neste relato, observa-se que foi devido a um acontecimento extremo que o entrevistado afirmou ter constatado o ponto a partir do qual não seria possível prosseguir com tantas tarefas.

A partir dos relatos trazidos, observa-se que a relação dos ativistas gays com as suas funções na militância, por vezes, acarreta sofrimento psíquico e desgaste emocional. Devido às atribuições decorrentes de suas funções de liderança, a necessidade de corresponder às expectativas dessas ocupações fazem com que muitos não consigam dividir seus investimentos no movimento social com outros campos de suas vidas.

1.2-) Entre mulas e tarefeiras: sub-representatividade e a precarização da vida no ativismo lésbiano

Ao passo que os ativistas gays discorreram sobre os obstáculos vividos na ocupação de determinadas funções de relevância, as ativistas lésbicas, ao narrarem as suas experiências no ativismo, refirmaram as queixas históricas acerca do silenciamento e da ausência de representatividade delas no movimento social, sobretudo em relação aos gays. Esta subcategoria abrange os efeitos do apagamento das lésbicas no ativismo e o quanto essas dinâmicas de invisibilização incorreram na precarização de suas vidas.

É sabido que, desde a fase inaugural do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), as lésbicas já denunciavam posturas machistas e sexistas por parte de ativistas gays (Fernandes, 2018; Lessa, 2008). Através dos relatos das entrevistadas, observou-se que conjunturas sexistas não se restringiram à fase inicial do movimento LGBTQIA+, haja vista as funções no ativismo que ainda têm sido atribuídas a elas. *As lésbicas sempre são as que carregam o piano, sempre estão ali no background, fazendo o trabalho pesado, o trabalho difícil, fazendo a papelada, organizando as coisas. Quando você estuda a história do movimento, isso tá claro, onde nós estamos, os lugares que nos dão* (L2).

A ausência de protagonismo lésbico foi uma reclamação presente na fala das três entrevistadas que estão na militância há mais tempo. Apenas uma das entrevistadas apresentava histórico de notória representatividade do movimento LGBTQIA+ brasileiro, incluindo no cenário internacional. L2 reconhece ser a sua trajetória uma exceção na conjuntura do ativismo lésbico, afirmando que apenas conseguiu ocupar espaços de poder, comumente interdito para as lésbicas, *por um talento pessoal mesmo, uma*

capacidade pessoal. Sempre fui muito boa de advocacy e acho que o movimento, a organização nacional do movimento, também percebeu isso.

Para descrever o lugar subjugado e servil que as ativistas lésbicas tiveram que ocupar ao dividirem espaço com os ativistas gays, foram utilizados diferentes termos, tais como *mulas* (L3) e *tarefeiras* (L1). De acordo com os compartilhamentos, não se tratava apenas dos serviços prestados, mas também das pautas debatidas no interior dos grupos. *A gente percebia, principalmente, porque todos os projetos eram voltados para os homens. A gente não conseguia, por exemplo, ser inovadora e inserir um projeto pra lésbicas* (L3). Além disso, a ausência de atribuição de créditos aos trabalhos realizados por elas foi apontada como outra forma de apagamento. *A gente percebia que os projetos que a gente fazia, não entravam os nossos nomes* (L3).

No que concerne ao silenciamento das lésbicas por parte dos homens na militância, a participante L2 complementou que a postura dos ativistas gays tem base na misoginia que erige as masculinidades: *desde o início, o posicionamento das lésbicas com as feministas incomoda muito os gays (...) a misoginia é tão forte entre os homens, que eles, até hoje, não admitem que lésbicas tenham protagonismo.* Para essa entrevistada, a forma como o movimento LGBTQIA+ se organiza e se gerencia tem resultado na manutenção deste cenário segregador. *O movimento LGBT como um todo não discute a misoginia e, conseqüentemente, os gays também não discutem (...) o movimento LGBT é o maior silenciador das lésbicas, é o maior invisibilizador. Não é a sociedade, é o movimento* (L2).

A crítica da colaboradora ao movimento LGBTQIA+ se baseia no fato de que a ausência de representatividade das lésbicas não se restringiu às adversidades experienciadas dentro de grupos híbridos. Ainda que estivessem voltadas para os seus próprios coletivos, as participantes relataram os impasses para se dedicarem

exclusivamente à militância, devido às inseguranças materiais. *Viver de ativismo é complicado. Temos projetos pelos quais a gente recebe. Uma parte da minha vida, de 95/96 pra cá, eu tinha um outro trabalho de pesquisa, que me dava uma movimentação, às vezes, com maior facilidade de estar no ativismo. E outras a gente fazia ativismo sem ganhar nada, com vaquinhas. Tanto que maior parte das ativistas, muitas deixavam de ser (L1).*

Por não possuírem as suas pautas vistas como prioritárias, os desafios das lésbicas giravam em torno das disputas pela aprovação de projetos, uma vez que *o projeto que vinha sempre era pra eles [ativistas gays]. E a gente nunca conseguia espaço (L3).* Consequentemente, tornava-se mais problemático para elas constituir um ativismo lésbico mais consolidado e organizado. *Você conseguia uma grana de projeto. Você conseguia sobreviver, mas você não conseguia viver. Então, nós, lésbicas, não tínhamos dinheiro pra viver de movimento social. O que adoecia, no meu caso, era que eu recebia uma grana, mas não conseguia fazer mais nada. Era dedicação exclusiva, mas eu não conseguia (L3).*

De acordo com L3, a escolha entre trabalho assalariado e a dedicação ao ativismo entre as lésbicas também se dá pelo fato de as mulheres comumente estarem inseridas em empregos com baixa remuneração e que, portanto, demandam mais horas de serviço. *Porque a gente está sempre em subemprego (...). Subemprego é distribuir panfletos na rua, trabalhar em lanchonete. A maioria que você vai ver, as mais novas, até os 30 anos, têm muita sapatão em subemprego, por falta de formação, de ter a possibilidade de estudar mais (L3).*

Em relação aos aspectos geracionais envolvendo ativistas lésbicas em subempregos, ao contrário do que destacou L3 acima, a ativista L1 tem notado que as novas ativistas, em comparação às antigas, tem conseguido usufruir de mais

oportunidades. *Se você for ver a escolaridade de vários ativistas que começaram na década de 90 é uma escolaridade menor do que a dos ativistas de hoje. Porque muitos de nós naquela época voltava a estudar depois de uma idade. Hoje a gente tem jovens ativistas com 25 anos entrando pro doutorado. E a gente com 60 anos terminando a graduação (L1).*

Com base na fala das entrevistadas, é possível compreender que, no cotidiano do movimento LGBTQIA+, a ausência de representatividade das lésbicas não esteve restrita ao convívio com posturas machistas agenciadas por ativistas gays (Fernandes, 2018; Lessa, 2008). As dificuldades enfrentadas na aprovação de seus projetos e na ocupação de funções de relevância no movimento social tem feito com que muitas lésbicas tenham que escolher investir na própria formação educacional e em trabalhos remunerados, em detrimento da militância. Logo, o esvaziamento da militância lésbica também é reflexo da forma como elas têm sido desencorajadas a investir neste espaço.

2-) Ativismo virtual e a personificação da militância

Com o advento da internet e das redes sociais, testemunhou-se a ampliação dos espaços de atuação da militância, bem como de novas formas de exercer e de promover ativismos. Essa categoria está relacionada à forma como a virtualidade tem influenciado o movimento social, não apenas como espaço de reconhecimento e pertencimento para novas gerações que ainda não se assumiram para si e para a sociedade, mas também como ambiente em que os discursos em torno de pautas LGBTQIA+ tem se concentrado em perfis pessoais nas redes sociais.

De acordo com as duas participações mais jovens deste trabalho, com menos de 30 anos, foi através da internet, de canais do Youtube e de perfis em redes sociais, que

ambos se identificaram e se entenderam como gay e lésbica. A experiência de G4 se baseou na inserção em grupos de temáticas gays nas redes sociais, como os de cantoras consideradas “divas pop”. *Eu comecei a mergulhar no mundo da internet, no mundo virtual, a conhecer grupos que tinham pessoas que também se diziam gays, grupos de cantores. Na época, um grupo de fãs da Lady Gaga me ajudou muito. Já L4 afirmou ter se identificado com a lesbianidade através do compartilhamento de experiências de outras mulheres, em blogs e canais de vídeo. Eu não tinha internet em casa na época, então eu ia pra biblioteca pública da cidade ficar pesquisando sobre isso. E aí começava a ler blogs. Tinham dois canais no Youtube que eu gostava bastante, o "Dedilhadas" e o "Brejo" (...) tudo isso foi me fazendo ver que era possível ser lésbica e ser outras coisas. A visão que eu tinha era aquela que passava na Globo: da mulher que quer ser homem, da mulher que quer ser macho.*

A coexistência de diferentes gerações no ativismo LGBTQIA+ brasileiro, com suas quatro décadas de existência, costuma apresentar oportunidades de trocas e de aprendizagens, mas também tensões e desentendimentos (Aguião, 2016, Facchini & Rodrigues, 2017). De acordo com os entrevistados gays, na atualidade, o ativismo se encontra muito individualista, exercido de maneira solitária. *Porque antes as entidades tinham mais força. Hoje as pessoas, elas investem mais em carreira solo, mas isso antes não era muito possível. Você atuava em coletivo, se você não atuasse em coletivo, você não conseguia. Primeiro porque não tinha esse meio, você tinha que ir alcançando corações aqui, depois ampliando, ampliando. Cada um ia puxando pra sua sardinha dentro de um grupo (G3).*

O desinvestimento em coletivos e organizações ativistas foi uma queixa recorrente entre os gays. *As pessoas não querem mais fazer parte de grupo, de associação. Elas vão ser ativistas no Facebook, no Twitter. E, pra isso, basta. Suas próprias ideias que*

importam. E quem quiser concordar, concorde. Quem não quiser, não está nem aí. E eu acho isso ruim, porque temos que ocupar os conselhos, precisamos ocupar os núcleos de trabalho, ter um diálogo com a gestão pública (G2). A imposição de pontos de vista que não se baseiam em vozes coletivas, de acordo com G3, é limitada e preocupante. A falta de construção coletiva gera esse sentimento também de que "eu não pertencço a esse coletivo", a falta de pertencimento de coletivo. (...) essa coisa de solo, movimento solo, de que não existe mais uma construção coletiva, eu olho também com uma certa preocupação.

A preocupação de G3 consiste no fato de que, o ativista solo, que influencia inúmeros seguidores, ao compartilhar seus posicionamentos com amplo alcance de divulgação, pode ser confundido como um porta-voz do movimento social. Contudo, trata-se de alguém que, por vezes, discorre sobre conteúdos que não são debatidos e concebidos coletivamente. *Quando você constrói com coletivo, você consegue identificar uma série de questões (G3).* Outro desdobramento de uma militância individualista, baseada em perfis de redes sociais, é que o ativista considerado influenciador digital, ao ser convidado para participar de eventos devido a sua popularidade, passa a se enxergar como alguém capaz de falar sobre quaisquer assuntos, mesmo que não possua o conhecimento aprofundado sobre o debate para o qual foi convidado. *Sabe aquelas pessoas que ficam fazendo lives uma atrás da outra? Porque daí começa um narcisismo terrível, porque começam a aceitar coisas que não faz mais sentido (G1).*

Embora as críticas em relação ao ativismo solo contemporâneo tenham partido dos ativistas gays, L2 assinalou que, ao longo da história da militância LGBTQIA+ brasileira, os ativistas gays *tem personificado o movimento em suas pessoas*. De acordo com essa entrevistada, desde o início desse movimento social, tem sido muito mais fácil identificar nominalmente os militantes gays em comparação às militantes lésbicas. Isso

não decorreu apenas da ocupação de espaços de protagonismo por parte dos gays na militância, mas também da forma como eles têm exercido o ativismo através da personificação. No entendimento de L1, a notoriedade dos gays em relação às lésbicas também é decorrente de uma representação social que as estigmatiza, pois eles *sempre foram vistos como os divertidos, como os alegres, os sensíveis (...)* e nós, lésbicas, *éramos vistas como as que eram mal-humoradas, as que sempre arrumavam confusão.*

Ao considerar que a influência da virtualidade recai sobre todo o movimento social, a relação do ativismo com a internet apareceu nas falas de lésbicas e de gays. Embora seja um espaço que auxilia a saída do armário, por viabilizar a identificação com discursos pró-diversidade sexual e de gênero, no que concerne à forma de exercer o ativismo, os gays teceram críticas acerca da tendência contemporânea de uma militância solo, que se baseia em perfis pessoais, sem o investimento no coletivo. Contudo, enquanto os colaboradores gays entendem que esse perfil autocentrado se baseia em um aspecto geracional do ativismo, uma colaboradora lésbica pontuou serem justamente os gays os precursores de uma militância personificada desde períodos iniciais do movimento LGBTQIA+, antes mesmo do advento da internet e das redes sociais.

3-) Estratégias de autocuidado

O cotidiano do ativismo também costuma ser atravessado por conflitos e pela experiência do cansaço pelas demandas recorrentes, sobretudo em um período de retrocesso político no campo dos direitos humanos. Logo, os dois grupos de participantes apontaram meios para se relacionar de maneira mais harmoniosa com a militância, com o intuito de evitar prejuízos oriundos de esgotamentos físicos e emocionais. Dentre as estratégias apresentadas ao longo desta categoria estão: a saída de cargos de alta

responsabilidade; a diminuição da sobrecarga de trabalho; o afastamento temporário da militância; e o início de uma terapia, com maior atenção voltada para o cuidado com a saúde mental.

A identificação com o ativismo e a inserção em coletivos LGBTQIA+ costumam ser acontecimentos primordiais para o bem-estar psíquico de muitas dissidências sexuais e de gênero, sobretudo entre aquelas que, na primeira fase da vida, encontravam-se em profundo sofrimento devido às violências sofridas nos diversos espaços de socialização (Baére & Zanello, 2020). Contudo, ainda que esse local de pertencimento e de reconhecimento seja um ambiente de segurança, a realidade da militância pode adquirir outras nuances a depender da relação que se estabelece com a práxis. Na fala dos ativistas gays, apareceram muitas reclamações acerca da sobrecarga de trabalho e do desejo de sair de determinados cargos, em virtude do excesso de atribuições. *Eu pretendo entregar a presidência, porque eu tô bem cansado. De ser militante. O ativismo nos esgota muito emocionalmente. Porque ser uma referência tem prós e ônus (G2).*

Além de não se comprometer com determinadas ocupações, também pode ser necessária a diminuição das participações em grupos e organizações. *Comecei a sair de alguns coletivos e tô tentando cuidar um pouco da minha saúde mental. E penso: “Eu sei também que eu não vou conseguir fazer de tudo, de tentar entregar um pouco menos de emoção nas coisas que eu lido, nas lutas, nas batalhas que eu travo”. Eu acho que, às vezes, você tem que saber a hora de se recolher. E talvez, se eu pudesse dar um conselho pra alguém que ainda tá no início da luta, é pra você tentar incorporar menos o sentimento do que você luta. Se você carrega isso como uma questão de vida pra você, isso vai destruindo você (G3).* Outra estratégia mencionada foi a diminuição dos embates nas redes sociais e o manejo do contato com notícias trágicas. *Eu tento não consumir tanta notícia ruim todo tempo, ficar o tempo todo brigando, e peleando (L2).*

Em alguns momentos, a desaceleração do ritmo de trabalho na militância não é o suficiente. Quando situações extremas se apresentam, como no caso do ativista G3, que discorreu sobre o seu surto como o ápice do estresse vivido no ativismo, é preciso estabelecer um afastamento temporário da militância. Esse entendimento sobre a diminuição da velocidade também esteve presente na fala delas. *Eu vejo uma saída comum, pra maioria de nós, que é um certo afastamento do ativismo (...) participo da organização da Caminhada de Lésbicas, mas tudo muito background. Uma palestra ou outra aqui (L2)*. Esse distanciamento pode ser também um momento em que o sujeito militante abre espaço para outros investimentos pessoais. *Todo mundo foi se afastando para cuidar da própria vida (...) eu fui me priorizar, em 2009/2010. Daí é que eu fui fazer uma faculdade, fui cuidar de mim (L3)*.

Dentre as possibilidades disponíveis para o autocuidado, tanto ativistas lésbicas quanto os ativistas gays mencionaram a importância da terapia, sobretudo quando se está inserido no contexto da militância. *Eu acho que adianta muito, junto com essas lutas, fazer também terapia, tipo ali, paralelamente, entendendo que você tá num campo de batalha e que você vai ter que se cuidar (G3)*. A relevância da terapia se mostrou ainda maior com o início da pandemia, quando questões como o isolamento social, os lutos das perdas pela covid-19, a calamitosa gestão do governo bolsonarista atravessaram o cotidiano do ativismo. *Eu tinha, inclusive, abandonado a terapia e, no início da pandemia, eu me vi obrigado a ter que voltar. Espero nunca mais passar pela minha cabeça abandonar. É algo assim que me ajuda muito (G2)*.

Ainda que a busca por terapias tenha sido mencionada, cabe ressaltar que os serviços de saúde ainda deixam muito a desejar, quando se trata da oferta de serviços à população sexo-gênero diversa (Duarte, Ferreira & Coelho, 2019; Mello, Perilo, Vaz & Pedrosa, 2011). O despreparo das equipes de saúde costuma acarretar na diminuição da

procura por cuidado entre a comunidade LGBTQIA+. Essa questão apareceu na fala da entrevistada L1 que, aos 65 anos, afirma ser um problema histórico enfrentado pelo movimento lésbico, que se perpetua e sempre demanda um posicionamento de sua parte. *Eu frequento ginecologista a cada dois anos (...) às vezes, a depender do profissional, ele não pergunta se eu tenho sexo seguro nem nada disso por conta da minha idade. Aí eu contesto: “Vocês não vão me perguntar se eu uso contraceptivo? É por conta da minha idade? De acordo com a entrevistada, tais questionamentos também já foram dirigidos a profissionais da saúde mental. Já tive problemas de, na terapia, eu acabar tendo que realizar uma capacitação para o profissional. Principalmente quando você diz que lésbica pode transar com homem. Que eles têm dificuldade de entender que orientação sexual e identidade sexual é diferente de prática sexual. Você tem que ir com doses homeopáticas. “Olha, há prostitutas que são lésbicas. Tem mulheres casadas que são lésbicas. Ela não pode viver a sexualidade dela”. Você acaba fazendo uma capacitação.*

Através dos relatos de ativistas gays e lésbicas, essa categoria apontou para a necessidade de diminuição da sobrecarga do ativismo e do investimento no cuidado da saúde mental como formas de estabelecer vínculos mais saudáveis com a militância. No que concerne a busca por serviços de terapia voltados para a população sexo-gênero diversa, uma fala evidenciou uma questão premente no campo de saúde voltado para essa população: a falta de capacitação de profissionais da saúde para o atendimento das especificidades do público LGBTQIA+.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar qualitativamente as vivências pessoais e as trajetórias na militância de ativistas lésbicas e gays, a partir do modo através do qual esses dois sujeitos políticos compreendem a influência que as suas representatividades e

funções no ativismo tem exercido sobre o seu bem-estar e a sua saúde mental. Ao longo dos relatos, vislumbrou-se que o ativismo, por vezes, é visto como uma ocupação extenuante, que acarreta sofrimento psíquico quando militantes não conseguem desacelerar seus compromissos e atividades na militância. Logo, ainda que o movimento LGBTQIA+ seja um espaço de reconhecimento e de pertencimento para as pessoas que ainda estão no processo de aceitação e de entendimento de si, o que proporciona bem-estar e segurança em um primeiro momento, é também um lugar cujas dinâmicas internas costumam refletir problemas sociais existentes na cultura brasileira, tais como o machismo e o sexismo.

Os sofrimentos provenientes da representatividade no movimento social foi o tema mais presente na fala de ambos os participantes, com notórias distinções. No que concerne aos ativistas gays, as suas falas tematizaram uma relação de alta cobrança com as demandas do ativismo. Os entrevistados deste trabalho, conhecidos a partir de seus trabalhos na militância LGBTQIA+, por terem ocupado espaços de destaque, encontravam-se submetidos a muitos compromissos e atividades. Essa realidade ocasionou o preterimento de si e situações de esgotamento, com prejuízos à saúde mental. De todo modo, faz-se mister assinalar que os entrevistados, por mais que estivessem relatando queixas e relações adoecedoras com a militância, estavam trazendo essas questões a partir de lugares de prestígio e de relevância que ocupam no movimento social. Essa realidade se mostrou distinta da que foi trazida pelas ativistas lésbicas.

As entrevistadas lésbicas também discorreram sobre vínculos exaustivos e adoecedores com a militância. Contudo, para elas, o que mais as debilitava era a ausência de representatividade e o permanente apagamento nas dinâmicas do ativismo, o que evidencia a perpetuação do sexismo ao longo da história do movimento LGBTQIA+. De acordo com as ativistas, as funções de mulas e tarefeiras e a incipiente ocupação de

posições de relevância no movimento social não estavam relacionadas apenas às disputas de espaços dentro de grupos híbridos. Mesmo quando voltadas para os seus próprios coletivos, as dificuldades em terem seus projetos priorizados e os poucos recursos adquiridos se tornavam obstáculos para a permanência no ativismo. Logo, muitas precisaram optar por deixar a militância de lado para poderem sobreviver.

Um aspecto comum, presente nas falas de ativistas lésbicas e gays, foi a presença da virtualidade na militância. A internet, para os dois entrevistados mais novos de ambos os grupos, foi a porta de entrada para a comunidade sexo-gênero diversa. Contudo, ainda que se trate de um ambiente que oportuniza o entendimento e a aceitação de si enquanto dissidência sexual e de gênero, há aspectos relacionados ao ativismo virtual que foram alvo de crítica dos ativistas gays, como a proliferação de um ativismo solo, individualista e descolado do coletivo. Contudo, ao passo que os ativistas gays consideram o ativismo solo uma tendência geracional, ligado aos mais jovens, as ativistas lésbicas o enxergam como uma prática cujos percussores foram os próprios ativistas gays, que sempre buscaram personificar a militância.

Por fim, como forma de lidar com os pesos advindos de relações conturbadas com o ativismo, os dois grupos de participantes compartilharam estratégias para estabelecer relações mais harmoniosas com a militância, tais como: a saída de cargos de alta responsabilidade; a diminuição da sobrecarga de trabalho; o afastamento temporário da militância; e o início de uma terapia. Logo, é possível observar que o ativismo LGBTQIA+, embora seja uma ocupação política facilitadora de laços sociais e promotora de bem-estar, também pode ser geradora de sofrimento psíquico. A partir dos relatos compartilhados por ambos os grupos, entende-se que se faz necessária uma descentralização das atividades da militância, a fim de que ela não permaneça concentrada na figura de poucos sujeitos políticos.

REFERÊNCIAS

- Aguião, S. (2016). Não somos um simples conjunto de letrinhas”: disputas internas e (re)arranjos da política “LGBT. *Cadernos Pagu*, 279-310.
<https://doi.org/10.1590/18094449201600460279>
- Almeida, G. (2009). Argumentos em torno da possibilidade de infecção por DST e Aids entre mulheres que se autodefinem como lésbicas. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 19(2), 301-331.
- Amarante, P. (2011). *Saúde mental e atenção psicossocial*. 3. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Bacci, I. K. (2106). Vozes lésbicas no Brasil: a busca e os sentidos da cidadania LGBT [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional UnB. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20767>
- Baére, F., & Zanello V. (2020). Suicídio e masculinidades: uma análise por meio do gênero e das sexualidades. *Psicologia em Estudo*, (25), 1-15.
<https://doi.org/10.4025/psicolestud.v25i0.44147>
- Barata, G. F. (2006). *A primeira década da aids no Brasil: o Fantástico apresenta a doença ao público (1983-1992)* [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP.
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-07072006-124258/pt-br.php>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

- Benevides, B., & Nogueira, S. N. B. (2021). *Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE.
- Borrillo, D. (2010). *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Brasil (2012). *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil (2013). *Mulheres lésbicas e bissexuais. Direitos, saúde e participação social*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil (2016). *Homens gays e bissexuais. Direitos, saúde e participação social*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Calderaro, F. (2011). *Políticas de saúde voltadas às lésbicas: Um estudo sobre as possibilidades de reverter um quadro histórico de invisibilidade* [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUC-SP. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/16942>
- Carrara, S. (2016). A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil. *Cadernos Pagu*, (47), e164717.
- Cavalcanti, C., Barbosa, R. B., & Bicalho, P. P. G. (2018). Os tentáculos da tarântula: Abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38, 175-191. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212043>
- Conselho Federal de Psicologia (2019). *Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs*. Brasília: CFP.

- Daniel, H., & Parker, R. (2018). *Aids: a terceira epidemia*. 2. Rio de Janeiro: ABIA.
- Duarte, M. J. O., Ferreira, L. C. M., & Coelho, M. O. (2019). Diversidade Sexual e de Gênero na Saúde Mental: aproximações e experiências no campo da pesquisa. *Rebeh-Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 2(01), 83-102.
- Facchini, R. (2005). “*Sopa de Letrinhas*”? – Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond.
- Facchini, R. (2020). De homossexuais a LGBTQIAP+: sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos. In: Facchini, R.; França, I. L. (Orgs.). *Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo* (pp. 31-69). Campinas: Editora da Unicamp.
- Facchini, R., & Barbosa, R. M. (2006). Dossiê saúde das mulheres lésbicas: promoção da equidade e da integralidade. *Biblioteca Digital do Centro Latino-Americano de Sexualidade e Direitos Humanos*. Recuperado de: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/316_1172_dossiedasaudedamulherlesbica.pdf
- Facchini, R., & Rodrigues, J. (2017), “Que onda é essa?”: “guerras culturais” e movimento LGBT no cenário brasileiro contemporâneo. In F. V. Machado, F. Barnat & R. Mattos (Orgs.). *A diversidade e a livre expressão sexual entre as ruas e as políticas públicas* (pp. 35-60). Porto Alegre, Editora Rede Unida.
- Fernandes, M. (2018). Ações lésbicas. In: J. Green, R. Quinalha, M. Caetano, & M. Fernandes (Orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil* (pp. 91-120). São Paulo: Alameda.
- Gastaldi, A. B. F., et al. (2021). Observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil. Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+.

- Green, J. N. (2000). “*Mais amor e mais tesão*”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. *Cadernos Pagu*, (15), 271-295.
- Green, J. N. (2019). *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. 2. São Paulo: Editora Unesp
- Green, J. N., & Quinalha, R. H. (2019). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. 3. São Paulo: EdUFSCar.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7-41.
- Lessa, P. (2008). Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do grupo de ação lésbico-feminista e do Boletim Chanacomchana. *Revista Gênero*, 8(2), 301-333.
- Martinho, M. (2017, 29 de agosto). Dia da visibilidade lésbica: 23 anos de uma história mal contada e sem registro. *Um Outro Olhar*. Recuperado de: <http://www.umoutroolhar.com.br/2017/08/dia-da-visibilidade-lesbica-23-anos-de-uma-historia-mal-contada.html>
- Martins, L. P., Caetano, M., da Silva Braga, K. D., & da Silva Junior, P. M. (2020). Chanacomchana bambém é bacana! Imprensa lésbica e suas pedagogias culturais. *Revista Digital do LAV*, 13(1), 50-75. <https://doi.org/10.5902/1983734843257>
- Mascarenhas, J. A. S. (1997). *A tríplice conexão: Machismo, conservadorismo político e falso moralismo, um ativista guei versus noventa e seis parlamentares*. Rio de Janeiro: 2AB Editora.
- Mello, L., Perilo, M., Braz, C. A. D., & Pedrosa, C. (2011). Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de

- universalidade, integralidade e equidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), 7-28.
- Minayo, M. C. S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621–626.
- Peres, M. C. C., Soares, S. F., & Dias, M. C. (2018). *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017*. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados.
- Rodrigues, R. C. C. (2018). A despatologização da homossexualidade no Brasil. In: M. Caetano et. al. (Orgs.). *Quando ousamos existir: itinerários fotobiográficos do Movimento LGBTI brasileiro (1978-2018)* (pp. 48-53). Tubarão: Copiart; Rio Grande: Editora da FURG.
- Safatle, V., Silva Junior, N., & Dunker, C. (2020). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Simões, J., & Facchini, R. (2009). *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Soares, G. S., & Costa, J. C. (2011). Movimento lésbico e Movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros. *Labrys-Estudos Feministas*, 20, 21.
- Souza, L. K. (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(2), 51–67.
- Trevisan, J. S. (2018). *Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4. Rio de Janeiro: Objetiva.
- World Health Organization (2007). Strengthening mental health promotion. Geneva, World Health Organization (Fact sheet, No. 220). Retirado de:

<https://mindyourmindproject.org/wp-content/uploads/2014/11/WHO-Statementon-Mental-Health-Promotion.pdf>

Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Editora Appris.

ARTIGO 03

SAÚDE MENTAL NA MILITÂNCIA TRANS*: LUTAS ENTRE A REPRESENTATIVIDADE E A SOBREVIVÊNCIA**Resumo**

O movimento trans* brasileiro se constituiu na década de 1990 e, desde então, tem ampliado não apenas o seu campo de ações, como também o número de sujeitos coletivos que fazem parte deste dinâmico e complexo espaço social. A saúde é uma pauta que sempre esteve presente na história dessa militância e, recentemente, tem sido observada maior atenção para o campo da saúde mental, devido ao impacto das difusas violências transfóbicas às quais essa população está submetida. Ao articular o movimento social com a saúde mental, o presente trabalho buscou analisar qualitativamente as vivências pessoais e a trajetória no movimento social de ativistas trans*, a fim de compreender como a representatividade e a relação com o ativismo repercutem no seu bem-estar e na saúde mental. Foram produzidas três categorias, a saber: 1-) As dores e as delícias da representatividade; 2-) Situando o sofrimento psíquico na militância trans; 3-) Sobrevivência através da gestão do cuidado. Ao final, foi possível observar que como os efeitos das vivências hostis repercutem na saúde mental de ativistas, bem como nas relações que se estabelecem dentro do movimento trans*.

Palavras-chave: movimento social; ativismo trans; saúde mental; história

No movimento sexo-gênero diverso brasileiro, embora ainda seja observada a hegemônica representatividade cisgênera, sobretudo de homens gays, é inegável o crescimento da participação da militância trans*, em seus múltiplos matizes (Nascimento, 2021). Resultado de uma rede de organizações, que tem se articulado e crescido progressivamente desde a década de 1990, hoje não é mais aceitável que em espaços políticos que se definam como LGBTQIA+ inexistam uma representação trans*. Contudo, esse entendimento é algo recente em comparação a toda a trajetória deste movimento social. Na atualidade, a própria composição do movimento trans* apresenta evidentes distinções de sua configuração inaugural (Carvalho, 2011; Coacci, 2018; Sales, 2018),

com a chegada de novos sujeitos coletivos que também não se identificam com o gênero que lhes foi designado no nascimento.

A compreensão da história do movimento trans* no cenário brasileiro envolve acompanhar as mudanças conceituais ocorridas neste espaço político e social nas últimas décadas. A palavra “travesti”, por exemplo, já fazia parte do vocabulário nacional antes de ser entendida como uma categoria identitária na década de 1990. Contudo, até então, esse termo possuía outro significado. Nos anos 1960, usava-se a expressão “estar em travesti” para designar a utilização de indumentárias femininas por parte de homens, geralmente os afeminados, em festas, bailes e concursos carnavalescos (Carvalho & Carrara, 2013; Costa, 2010). Contudo, nas décadas seguintes, sobretudo com a criação do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), em 1978, observou-se uma corrente normativa, que visava angariar maior respeitabilidade social para os homens homossexuais através da dissociação de sua imagem com a feminilidade (Carvalho & Carrara, 2013). Nesse período, a palavra “travesti” passou a ser atribuída a uma postura exacerbadamente feminina, destacando-se dos demais homens gays⁴³. É a partir desse entendimento que vai se delineando a categoria identitária travesti, cujas representantes seriam as inauguradoras do movimento trans* brasileiro.

Na década de 1960, embora já fosse possível identificar uma forma preambular de ativismo entre pessoas que hoje seriam compreendidas como trans*, é ao longo dos anos 1990 que o debate público e a organização política da comunidade de travestis e transexuais se estabeleceu (Coacci, 2018)⁴⁴. Nesse período, a hegemonia dos homens

⁴³ Cabe ressaltar que a distinção entre dissidências sexuais e dissidências de gênero, que foi se constituindo neste período, corroborou também para a intensificação da patologização das identidades trans*. Enquanto a homossexualidade foi despatologizada no Brasil em 1985 e, no cenário internacional, em 1990, as identidades trans* permaneceram inscritas no rol de classificação de doenças até os anos finais da década de 2010.

⁴⁴ Esse ativismo precedente está relacionado ao debate público em torno das cirurgias de transgenitalização, realizadas naquele período de maneira clandestina, por se configurar na justiça como um crime de mutilação corporal.

gays no Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) foi contestada, de forma a também reconhecer formalmente a militância de lésbicas e de travestis, ainda preteridas no MHB, mesmo sendo ambas partícipes do processo de articulação e estruturação desse movimento social desde a sua fase inaugural, em 1978 (Oliveira, 2018).

Ao mapear o campo do movimento trans* no Brasil, Coacci (2018) utilizou a periodização em ondas para descrever as transformações ocorridas neste segmento do movimento LGBTQIA+ desde que se consolidou como uma organização política na década de 1990. Foram apresentadas três ondas, a saber: a primeira (1990-2000) consiste no surgimento das primeiras organizações locais e encontros nacionais, envolvendo sobretudo as pautas relacionadas ao combate à violência e a prevenção da epidemia de HIV/Aids; a segunda (2000-2010), por sua vez, envolve a ampliação do movimento trans* no país e a maior atuação no âmbito federal, com a criação de organizações nacionais, como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e o Coletivo Nacional de Travestis (CNT); por fim, a terceira (2010 até o momento presente) caracteriza-se pelo crescimento da articulação do movimento trans* com os feminismos e o movimento negro, pela expansão da visibilidade da população trans* na mídia e pela acelerada criação de redes e organizações trans*, com a emergência da militância dos homens trans e transmasculinos, bem como de outras categorias, como os sujeitos não-binários.

No que concerne à organização das travestis pelo Brasil ao longo dos anos 1990, Carvalho e Carrara (2013) compreendem ter havido dois modelos preponderantes que corroboraram para a sua construção: a auto-organização como via de resposta à violência policial, sobretudo nos pontos de prostituição; e a vinculação a projetos de Organizações Não Governamentais (ONG) na luta contra o preconceito e a desinformação em torno da epidemia de HIV/Aids. Dentre as principais representantes da militância travesti neste

primeiro momento estava Jovanna Cardoso, que já possuía uma trajetória de lutas pelo direito das travestis inseridas na prostituição. No Rio de Janeiro, juntamente com outras companheiras, Jovanna integrou a Associação de Travestis e Liberados⁴⁵ (ASTRAL), considerada como a primeira organização de travestis do Brasil, cuja criação em 1992 intensificou o processo de politização das travestis, o que possibilitou uma luta coletiva mais organizada e institucionalizada dessa categoria.

Em 1993, aconteceu a primeira reunião de travestis provenientes de cinco estados brasileiros (Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais e Paraná), que resultou no I Encontro Nacional de Travestis e Liberados (ENTLAIDS), ainda hoje considerado o principal evento da militância trans* no país. Desde que iniciou, a frequência desse encontro tem sido anual (com exceção de 2001, 2014 e 2015), sendo que a sua terceira edição foi a primeira a contar com o financiamento do governo federal, através do Programa Nacional de DST/Aids. Apesar de a sigla ENTLAIDS ter se mantido, o nome do encontro bem como os principais temas debatidos têm sido diversificados ao longo das edições (Coacci, 2018).

Assim como já era viável a realização de encontros nacionais, havia o interesse pela ampliação da interlocução entre as militantes travestis de diferentes estados. Desse modo, durante os anos 1990, houve duas tentativas de criação de associações de âmbito nacional: a Associação Nacional de Travestis (RENATA) que, posteriormente, foi substituída pela Associação Nacional de Travestis e Liberados (RENTRAL), cuja mudança teve o intuito de aumentar o número de participações e colaborações, de acordo com a ativista Keila Simpson (n.d.). Embora ambas as tentativas não tenham perdurado, ao final dessa década, já se observava uma articulação maior entre os coletivos regionais

⁴⁵ De acordo com Coacci (2018, p. 151), a categoria “liberados” teria sido empregada no início do movimento trans* “como uma forma de criar solidariedade e de ampliar a rede de articulação incluindo gays afeminados, drag queens, transformistas e pessoas que se montavam só para se prostituir”.

de travestis e, por meio dessa organização, foi possível a inserção do “T” na sigla de um movimento social que, até aquele momento, era pautado apenas pela militância gay e lésbica (Carvalho, 2015; Simões & Facchini, 2009).

Conforme observaram Carvalho e Carrara (2013), no fim da década de 1990, a inserção do “T” no movimento social ocorreu em meio a um impasse entre a escolha dos termos identitários mais apropriados. O “T” poderia representar “travestis”, “transexuais” e “transgêneros”, sendo esse último advindo do inglês *transgender* e que, apesar de apresentar um caráter aglutinador de diferentes representações, foi refutado pela maior parte da comunidade trans*, seja por fazer alusão a um termo estrangeiro, seja pela confusão que havia na época na distinção entre os termos “transgênero” e “transgênico”, que são organismos geneticamente modificados. Além disso, nesse período, o sintagma “identidade de gênero” começava a ganhar maior destaque, como forma de consolidar a distinção entre gays, lésbicas e bissexuais de um lado, pautados pela orientação sexual, e travestis e transexuais de outro (Carvalho & Carrara, 2013). Essa diferenciação foi importante para delinear quais pautas eram mais urgentes para cada grupo. Neste período, por exemplo, as dissidências sexuais já se encontravam despatologizadas e menos estigmatizadas socialmente, enquanto as pessoas trans*, por ainda estarem inseridas no rol das classificações de transtornos mentais e por serem vistas como seres abjetos, precisaram enfrentar ofensivas normativas em múltiplos contextos.

A segunda onda do movimento trans*, apresentada por Coacci (2018), abrange o intervalo entre 2000 e 2010, sendo caracterizada tanto pela ampliação e consolidação dessa militância, bem como por tensões e mudanças internas, sobretudo pela continuidade das disputas identitárias entre os “Ts”. De acordo com Simpson (n.d.), em 2000, a então denominada RENTRAL se tornou Associação Nacional de Transgêneros (ANTRA) e, posteriormente, Associação Nacional de Travestis e Transexuais, nome que se mantém

até o momento presente com a mesma sigla. Outra organização de âmbito nacional que teve destaque neste período foi o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT), criado em 2005, em Brasília, durante o XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros (EBGLT) e do I Encontro Nacional de Transexuais. Conforme descreveu Coacci (2018), ainda que o CNT não tenha se institucionalizado, operando apenas como uma rede informal, é por meio desse coletivo que a identidade transexual se consolidou no movimento social organizado, criando outros contornos na configuração da militância trans*.

O CNT teve um papel relevante nas deliberações sobre a construção do processo transexualizador no Brasil, durante o primeiro governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Tão logo se iniciou o governo do PT, houve o estreitamento do diálogo entre movimentos sociais e o governo federal. Em 2004, foi instituído o programa Brasil Sem Homofobia (BSH), que representou um marco nas políticas públicas voltadas para a população sexo-gênero diversa, ao se propor a corresponder às necessidades e demandas apresentadas pelo movimento GLBT, como era denominado neste período. A saúde estava entre os principais campos de articulação, através do reconhecimento da complexidade das questões apresentadas pelas dissidências sexuais e de gênero (Brasil, 2012). Logo, vários setores do Ministério da Saúde foram acionados para recepcionar as novas demandas, como o processo transexualizador.

A elaboração do processo transexualizador tornou-se palco de disputas por saberes de diversas áreas, que culminou na prevalência do discurso médico-psi patologizantes através da Portaria 457/2008, da Secretaria de Atenção à Saúde/Ministério da Saúde, que regulamentava o processo transexualizador. Essa portaria condicionava os serviços de saúde envolvidos no processo ao diagnóstico psiquiátrico (Almeida & Murta, 2013). Além disso, durante essa construção conjunta, que envolveu a participação do movimento

social, pesquisadores e profissionais da saúde, o que prevaleceu na portaria foram as cirurgias, sendo colocados em segundo plano outros procedimentos relevantes para esse processo, incluindo a hormonioterapia. Coacci (2018), que entrevistou sujeitos envolvidos nas negociações para a criação dessa política pública, assinalou que foi esse um dos acontecimentos que corroboraram para o distanciamento entre “ativistas” e “acadêmicas”, que passaram a se relacionar “ora em conflito, ora em aliança” (p. 146).

As aproximações e distanciamentos entre movimento trans*, outros movimentos sociais e academia fazem parte do período que corresponde a terceira e última onda descrita por Coacci, que se inicia em 2010 e vai até a data da publicação de sua pesquisa, em 2018. Nesse intervalo, são observadas várias mudanças, tais como: a criação de novos coletivos e associações trans* regionais e nacionais; a disputa pela entrada de mulheres trans e travestis no feminismo e o fomento dos debates sobre o transfeminismo (Jesus, 2014a; Nascimento, 2021); o ciberativismo e as redes sociais como os espaços privilegiados de debates e reflexões sobre o movimento sexo-gênero diverso (Carvalho & Carrara, 2015); a midiaticização das pautas trans* em uma perspectiva não patologizadora; além disso, é neste momento em que se dá a emergência da militância transmasculina, com a formação de organizações nacionais específicas para esses grupos e a inserção de pautas que, até então, encontravam-se fora dos ambientes de discussão do movimento trans*.

A presença transmasculina no movimento trans* era exígua até os anos 2010. De acordo com Nery (2018), apenas no 18º ENTLAIDS, realizado em outubro de 2011 em Recife, que foi criado um espaço para a participação transmasculina. Em maio do ano seguinte, ocorreu a primeira grande reunião de transmasculinos no 7º Encontro Regional Sudeste de Travestis e Transexuais, em Belo Horizonte, ainda em uma configuração mista, com a presença de mulheres trans e travestis. Meses depois, era criada a primeira

organização transmasculina denominada Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), que tinha como uma de suas propostas a ampliação da rede hospitalar para o atendimento e acompanhamento do processo transexualizador junto ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Embora a ABHT tenha sido extinta em 2013, neste mesmo ano, foi criado o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), que procurou se organizar de maneira descentralizada, com várias coordenadorias operando em formato de rede (Santos & Morelli, 2018). Em 2015, o IBRAT organizou o I Encontro Nacional de Homens Trans (ENAHT) em São Paulo, sendo que a sua abrangência possibilitou a parceria com entidades como o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Conselho Federal de Serviço Social (CFSS). Além disso, o IBRAT teve papel fundamental na inserção das pautas transmasculinas no processo transexualizador, auxiliando na revisão da antiga legislação, que resultou na Portaria 2.803/13, do Ministério da Saúde, e garantiu o direito à procedimentos biomédicos que, até então, não contemplavam a população transmasculina.

Juntamente com o processo transexualizador, outra pauta que se destacou para o movimento trans* durante a terceira onda foi a despatologização. De acordo com Bento e Pelúcio (2012), após a década de 1980, as novas edições do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) e a Classificação Internacional de doenças (CID) reforçaram a compreensão do gênero como uma categoria psicodiagnóstica, quando este deveria ser entendido como uma categoria cultural. Devido a esse controle normativo, no cenário brasileiro, o acesso da comunidade trans* à terapia hormonal, à cirurgia de redesignação de gênero e a outros procedimentos biomédicos tem sido mediado por diagnósticos médico-psiquiátricos. Essa compulsoriedade passou a ser coletivamente contestada no país a partir dos anos 2010, reflexo de um movimento de

despatologização das identidades trans*, que ganhou força no cenário internacional a partir da campanha *Stop Trans Pathologization* (Parem com a Despatologização Trans, tradução livre).

O enquadramento de identidades trans* no rol de transtornos mentais é uma das formas de estigmatizar subjetividades que não se conformam à normatividade cisgênera (Vergueiro, 2015). Ao longo da história, indivíduos considerados doentes, sob a ótica da anormalidade criminalizada (Foucault, 2010), têm sido sujeitados às mais diversas práticas de violência, sobretudo quando a leitura desse adoecimento é perpassada por valores morais. Nessa lógica, o sujeito visto como anormal se torna alvo da abjeção social (Kristeva, 1982), que se manifesta através do ódio, do repúdio e de reiteradas tentativas de aniquilação de suas existências. Conforme assinalou Jesus (2014b), a patologização das subjetividades trans* legitima os cotidianos crimes de ódio, incluindo os assassinatos motivados pela transfobia.

No cenário brasileiro, diante da negligência e ineficiência do Estado no levantamento de dados estatísticos relacionados às violências contra a população trans*, o próprio movimento social precisou atenuar os efeitos dessa ausência de informações a partir da elaboração de relatórios e demais documentos informativos⁴⁶. Fundada em 2009, em decorrência de divergências com a ANTRA, a Rede Trans Brasil é uma organização nacional que tem contribuído para a produção contínua desses materiais instrutivos. De acordo com a ex-presidenta Thatiane Araújo (n.d.), com o intuito de promover consciência política e de registrar as ausências de direitos, a Rede Trans Brasil tem buscado documentar as suas denúncias através de cartilhas, notas e dossiês temáticos.

⁴⁶ Embora não produza dossiês temáticos sobre a violência contra a população trans*, é fundamental assinalar a relevância simbólica do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS). Ao aglutinar duas dimensões subjetivas que são alvos da violência racial e transfóbica no Brasil, o FONATRANS é um espaço de pertencimento e de bastante atuação na militância trans*

Desde 2016, a Rede Trans tem publicado dossiês anuais de assassinatos, suicídio e outras mortes brutais de pessoas trans* no Brasil. O trabalho envolve o método hemerográfico, já utilizado pelo Grupo Gay Bahia, no qual a contagem dos casos é feita através das notícias que circulam na mídia, que são posteriormente checadas, para validar a pesquisa. Além da Rede Trans, a ANTRA também tem publicado relatórios anuais com o mesmo método de levantamento de dados. Cabe ressaltar que, em ambas as organizações, o suicídio de pessoas trans* tem sido evidenciado como uma questão alarmante nessa comunidade, haja vista o número de pessoas trans* que interrompem a própria vida devido a uma conjuntura social transfóbica e mortífera. Ademais, conforme alerta Benevides (2022), existe a retórica que persiste na patologização de pessoas trans* ao afirmar que a identidade trans*, em si, já seria um fator de risco para o comportamento suicida, desconsiderando todos os múltiplos contextos de violência aos quais pessoas trans* estão submetidas desde fases arcaicas de suas vidas.

Embora inexistam instrumentos públicos voltados para avaliação da saúde mental da população sexo-gênero diversa, incluindo os levantamentos de óbitos por suicídio (Baére, 2019), existe o entendimento de que a violência social e todas as mazelas enfrentadas por pessoas LGBTQIA+ são agravantes para o sofrimento psíquico dessa população (Carvalho & Menezes, 2021). A própria Política Nacional de Saúde Mental LGBT (2012) assinala a necessidade de cuidado com a saúde mental das dissidências sexuais e de gênero e faz menção ao suicídio como um problema de saúde presente nesta população. Ao longo de 2010, o CFP procurou assistir à comunidade trans* ao apoiar as campanhas de despatologização das identidades trans*. Paralelamente a esse apoio prestado, o CFP publicou, em 2018, a Resolução 01, que estabelece normas para profissionais da psicologia em relação aos atendimentos voltados para pessoas transexuais e travestis, sob a ótica da despatologização. Essa normativa do CFP busca

suprimir os posicionamentos transfóbicos que ainda se encontram presentes nos contextos clínicos no país e, de certo modo, têm sido insuflados por correntes conservadoras e por setores fundamentalistas religiosos (Lionço, 2019).

Ao considerar o plural histórico do movimento trans* no cenário brasileiro e os desafios enfrentados por essa militância na luta pela afirmação de seus direitos, o que inclui o direito à saúde em todas as suas dimensões, torna-se necessária a investigação sobre a condição de saúde mental de pessoas trans* que se encontram inseridas no movimento social. Seria esse um ambiente propício para o cuidado psíquico? Haveria contextos no ativismo agenciadores de sofrimento? O presente trabalho teve como objetivo analisar qualitativamente as vivências pessoais e a trajetória no movimento social de ativistas trans* e compreender como esses sujeitos políticos entendem o modo pelo qual as suas representatividades e ocupações no movimento trans* impactam o seu bem-estar e a sua saúde mental. O intuito não foi direcionar as participações para discorrerem especificamente sobre a própria saúde mental e o sofrimento psíquico, mas identificar como esses temas atravessam, direta ou indiretamente, as suas experiências em suas relações com a militância.

MÉTODO

A pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília (IH/UnB)⁴⁷. Inicialmente, foi elaborada uma lista de possíveis colaborações, com a proposta de que houvesse a presença de diferentes gerações da militância trans*. Essa lista teve como critério o histórico de compromisso com o movimento trans* até o momento presente. Era sabido que, por se tratar de uma

⁴⁷ Parecer de número 3.250.834

pesquisa produzida por pessoas cisgêneras, os convites poderiam ser negados ou ignorados. Há um entendimento compartilhado na comunidade trans* de que, ao longo da história, suas subjetividades estiveram a serviço de pesquisadores cisgêneros que exotizaram as suas vivências através de investigações que não levavam em consideração as suas falas, restringindo-as a meros objetos de pesquisa (Benevides & Lee, 2018; Silva, 2019). Logo, a prioridade tem sido a participação em trabalhos realizados ou por pessoas trans*, como forma de incentivar a inserção dessa população no campo acadêmico e científico, ou por pessoas que sejam reconhecidas como “cis-aliadas”.

No período de envio dos convites, observou-se a maior disponibilidade de participação das pessoas transmasculinas, sendo o grupo que respondeu e confirmou a participação com maior celeridade. Por outro lado, dois convites realizados a mulheres trans e travestis foram ignorados. Infere-se que, por se tratar de pessoas que se encontram há mais tempo no movimento social, muitas já estiveram reiteradas ocasiões no lugar de objeto de pesquisa de pessoas cisgêneras. Logo, a disposição para contribuir com pesquisas acadêmicas se torna menor se comparado aos sujeitos transmasculinos que, neste momento, encontram-se mais interessados em ter as suas demandas circulando nos espaços públicos de debate, incluindo a academia.

As colaborações das mulheres transexuais e travestis envolveram uma mulher transexual branca, de 55 anos, moradora de Goiânia, psicóloga e mestra em Saúde Mental, presidenta de coletivo trans* e envolvida no transativismo desde a década de 1990 (TF1); mulher transexual negra, de 34 anos, natural de Recife, presidenta de coletivo trans e estudante de ciências sociais (TF2); mulher transexual negra, de 31 anos, designer de moda, cabelereira e presidenta de uma organização trans do Distrito Federal (TF3); travesti branca, de 31 anos, natural do Ceará, moradora do Rio de Janeiro, pedagoga, atriz e poetisa (TF4).

Entre os ativistas transmasculinos estão um homem trans branco, de 43 anos, natural e morador de Fortaleza, antropólogo e pesquisador, coordenador nacional de grupo transmasculino (TM1); sujeito intersexo transmasculino branco, de 39 anos, natural de São Paulo e morador do Rio de Janeiro, sociólogo e pesquisador (TM2); homem trans negro, de 28 anos, natural e morador de Fortaleza, agente de segurança e membro fundador de casa de acolhimento para pessoas LGBTQIA+ (TM3); homens trans negro, de 27 anos, morador de Brasília, educador físico e coordenador regional de organização transmasculina (TM4).

Com atenção para questões sensíveis à comunidade trans* no que concerne à participação em pesquisas acadêmicas, o presente trabalho buscou analisar qualitativamente (Minayo, 2012) as vivências pessoais e a trajetória na militância de pessoas trans* através de entrevistas abertas, iniciadas com a pergunta disparadora: “Conte-me sobre a sua história de vida, envolvendo a sua chegada no ativismo e como tem sido a sua relação com a militância bissexual desde então” À medida que se apresentavam novas questões envolvendo experiências de sofrimento e/ou de bem-estar relacionadas ao exercício do ativismo e às dinâmicas internas do movimento social, outras perguntas eram trazidas para direcionar o aprofundamento temático, tais como: “Fale-me mais sobre isso” ou “Conte-me um pouco mais sobre o que acabou de mencionar”. Devido ao contexto pandêmico e ao fato de as participações serem provenientes de outros estados, todas as entrevistas foram realizadas através de aplicativos de videochamada e integralmente gravadas, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

As entrevistas ocorreram entre os meses de janeiro e março de 2022 e as gravações entre fevereiro e março de 2022. As oito transcrições foram submetidas à análise de conteúdo (Bardin, 2016), que consistiu na categorização de elementos a partir

de sua reincidência temática na fala das pessoas entrevistadas. Para além dos aspectos semânticos, os conteúdos subjacentes também se tornaram objetos de análise. São os aspectos ideológicos, as ideias implícitas, as suposições e aquilo que não pode ser dito ou reconhecido pelo sujeito na ocasião da entrevista, mas, nem por isso, deixa de ser relevante para a pesquisa.

Como forma de assegurar maior rigor ao trabalho, a análise de conteúdo foi elaborada por dois avaliadores. Em uma primeira etapa, cada grupo de entrevistas foi analisada pelos avaliadores separadamente, a fim de que fossem levantadas as categorias específicas e comuns ao grupo das mulheres transexuais e travestis e ao grupo dos homens transexuais e transmasculinos. Ao final desse processo inicial, os avaliadores se reuniram para comparar as análises realizadas em cada grupo. A partir dessa comparação, foi possível chegar a três categorias comuns.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da análise de conteúdo, foram elencadas três categorias, a saber: 1-) As dores e as delícias da representatividade; 2-) Situando o sofrimento psíquico na militância trans; 3-) Sobrevivência através da gestão do cuidado.

A seguir, cada uma das categorias será descrita de modo detalhado. Como forma de auxiliar a compreensão de cada categoria e subcategoria, foram compartilhados, em itálico, fragmentos das falas das entrevistadas (TF1, TF2, TF3 e TF4) e dos entrevistados (TM1, TM2, TM3 e TM4).

1-) As dores e as delícias da representatividade

As vivências na militância podem ser promotoras de bem-estar, ao conferir a determinados sujeitos coletivos historicamente marginalizados um espaço de reconhecimento e de pertencimento. Contudo, também é possível que essas experiências sejam permeadas por relações conflituosas. O nome dessa categoria, que faz alusão à música de Caetano Veloso, já intitulou um relatório sobre as transmasculinidades no Brasil (Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos; Revista Estudos Transviades, 2021) e, de certo modo, sintetiza as experiências compartilhadas nas entrevistas. Embora seja reconhecida a relevância do movimento social como veículo de transformação pessoal, nem por isso as vivências neste espaço político se mostram exclusivamente satisfatórias ao envolver questões relacionadas à representatividade e à participação na militância.

*1.1-) Contextos preambulares na militância trans**

Antes de adentrar na militância trans, a maioria dos participantes se reconhecia apenas como dissidências sexuais. Ou seja, os transmasculinos se entendiam como lésbicas e as mulheres transexuais se entendiam como gays. Provavelmente, se houvesse condições para que conseguissem afirmar a sua identidade trans* desde cedo, aspectos relacionados a essa fase preambular apresentariam outros contornos. De acordo com TF2, a sua fase cisgênera, que precedeu o ingresso no ativismo trans*, foi um período em que ainda era uma pessoa despolitizada, no qual se via como *preconceituosa, que estigmatizava as pessoas, pois não conhecia a realidade*. Sua transformação pessoal e o seu interesse pela pauta de direitos humanos ocorreram após a sua transição de gênero, quando se inseriu no movimento social, através de uma ONG voltada para a população que vive com HIV/Aids. Embora a inserção de TF2 nessa ONG tenha acontecido nos

anos 2010, foi ao longo da década de 1990 que as ONGs de HIV/Aids se tornaram uma das principais portas de entrada para o ativismo trans*.

Além das ONGs de enfrentamento à epidemia de HIV/Aids, para TF1, cujo ativismo se iniciou nos anos 1990, a pauta pelo direito à cirurgia de redesignação de gênero também contribuiu para a intensificação de sua militância. Foi a partir dessa agenda que, juntamente com outras colegas, TF1 organizou um coletivo de transexuais na década de 1990. De acordo com a entrevistada, a luta pela garantia da cirurgia foi alvo de críticas da população travesti nesse período. *Eu sou daquela época onde as travestis mais antigas e várias outras populações falavam: "Ah, é a doida que vai arrancar o pau", "Ah, é a doida, é a maluca que briga por causa de uma cirurgia".* Se outrora havia uma desavença entre transexuais e travestis no que concerne ao desejo pela cirurgia de redesignação de gênero, hoje essa diferenciação não se encontra mais em debate, pois existe o consenso de que não são procedimentos biomédicos que definem quaisquer identidades trans*, mas a autoafirmação. Enquanto psicóloga, TF1 assinalou que, na atualidade, o que une todas é a luta contra a lógica patologizadora e cisnormativa, que ainda se encontra enraizada na cultura.

A necessidade de lidar contra os efeitos da normatividade de gênero tem feito parte da trajetória de TM2, que descobriu ser uma pessoa intersexo já adulto, quando estava se aproximando da militância lésbica e bissexual. Embora tenha sido criado e se socializado como mulher, a descoberta da intersexualidade possibilitou que entrasse em contato com a identificação masculina que, até então, encontrava-se refeeda. Contudo, por estar inserido em atividades do movimento de mulheres lésbicas e bissexuais, em um primeiro momento, sentiu-se mais à vontade se apresentando como um sujeito não-binário. *Eu nunca vou ser muito desse feminino que me foi imposto, mas, influenciado pela Caminhada, eu nem queria ser o masculino. Se eu me assumisse como*

transmasculino, por exemplo, como a minha origem foi o movimento de mulheres lésbicas e bissexuais, era como se eu estivesse traindo o movimento (TM2).

A preocupação de TM2 não estava apenas atrelada ao receio de trair o movimento de mulheres lésbicas e bissexuais, mas também de buscar não se enquadrar no padrão de masculinidade que era amplamente criticada e repudiada por elas. A atenção e o cuidado em relação ao tipo de masculinidade que iriam apresentar ao longo da transição esteve presente na fala dos ativistas transmasculinos. Essa inquietação, por sua vez, esteve ausente na fala das mulheres transexuais e travesti, ou seja, elas não mencionaram ao longo das entrevistas terem experienciado apreensões no que concerne ao tipo de feminilidade que iriam apresentar. Talvez, a preocupação transmasculina se deve ao fato de muitos deles, antes da transição, estarem próximos a movimentos feministas e reconhecerem os danos causados pelo sexismo e pelo machismo. *Eu sempre tive aproximação com o movimento feminista, a militância feminista. Mas eu nunca fui atuante, nunca estive atuando de forma direta, de linha de frente. Mas sempre estive ali apoiando, como ainda hoje apoio e atuo de uma certa forma, de uma forma indireta, nos movimentos feministas. (TM1).*

1.2-) Dinâmicas internas conflituosas

Embora a relação com o movimento feminista tenha sido descrita como harmoniosa para parte dos ativistas transmasculinos, TM2 afirmou que foram aspectos negativos relacionados a certos posicionamentos feministas em grupo de lésbicas e mulheres bissexuais que lhe fizeram preferir se aproximar da militância transmasculina. Neste grupo, além de se incomodar com a impossibilidade de pautar quaisquer assuntos que pudessem envolver questões relacionadas aos homens, TM2 também afirmou ter se

sentido incomodado com o aumento da presença de militantes autodeclaradas feministas radicais que, segundo ele, apresentavam discursos trans excludentes. Desse modo, para ele, a militância se tornou *um lugar tóxico, porque não era mais só de mulheres lésbicas e bissexuais, virou um antro de radfems*. TM2 percebia os efeitos dessa retórica violenta através da inexistência de mulheres trans e travestis nesses espaços. *Eu não lembro de nenhuma mulher trans lésbica participando, ou se assumindo como trans lésbica*.

O combate aos discursos de ódio e ao posicionamento trans excludente tem sido uma pauta de grande relevância para a militância de mulheres transexuais e travestis, com o amplo apoio da comunidade trans*. Isso porque determinadas retóricas transfóbicas tendem a reforçar discursos biologizantes, que naturalizam o gênero e incitam a estigmatização e a violência contra a população trans*. Embora sejam observadas a concordância e a uniformidade de toda a comunidade trans* frente a determinadas questões, não significa que sejam esporádicas as desavenças e contestações neste diversificado espaço social. Nas entrevistas, por exemplo, uma questão que se pronunciou foi a queixa dos ativistas transmasculinos em relação ao silenciamento de suas pautas e de suas participações.

Conforme apontou TM4, desde que se inseriu na militância sexo-gênero diversa, tem observado tentativas de desqualificação das pautas transmasculinas por parte de gays e de mulheres transexuais e travestis, sob o argumento de que esse grupo, por possuir curta trajetória na militância, é inexperiente e inexpressivo. *As pessoas vêm e falam: "Ah, vocês chegaram agora. Não é assim, não é assado". E a gente quer reivindicar alguns direitos, algumas questões nossas, próprias da nossa pauta, especificidades e aí falam: "Não, peraí, essa pauta não é importante agora. Deixa para depois, porque ela veio recente agora"*. Além da diminuição da importância de suas demandas, outro modo relatado para silenciar os ativistas transmasculinos envolve a alegação do gênero.

Conforme TM4 tem testemunhado, é recorrente que as tentativas de manifestação desse grupo sejam nomeadas de atitudes machistas. *Porque a gente é homem, aí a gente não pode falar. Porque a gente é macho, é escroto. E aí a gente tem sempre que calar a boca. É sempre uma violência dentro de uma violência, lembrando que a gente é LGBT também, a gente também é calado em vários outros locais.* Nesse sentido, TM4 assinala enxergar uma espécie de misoginia intrínseca a essa forma de apagamento. Ele relembra que, por ter vivido durante muito tempo como uma mulher lésbica, já experienciava esse silenciamento agindo sobre o grupo lésbico. Agora, inserido no grupo transmasculino, afirmou: *Eu nunca me senti tão silenciado quanto eu sou agora* (TM4).

Dinâmicas de apagamento dentro da militância LGBTQIA+ diversa não se restringem às práticas de silenciamento dos sujeitos transmasculinos. Ao longo da história do movimento sexo-gênero diverso, TM1 observa uma tendência de organização das agendas da militância de maneira monolítica, o que tem impossibilitado a aceitação das interseccionalidades. *Você tem que ser um ativista trans em qualquer lugar que você esteja, mas as outras lutas que você coloca, vai ter que colocar sempre depois (...) estava no Facebook, eu tinha publicado alguma coisa, aí tinha uma ativista trans que estava me seguindo. Ela disse a seguinte frase, marcou para nunca mais esquecer: "Você precisa escolher que tipo de ativismo você quer fazer, porque não dá para você ser trans e intersexo. Ou você é trans, ou você é intersexo. Você precisa escolher onde você vai seguir". Aí eu respondo para ela a seguinte coisa: "Se você acha que eu vou deixar um dos dois ativismos, não vou".*

A imposição pela escolha de um ativismo é uma das problemáticas que perpassam a militância trans* dentro de um rol de questões que se fazem presentes neste ambiente social e político. *É atravessamento que não acaba mais. Atravessamento de raça, de cor, de etnia, atravessamento de não-binariedade, atravessamento de cultura e arte,*

atravessamento de saúde, de educação, de segurança pública, atravessamento territorial, geográfico. Então é uma imensidão de atravessamentos (TM1). Além dessas múltiplas dimensões, TM1 traz como obstáculo as exigências que recaem sobre os militantes. Porque se você não der conta desses atravessamentos, você vai ser cobrado por isso. Você vai ser cobrado: "Pô, que organização é essa que não lida com a política de raça, cor e etnia?", "Que organização que está centralizada só no Nordeste, ou só no Sul e no Sudeste, e não dialoga com os outros territórios?".

Diante de tantas demandas, outro aspecto mencionado pelas ativistas transexuais e travesti é o desinteresse da nova geração em participar ativamente da militância. *Nesse momento, elas estão mais interessadas em pegar tudo pronto. É uma geração que já pegou tudo pronto. Porque tem aquelas cinco lá atrás que apanhou, sabe? (TF1).* A indignação compartilhada por TF1 é maior porque, segunda a militante, hoje muitas dessas jovens dispõem de maior abertura, incluindo apoio familiar, para se inserirem no movimento social em comparação às ativistas que as antecederam. Contudo, talvez seja justamente esse cenário atual que corrobora para que o ativismo não se apresente como uma urgência para as novas gerações trans*. TF4, por sua vez, acredita se tratar de uma forma diferenciada de participação. *Talvez a militância hoje em dia, o ativismo, esteja mais invisível porque a gente atua de uma forma, diferente do que era atuado antigamente (...) agora que a gente está tendo algumas trans eleitas. Está sendo menos danoso para as mais velhas não observarem a continuidade das duas lutas.*

Ao passo que foi relatada a crítica à baixa participação das novas gerações na militância trans, também foi apontado a predisposição das gerações mais antigas de centralizarem as atividades e participações. *Eu vejo ativistas que representam uma entidade nacional ou uma entidade local que personificam o próprio movimento trans para elas (...) principalmente alguns ativistas um pouco mais antigos, um pouco mais*

famosos, personificam o movimento e trazem para si como dono e proprietário da pauta LGBT (TF3). De acordo com TF3, esse fenômeno possui até uma denominação anedótica. Chama-se "ING", indivíduo não-governamental. Não é um coletivo, é uma pessoa que se identifica como representante do movimento trans inteiro. Se identifica como o próprio coletivo, fala pelo coletivo, fala pelo movimento inteiro. Fala por si só, mas que se diz representando o movimento inteiro de pessoas trans.

A presente categoria envolveu relatos de experiências nos processos de aproximação, de inserção e de participação no movimento trans*, além dos conflitos relacionados à representatividade neste espaço de militância. Considerando que a maior parte das pessoas entrevistadas se reconhecia como dissidência sexual antes de ingressar no movimento trans*, a autopercepção da despolitização antes de ingressar no movimento social, conflitos entre a priorização de pautas nas dinâmicas internas da militância e a preocupação com as performatividade de gênero que iriam apresentar após a transição foram aspectos identificados ao longo das entrevistas. Evidenciou-se também que questões comuns e unificadoras da militância trans*, como a luta contra as transfobias, como os discursos trans excludentes, coexistem com certas posturas e posicionamentos por parte de mulheres transexuais e travestis, que resultam no apagamento e no silenciamento da militância transmasculina. Além disso, foi apresentada uma crítica à tendência monolítica do movimento social, no qual se observa a imposição pela escolha de um único ativismo e, ainda, foram apontadas as constantes cobranças para que todos os atravessamentos que compõem o universo das dissidências sexuais e de gênero não sejam preteridos. Por fim, foi trazida uma crítica entre entrevistadas transexuais e travestis no que concerne à menor participação e atuação política das novas gerações de pessoas

trans*. Por outro lado, foi apontado que justamente as gerações antigas que costumam centralizar as atividades da militância através da personificação.

2-) Situando o sofrimento psíquico na militância trans

Muito tem sido divulgado sobre a dura realidade da população trans* no Brasil. Não apenas apontado como o país que mais assassina corpos trans* no mundo através de pesquisas internacionais (Transgender Europe, 2021), como também pelos documentos produzidos pelo próprio movimento social (Benevides, 2022; Rede Trans Brasil, 2021). A cultura brasileira, estruturalmente patriarcal, sexista e LGBTQIA+fóbica, apresenta inúmeros obstáculos a essa população por meio de uma transfobia capilarizada, que se torna um impeditivo para a população trans* fruir plenamente de sua cidadania e traz grandes prejuízos psíquicos para esse grupo. Ao considerar os impactos na saúde mental da população trans* e compreender a complexidade das dinâmicas internas no movimento social, essa categoria descreve quais são os contextos no movimento trans* agenciadores de sofrimento psíquico e como as relações interpessoais na militância, muitas vezes, encontram-se atravessadas por dores que dificultam a manutenção de ambientes harmoniosos e promotores de bem-estar.

2.1-) Sobre cargas e urgências

Inserir-se na militância trans* é lidar com múltiplas atividades que vão se apresentando cotidianamente, em diferentes espaços sociais. Em todas as entrevistas, estiveram presentes queixas relacionadas à sobrecarga de trabalhos que, por não ser devidamente distribuída, torna-se fator de estresse e de sofrimento. Embora seja

importante para um coletivo contar com o maior contingente possível de membros, nem sempre um número grande de inscritos significa boa capacidade de organização de tarefas. Devido a dificuldades encontradas na conciliação da vida pessoal com a militância, é frequente que muitas pessoas que, num primeiro momento, disponibilizam-se para participar de ações de organizações as quais se filiaram, acabem por se isentarem das incumbências, restando para um grupo menor as demandas acumuladas. *A gente tem mais de 70 pessoas trans no grupo do Whatsapp. Mais de 70 pessoas trans. Quem constrói as ações da associação são quatro pessoas* (TF2).

Conforme sinalizou TM1, ainda que exista o entusiasmo para criar coletivos com certa horizontalidade no organograma, é comum que os integrantes que assumem as funções de coordenação tenham que lidar com o excesso de trabalhos, enquanto as pessoas que não se voluntariam para essas funções se tornam mais isentas na participação dos compromissos. *Porque existem trâmites, e os trâmites requerem uma série de burocracias. Aí então as estruturas acabam criando também as manifestações que têm mais responsabilidade (...) E aí quem vai ficando, digamos, nessa pirâmide mais embaixo é a pessoa que também menos se envolve* (TM1). Em meio a essa construção piramidal, há sujeitos que irão se destacar e, por conta de desenvolturas apreciadas pela militância, serão impulsionados pelo coletivo, ainda que também possuam muitas atribuições pessoais. *Se você é uma pessoa boa, articulada, isso te suga, te puxa, porque você não consegue não estar, não promover, não construir* (TF4). Ademais, existe a responsabilidade pessoal. *Porque, às vezes, você é a única esperança que uma pessoa trans tem e você quer fazer valer a pena, por você e por aquela pessoa (...) é um acúmulo das dificuldades: vem um acúmulo das palavras transfóbicas, vem um acúmulo das portas do mercado de trabalho fechadas, vem o acúmulo das suas contas chegando e você não ter dinheiro para pagar. Vem o acúmulo de tudo* (TM3).

Nesse panorama, a pessoa que recebe os maiores encargos frequentemente se vê em meio a inúmeros compromissos e, em muitos casos, é aquela que precisará lidar com as decepções que fazem parte desta ocupação. *Você tem, por exemplo, cinco pessoas para se reunir ao longo do dia. Você leva seu projeto, a pessoa lê, lê. Daí diz que vai dar uma resposta depois e você fica esperando e, às vezes, nem lhe dão retorno, nem nada (...)* Além de ser cansativo fisicamente, porque você tem que se locomover de um canto para outro, é desgastante psicologicamente. Porque, às vezes, ao longo de um dia, você fala do mesmo assunto inúmeras vezes para poder ver se dá certo, para poder ver o que vai acontecer (TM3). O problema compartilhado por TM3 está relacionado a uma atividade típica do movimento social, que é a captação de recursos para projetos. Além das ações de cuidado, da participação em eventos, dentre muitas outras atuações inerentes ao exercício da militância, é o financiamento que costuma viabilizar a continuidade dos trabalhos e a permanência nos coletivos.

No campo do financiamento de projetos, TM4 nota a existência de uma desigualdade entre os sujeitos coletivos que irão angariar mais recursos para as suas associações. Essa assimetria distingue quem consegue, ou não, manter-se na militância. *A sobrevivência [no movimento social] vai depender justamente disso: qual recorte que você é dentro da sigla LGBT. Porque se você é um cara gay, cis, você consegue viver e viver muito de militância. Logo, para ser contemplado por uma verba de projetos, a depender do grupo, é preciso intensificar o trabalho. Você tem que estar sempre subscrevendo, tipo, vinte projetos. Desses vinte, talvez dois caiam pra você (...) eu não digo que dá para viver tranquilamente com o dinheiro da militância. Aí depende também de onde você está nessa sigla (TM4).* Ao citar uma grande associação LGBTQIA+ brasileira, que possui ampla presença cisgênera e diferentes profissionais em seu quadro de participações, TM4 evidencia as diferenças. *Porque eles tinham dinheiro, porque eles*

eram advogados, grande parte deles eram empresários ou psicólogos, tinha uma certa carreira e já tinham mais que 30 anos. Então conseguiam militar voluntariamente, de graça. E a gente, não. A gente dependia, às vezes, de passagem.

Logo, enquanto alguns perfis, devido ao lugar social de privilégio ao qual pertencem, conseguem exercer a militância sem preocupações básicas, para muitas pessoas advindas de contextos de vulnerabilização, é preciso primeiro angariar o básico para a sobrevivência. *É bem difícil a gente conseguir falar sobre essas coisas todas, porque para muitas realmente é urgente o prato de comida, é emprego e renda (TF4). Porque se a sociedade não nos mata literalmente, ela nos mata de fome. Porque se você não tem dinheiro, não tem comida (TM3).* Essa urgência se tornou ainda maior no período pandêmico. *Porque a partir do começo da pandemia, alguns projetos e trabalhos ficaram paralisados e a gente ficou basicamente à mercê de auxílio emergencial. E aí isso mexeu psicologicamente com algumas pessoas, porque viram tendo uma situação de ter que ter restrição de alimentação, restrição de moradia, inclusive sendo expulso, despejados de suas casas em alguns casos (TF3).*

2.2-) A naturalização do sofrimento e o medo de confiar

No que concerne ao sofrimento psíquico resultante dos contínuos processos de violência aos quais a população trans* encontra-se submetida na sociedade brasileira, as mulheres transexuais e travestis trouxeram apontamentos importantes. Devido aos cenários que se transformaram com o passar dos anos, cada geração apresentou uma percepção diferente em relação à forma de lidar com as violências transfóbicas. De acordo com TF2, as gerações mais antigas da militância precisaram resistir a uma ofensiva mais cruel e agressiva. *Existe uma geração de pessoas trans, da minha geração para trás, que*

são pessoas que levavam até pisa no rosto, lavava defunto, ia para as cadeias, virava presa. A violência é um lugar tão natural para a gente, porque é isso que foi imposto.

A fala de TF2 informa sobre a penosa realidade infligida às gerações mais antigas da militância trans*, que as fizeram ter a necessidade de resistir às violências com maior dureza, uma vez que essa era a única escolha que possuíam neste período. Essa distinção, de acordo com a entrevistada, incide também no campo da saúde mental. *Eu tenho visto que esse lugar geracional, ele também vai falar dessa saúde mental. Eu já vi pessoas trans dizendo que era um monte de frescura das pessoas mais jovens. Porque, claro, elas são de outro lugar, elas são de outro momento. E elas vão dizer: "Nada, que depressão? Vai-te embora arrumar um cliente. Isso passa. É dinheiro? Vai arrumar", "Que nada, esse povo quer ganhar, quer cruzar as pernas. Eu não tive papai e mamãe, não. Não tive família, não. Eu fui para a rua, eu fui trabalhar.*

Como é possível perceber, para algumas militantes mais antigas, a maneira de interpretar determinados efeitos psíquicos da violência que, na atualidade, são caracterizados e encontram maior oferta de acolhimento e cuidado, cria uma geração mais frágil e despreparada, que sucumbe com maior facilidade por ter a opção de se vulnerabilizar. Embora TF2 identifique essas retóricas advindas de militantes endurecidas por biografias marcadas por crueldades, ela observa que a carência afetiva é uma mazela enfrentada por todas as pessoas trans*. *Ninguém quer constituir família com a gente. Afeto ninguém quer dar. Então nós tivemos que construir um mundo à parte nesse processo. E não é fácil. Por isso que nossas populações são tão adoecidas.*

As sequelas de um histórico de privações de afeto foram destacadas na fala das mulheres transexuais e travesti. Nas entrevistas, elas discorreram sobre como essas restrições criam barreiras nas relações interpessoais. *Eu acho que uma das coisas que faz com que pessoas trans, mulheres trans e travestis, passem a inclusive rejeitar certos*

afetos, é essa negação da família (TF2). Essa propensão para rejeitar afetos, de acordo com TF3, ocorre por uma necessidade de as pessoas trans estarem sempre vigilantes e desconfiadas, de forma a ter bloqueios a enxergar no igual uma pessoa que seja talvez um algoz, uma pessoa que seja contra você. Não é saudável você ser uma pessoa trans e enxergar uma outra pessoa trans como, digamos assim, opressora, como uma inimiga. Acho que seria mais saudável a gente enxergar a nós mesmos enquanto pessoas amigáveis, amigas, que são parceiras.*

Na perspectiva de TF3, essa questão não se apresenta de modo uniforme na comunidade trans*. *É comum na nossa população, principalmente de mulheres trans e travestis. A gente sempre teve as outras pessoas como aproveitadoras, como algozes, como opressores. Então a gente acaba enxergando todo mundo, inclusive nossos iguais, nossos pares, como pessoas que possivelmente vão nos violentar psicologicamente, mentalmente, fisicamente, que vão nos oprimir, que vão nos desafiar, nos afrontar. Para TF2, esse cenário de inseguranças e desconfianças não apenas resultam em uma postura refratária aos afetos, mas também na dificuldade de os ofertar. Eu acho que nós não somos muito afetuosas. Eu sempre vejo que a gente aprendeu a construir um tipo de afeto específico. Não aquele afeto familiar, sabe?*

2.3-) A necropolítica transfóbica: vidas trans suicidadas*

Na atualidade, o campo de estudos e pesquisas sobre o comportamento suicida, a suicidologia, tem contado com um número maior de contribuições provenientes das áreas das ciências humanas, que buscam apresentar outros prismas para a reflexão acerca desse fenômeno. Durante muito tempo, as produções científicas sobre o comportamento suicida estiveram concentradas na psiquiatria, o que incorria na impossibilidade de pensar o

suicídio como um acontecimento psíquico e político, reflexo da cultura e da sociedade de uma época (Lima, 2020). Essa mudança epistêmica tem possibilitado o olhar mais atento para os aspectos epidemiológicos do suicídio, evidenciando os motivos que levam determinadas populações minorizadas politicamente a apresentarem taxas mais altas de tentativas e de mortes por autoextermínio, sem que isso resulte na naturalização dessas perdas, como se esses grupos tivessem uma condição intrínseca que as levaria para um destino funesto (Benevides, 2022; Baére, 2019).

No caso da população trans*, por inexistirem instrumentos públicos disponíveis no Brasil para o levantamento de informações sobre o suicídio nesse grupo (Baére, 2019), essas pesquisas têm sido realizadas pelo próprio movimento social (Benevides, 2022; Rede Trans Brasil, 2021), que têm alertado sobre a elevada frequência de mortes autoprovocadas na comunidade trans*. Em decorrência de todo o estigma social e das violências reiteradas, verdadeiros impeditivos para as suas existências, há o entendimento de que pessoas trans* no Brasil têm sido suicidadas pela sociedade. *Nós entendemos que nós não nos suicidamos, nós somos suicidados. E apresentamos isso até mesmo em forma de uma metáfora. Nós entendemos que o suicídio para pessoas trans é estar numa situação entre um precipício e, do outro lado, uma massa que te empurra para esse precipício. Aí você só tem duas alternativas: ou você enfrenta essa massa, o que causa muitas dores e a saúde mental abala demais, ou então tem o outro passo, que é você pular. Pula o precipício aí, que é mais fácil tu ficar em paz pulando. Pelo menos, termina* (TM1).

A metáfora trazida por TM1 retrata o modo como o cenário social tem se antagonizado com as existências trans*, sem que isso mobilize o poder público. Logo, o fenômeno das vidas trans* suicidadas tem sido entendido como uma das consequências da necropolítica (Mbembe, 2019) agenciada contra a população sexo-gênero diversa no

Brasil que, no caso das pessoas trans*, também corrobora para que a expectativa de vida dessa população seja, ao que tudo indica, tragicamente inferior à de pessoas cisgêneras (Antunes, 2013). Esse contexto de perdas e dores repercute nas ações das organizações militantes. Por também serem espaços de acolhimento no campo da saúde mental, os discursos envolvendo o sofrimento psíquico são recorrentes nesses ambientes. *Nós recebemos demandas por cima de demandas e a grande maioria delas está relacionada com a dor. De cem demandas que a gente recebe, talvez uma, ou duas, ou três venha dizer: "Eu passei no doutorado"* (TM1).

No panorama que envolve a análise das vidas trans* suicidadas, existe a preocupação com a população transmasculina. Em março de 2022, a morte de Paulo Vaz, conhecido como Popó, reconhecido ativista das transmasculinidades, repercutiu por todo o movimento trans* e intensificou o alerta sobre a necessidade de investir mais esforços no campo da saúde mental. Na perspectiva de TF3, existe uma distinção na forma como os homens trans e transmasculinos lidam com as violências transfóbicas, que produzem sofrimento psíquico. *Eles lidam de formas diferentes que nós, mulheres trans e travestis, com essas violências. E acabam internalizando isso e acabam, muitas das vezes, acarretando depressão e suicídio, em automutilação.*

De acordo com a entrevistada, a diferenciação de gênero está relacionada à forma como o grupo de homens trans e transmasculinos foi socializado ao longo da infância e da juventude. *As pessoas que são socializadas, na infância e juventude, como mulheres, são ensinadas a internalizar, a absorver e se calar. E isso acaba refletindo depois que a pessoa transiciona. Isso acaba ocasionando que os homens tendem a internalizar, absorver e acabar não externalizando aquelas violências que eles sofrem, não externalizando que eles sentem, o que eles têm. Muitas vezes se silenciam, se apagam, se invisibilizam nos espaços justamente por isso* (TF3). Por outro lado, ela observa que as

mulheres trans e travestis, por ter lidado com um cenário mais intenso de violências, tendem a reagir de forma mais contundente contra vivências de hostilidade. *E a nossa vida, principalmente das mulheres trans e travestis que estão na prostituição, que fazem esse tipo de trabalho, é de resistir mesmo, sabe? Não internalizar e externar, onde muitas pessoas trans e travestis são mais violentas, são mais afrontosas, porque lidam de forma diferente com essas situações de violência e afrontam e revidam e, enfim, agredem de volta. E os homens trans realmente não têm esse tipo de comportamento. Lidam de forma diferente com as violências* (TM3).

A interpretação compartilhada por TF3 está alinhada a certas teorias psicodinâmicas sobre o suicídio, uma vez que a impossibilidade de externalização das dores decorrentes de violências traumáticas e de perdas inestimáveis pode ter como consequência o direcionamento da reação hostil contra essa vivência sofrida para o próprio sujeito (Pietro & Tavares, 2014). De todo modo, é importante salientar que, em relação aos aspectos epidemiológicos, os homens apresentam maiores taxas de suicídio, enquanto mulheres apresentam frequências mais altas de tentativas de autoextermínio, um fenômeno conhecido na suicidologia como paradoxo de gênero do comportamento suicida (Baére & Zanello, 2018; Canneto & Sakinofsky, 1998). Ademais, é sabido que, na construção das masculinidades, o cuidado com a própria saúde, incluindo a saúde mental, é compreendido como um sinal de fraqueza e de ausência de virilidade, o que corrobora para que os homens, em geral, tenham menor zelo com os cuidados de si (Zanello, 2018). As pesquisas supracitadas estão relacionadas à população cisgênera. Portanto, seria de fundamental relevância o investimento em pesquisas que investiguem a influência do gênero na saúde mental da população trans*.

Ao longo da categoria, foi possível observar alguns dos contextos da militância trans* que produzem sofrimento psíquico e a forma como ativistas trans* lidam e interpretam a fragilização da saúde mental devido a constantes vivências vulnerabilizadoras. a concentração de trabalhos em decorrência da árdua distribuição de atividades nas associações militantes; os percalços para contribuir efetivamente com o movimento social quando necessidades básicas, como alimentação, moradia e trabalho, ainda não foram supridas; as diferentes formas de lidar com as violências transfóbicas e como isso repercute na apreciação dos efeitos psíquicos oriundos dos experiências de hostilidade e de negligência social; a compreensão do comportamento suicida de pessoas trans* como um assassinato social, tendo em vista que é um conjunto de fatores políticos e culturais que criam impeditivos para as suas existências e, portanto, suicidam existências trans*.

3-) Sobrevivência através da gestão do cuidado

Devido à relevância e ao impacto social das ações envolvidas no movimento sexo-gênero diverso, é comum que os militantes percebam a dedicação aos trabalhos como uma tarefa compulsória e ininterrupta, tal como aponta TF2: *a gente vivencia todos os dias o ativismo. Você ser ativista, então você não pode descansar.* Essa impressão trazida pela entrevistada tem como desdobramento a estafa física e emocional, por se tratar de uma ocupação cujas demandas são contínuas, pois requer a disponibilidade para a atenção e cuidado de uma população que, muitas vezes, encontra-se em estado de grande vulnerabilidade. Portanto, ao longo das entrevistas, foram compartilhados os meios através dos quais o exercício do ativismo tem sido articulado com o investimento no autocuidado.

O afastamento temporário da militância foi um ponto em comum entre os entrevistados. Para TF2, esse afastamento é uma forma de não entrar em contato com aspectos negativos presentes no movimento social. *Eu me esqueço completamente do ódio, da raiva, da maldade das pessoas.* Na perspectiva de TF1, saber dizer não é uma maneira de cuidar de si. No período pandêmico, ela afirmou ter sido convocada a participar de inúmeras lives a convite de uma organização da qual faz parte, sem ao menos ter uma contribuição financeira, pois estava utilizando recursos pessoais para estar presentes nesses encontros virtuais. Logo, quando passou a se tornar menos disponível, compreendeu essa postura como uma forma de se preservar. *Eu não posso cuidar do outro sem eu cuidar de mim. E eu não quero ser útil para você, como forma de utilidade comercial, de ser usada.*

Enquanto há o relato sobre a necessidade de impor limites às solicitações da organização, TM1 afirmou fazer parte de uma associação na qual é incentivado o afastamento temporário para a resolução de problemas pessoais, sobretudo quando estão envolvidas questões emocionais. *Tem todo esse processo de distribuição de dor, de distribuição de problemas, de dificuldades que pode se chamar de fugas para ter uma sanidade, para ficar são. Recentemente, estou passando por uma situação extremamente complicada, bem delicada, bem sensível. Aí quando isso acontece, não só eu como a outra pessoa, a gente pede um tempo para se reestabelecer, para cuidar, para não deixar aquilo ficar doentio. Então a gente tem um cuidado.* Ele aponta também que uma forma de gestão do cuidado neste espaço se dá através da atenuação de sentimentos de culpa. *Criamos um mecanismo de cuidado entre nós de entender todas essas demandas que chegam como não pertencentes cem por cento nossas. Isso quer dizer que quando acontecer de fugir, de escapar das nossas possibilidades, a gente não trazer isso como uma culpa ou uma responsabilidade de culpa (TM1).*

Na perspectiva de TM2, o tempo de afastamento é justamente uma forma de se preservar na militância, sem precisar abandoná-la. *O tempo, ele tem que se tornar um parceiro nosso. Não ser um inimigo, no sentido de que o movimento quer que as coisas aconteçam para amanhã. E aí, pela ansiedade, vai frustrando, as pessoas querem parar de lutar, porque demora, é difícil. "Ai, eu vou cuidar da minha vida, porque a minha vida já é uma luta diária, eu não preciso ter mais uma luta"*. Esse entendimento é uma forma de compreender a importância de estar bem mentalmente para o exercício do ativismo, ainda que isso seja um desafio por conta dos tipos de demanda que lidam. *Uma pessoa trans que é ativista, militante, ela tem que estar bem, principalmente psicologicamente. Para receber todas essas bombas do dia a dia do seu pessoal e ainda da militância* (TM4).

Além do distanciamento temporário das atividades da militância, todas as pessoas entrevistadas assinalaram estar fazendo ou já terem feito psicoterapia. *Eu tenho uma psicóloga que me acompanha, que faz esse processo, que é o momento de esvaziamento, onde eu vou esvaziar um pouco o que está pesado aqui. E nesse processo de esvaziamento vou me liberando* (TM1). Essa é uma realidade distante da comunidade trans*, haja vista que é recorrente as vivências LGBTQIA+fóbicas em espaços de atendimentos clínicos (CFP, 2019), o que faz com que muitas pessoas sexo-gênero diversas tenham que realizar inúmeras tentativas até encontrar uma pessoa capacitada para acompanhá-las. No caso de TM3, que tem buscado auxílio no SUS, apenas recentemente conseguiu iniciar um processo psicoterápico.

Para TM2, ainda é preciso que a psicologia invista mais na diversidade sexual e de gênero. *Uma coisa essencial para a saúde mental no ativismo é a necessidade de: primeiro, uma psicologia voltada à diversidade; dois: uma psicologia engajada no movimento LGBTI; três: a inserção do psicólogo social como um personagem de extrema*

relevância para o movimento. Porque aí esse psicólogo social vai contribuir com o seu conhecimento no sentido de não nos deixar ansiosos, que é um negócio para ontem. Já para TF4, os serviços de cuidado com a saúde mental não deveriam se restringir ao campo psi. Acredito que os serviços têm que pensar dinâmicas mais criativas que envolvam multiprofissões. Não dá mais para ser só com psicólogo, psiquiatra (...) acho que precisa se travestilizar mais o espaço da clínica, da saúde mental, de terapias e tudo.

Tendo em vista as dificuldades de encontrar profissionais no campo da saúde mental capacitados para o atendimento de demandas de pessoas trans*, coletivos e associações militantes têm investido em núcleos de saúde mental, para que o acolhimento e o cuidado sejam ofertados dentro da própria organização. *A coordenação de saúde está com um projeto que, uma vez por mês, nós vamos nos encontrar. E aí, não só nós, toda a população transmasculina estará convidada e profissionais de saúde para a gente desabafar. Dizer tudo o que a gente está a fim de dizer sem medo de preconceito, sem medo de discriminação (TM1).* Essa iniciativa proposta por um grupo transmasculino dialoga com o que foi compartilhado na categoria anterior, sobre a necessidade que essa população apresenta de comunicar afetos e sentimentos, para que isso não incorra em sobrecargas emocionais insustentáveis.

A religiosidade também se apresentou como um recurso para atenuar os estresses da rotina com o movimento social. Dois entrevistados, TM1 e TM4, afirmaram ter a religião como um alicerce, que os viabiliza a continuar na militância. *Meu equilíbrio inicialmente vem daí, vem desse orixá. Então eu tenho uma prática candomblecista que me possibilita ter um equilíbrio. É onde eu vou fazer minhas práticas ritualísticas que me possibilitam esse equilíbrio (TM1).* Cabe ressaltar que ambos fazem parte de uma religião afro-brasileira, reconhecida pela inclusão social em suas práticas, mas que ainda apresenta relutância na aceitação das identidades trans* (Dias & Colling, 2018), tal como

observou TM4. *Porque eles não querem validar dentro dos axés, dentro dos terreiros, a identidade de uma pessoa trans. Por exemplo, uma travesti, dentro do axé, ela tem que ser chamada de ele e usar roupas masculinas. E eu, enquanto homem trans de axé, para alguns lugares, eu tenho que usar saia e ser tratado no feminino. É uma forma de exclusão, porque a partir do momento em que eu mato a identidade de alguém dentro desses espaços, ela não existe.* Devido a essas imposições, TM4 também tem realizado a sua militância nesses espaços religiosos.

Por fim, o engajamento na arte e na cultura também foi um elemento presente nas entrevistas como forma de manutenção do autocuidado. Tendo em vista um número maior de produções no campo da diversidade sexual e de gênero, incluindo as epistemologias trans*, TF1 afirmou que as leituras e estudos são ocasiões propícias para articular o descanso com a oportunidade da aprendizagem. TF4, por sua vez, tem na arte uma das suas principais vias de expressão emocional. *Eu venho da arte também, do teatro. Isso me acalma um pouco (...) E me perceber como uma pessoa que pode refletir o que eu penso, o que eu sou, o que eu acho, o que eu acredito, que pode reverberar em arte. Gosto muito de escrever poesia também. Atuo, tenho alguns trabalhos no audiovisual como atriz. E também ajudo a produzir eventos, saraus, espaços onde reúne artistas, que para mim são espaços muito sagrados. E eu conseguir me encontrar com as minhas semelhantes produzindo arte, pensando arte. Porque séculos atrás isso tudo foi negado para nós.* Cabe ressaltar que, no cenário brasileiro, o ativismo⁴⁸ tem sido um dos principais veículos de difusão das pautas da comunidade sexo-gênero diversa, o que tem fundamental relevância para combater os estigmas da cisheteronormatividade.

⁴⁸ De maneira sucinta, o ativismo é definido como determinadas expressões artísticas que apresentam cunho político mais evidente (Colling, 2019).

Nessa categoria, foram apresentados os meios através dos quais é possível conciliar a participação e permanência na militância com o investimento no autocuidado. Além do afastamento temporário, como forma de preservação pessoal, também foram trazidos o processo psicoterápico e/ou a oferta de um espaço para a externalização e compartilhamento das dores, além do investimento na religiosidade, bem como na arte e na cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou apresentar as vivências pessoais e a trajetória no movimento social de ativistas trans*, de forma a observar como as suas experiências na militância repercutem em seu bem-estar e na saúde mental. Para isso, foi apresentado a dinâmica e complexa história do movimento trans* brasileiro, mostrando como o campo da saúde esteve presente nas pautas de seus coletivos e organizações. Tendo em vista que as identidades trans* ainda se encontram estigmatizadas na cultura e na sociedade, mesmo após a conquista da despatologização, a existência dessa população é atravessada por muitos percalços que acabam por repercutir nas relações interpessoais e na construção das ações do movimento social.

A partir da análise qualitativa de entrevistas com dois grupos de ativistas (mulheres transexuais e travesti; homens trans e transmasculino), foram produzidas três grandes categorias. A primeira contextualizou o processo de aproximação, inserção e participação na militância, além dos conflitos por representatividade. Foram apresentados os desafios presentes na distribuição das atividades e das responsabilidades, alguns impasses nas relações entre os grupos pertencentes ao movimento trans*, como o silenciamento dos transmasculinos, além das expectativas e cobranças que recaem sobre

as organizações. A segunda categoria, por sua vez, procurou situar o sofrimento psíquico no movimento trans*, mostrando quais foram as principais dinâmicas produtoras de dores apresentadas nas entrevistas e como a fragilização da saúde mental se expressa nesta população, incluindo a contextualização sobre as vidas trans* suicidadas pela cultura e sociedade transfóbicas. Por fim, a última categoria envolveu o compartilhamento dos meios encontrados por militantes trans* para cuidarem de si, evitando que os contextos hostis culminem em processos de adoecimento psíquico.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, que envolveu a participação de um número restrito de ativistas, é sabido que muitos assuntos e pautas relacionadas à militância trans* estiveram ausentes neste trabalho. Como as categorias analisadas envolveram o agrupamento das questões compartilhadas por ambos os grupos, temas específicos que apareceram com pouca frequência, mas nem por isso apresentam menor relevância, não puderam estar presentes como categoria ou subcategoria. Desse modo, seria de grande relevância que próximos trabalhos envolvendo a saúde mental na militância trans* pudessem se deter em um único grupo, incluindo nessa proposta a participação da militância não-binária.

Ainda cabe ressaltar que, ao longo da elaboração do texto, houve a preocupação para que a bibliografia trabalhada não fosse ciscentrada, tampouco que a introdução e a seção de resultados e discussão apresentasse uma roupagem exotizante das identidades trans* (Benevides & Lee, 2018; Silva, 2019). Ainda que a participação do ativismo trans* nesta pesquisa tenha se dado através do relato de experiências, ao serem utilizadas majoritariamente produções teóricas e científicas de pessoas trans para embasar o trabalho, buscou-se também apresentá-las como agentes epistemológicas (Nascimento, 2021).

REFERÊNCIAS

- Almeida, G., & Murta, D. (2013). Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, 380-407.
- Antunes, P. P. S. (2013). *Travestis envelhecem?* São Paulo: Annablume.
- Araújo, T. A. (n.d.). *Quem somos? Rede Nacional de Pessoas Trans no Brasil*. Recuperado de: <http://redetransbrasil.org.br/quem-somos/>
- Baére, F. (2019). A mortífera normatividade: o silenciamento das dissidências sexuais e de gênero suicidadas. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 2(5).
- Baére, F., & Zanello, V. (2018). O gênero no comportamento suicida: Uma leitura epidemiológica dos dados do Distrito Federal. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 23(2), 168-178
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Benevides, B. G. (2022). *Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021*. Brasília: ANTRA; Distrito Drag.
- Benevides, B., & Lee, D. (2018). Por uma epistemologia das resistências: apresentando saberes travestis, transexuais e demais pessoas trans. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, 9(2), 252-255.
- Bento, B.; & Pelúcio, L. (2012). Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feministas*, 20(2), 569-581.

- Brasil (2012). *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Canetto, S., & Sakinofsky, I. (1998). The gender paradox in suicide. *Suicide Life Threatening Behavior*, 28(1), 1-23.
- Carvalho, M. F. L. (2011). *Que mulher é essa? identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais* [Dissertação de Mestrado em Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações UERJ. <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/4054>
- Carvalho, M. F. L. (2015). *"Muito prazer, eu existo!" Visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas Trans no Brasil* [Tese de doutorado em Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações UERJ. <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/4733>
- Carvalho, M. F. L., & Carrara, S. (2013). Em direção a um futuro trans? Contribuições para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidade, salud y sociedad*, (14), 319-351.
- Carvalho, M. F. L., & Carrara, S. (2015). Ciberativismo trans: considerações sobre uma nova geração militante. *Contemporânea Revista de Comunicação e Cultura*, 13(2), 382-400.
- Carvalho, F. L. C., & Menezes, M. S. (2021). *Violência e saúde na vida de pessoas LGBTI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Coacci, T. (2018). *Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no*

Brasil [Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional UFMG.

<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B32NG7>

Conselho Federal de Psicologia (2018). *Resolução Nº 1, de 29 de janeiro de 2018.*

Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.

Conselho Federal de Psicologia (2019). *Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs.* Brasília: Conselho Federal de Psicologia.

Costa, R. S. M. (2010). *Sociabilidade homoerótica masculina no Rio de Janeiro na década de 1960: relatos do jornal O Snob.* Dissertação de Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas.

Dias, C., & Colling, L. (2018). Resistências e rejeições nas vivências de pessoas trans no candomblé da Bahia. *Revista Ex Aequo*, (38), 95-110.

Foucault, M. (2010). *Os anormais.* 2. São Paulo: WMF Martins Fontes.

Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos; Revista Estudos Transviades (2021). *A dor e a delícia das transmasculinidades no Brasil: das invisibilidades às demandas.* Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos.

Jesus, J. G. (2014a). *Transfeminismo: teorias & práticas.* Rio de Janeiro: Metanoia.

Jesus, J. G. (2014b). Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. *História Agora*, 16, 101-123.

- Kristeva, J. (1982). *Approaching abjection, powers of horror*. Columbia University Press, Nova Iorque, 1–31.
- Lima, L. (2020). *Deverei velar pelo outro?: suicídio, estigma e economia dos cuidados*. Belo Horizonte: Editora Dialectica.
- Lionço, T. (2019). A psicologia entre a patologização e a despatologização das identidades trans. In: E. T. Sousa; M. S. Amaral; & D. K. Santos (Orgs.). *Psicologia, travestilidades e transexualidades: compromissos ético-políticos da despatologização* (pp. 43-56). Florianópolis: Tribo da Ilha Editora.
- Minayo, M. C. S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621–626.
- Nascimento, L. C. P. (2021). *Transfeminismo*. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Jandaíra.
- Nery, J. W. (2018). Transmasculinos: invisibilidade e luta. In: J. Green, R. Quinalha, M. Caetano, & M. Fernandes (Orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil* (pp. 393-404). São Paulo: Alameda.
- Oliveira, M. R. G. (2018). Por que você não me abraça? Invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros. *SUR. Revista Internacional De Direitos Humanos* (Impresso), 15(28), 167-180.
- Pietro, D., & Tavares, M. (2014). Crise suicida – sofrimento narcísico e dificuldades nas relações de objeto. *Alter – Revista de Estudos Psicanalíticos*, 32(1), 25-39.
- Rede Trans Brasil (2021). *Transfobia: a pandemia que o Brasil ainda não extinguiu e o isolamento social que conhecemos* Monitoramento: Assassinatos, Suicídios e

Mortes Brutais de Pessoas Trans no Brasil Dossiê, 2020. Retirado de:
<http://redetransbrasil.org.br/dossie/>

Sales, A. (2018). Travestis brasileiras e escolas (da vida): cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades [Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade Estadual Paulista]. Repositório Institucional UNESP.
<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/152979>

Santos, A. P., & Morelli, F. (2018). “Homens do futuro”: o movimento de homens trans no Brasil sob o olhar de Xande Peixe. In: J. Green, R. Quinalha, M. Caetano, & M. Fernandes (Orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil* (pp. 405-419). São Paulo: Alameda.

Silva, Y. V. S. (2019, 25 nov.). A cisgeneridade e o complexo do “apesar de”. *Medium*. Retirado de: <https://yunavitria.medium.com/a-cisgeneridade-e-o-complexo-do-apesar-de-be41a1c72e51>

Simões, J., & Facchini, R. (2009). Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Simpson, K. (n.d.). *História: e assim nasceu o Movimento Nacional de Travestis e Transexuais*. Retirado de: <https://antrabrazil.org/historia/>

Transgender Europe (2021). *Trans murder monitoring 2021*. Retirado de:
<https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2021/>

Vergueiro, V. (2015). Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade [Dissertação de Mestrado em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da

Bahia]. Repositório Institucional UFBA.

<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19685>

Zanello, V. (2020). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Editora Appris.

ARTIGO 04

PERCURSOS NA MILITÂNCIA BISSEXUAL: ESFORÇOS PARA RESISTIR AOS EFEITOS DA HEGEMÔNICA MONOSSEXUALIDADE

Resumo

Epistemologias bissexuais têm buscado alertar para as sequelas das bifobias na saúde mental de sujeitos monodissidentes. Tendo em vista a recente ampliação e consolidação da militância bissexual no movimento sexo-gênero diverso, o presente trabalho teve como escopo analisar qualitativamente as vivências pessoais e a trajetória na militância de ativistas bissexuais e compreender como esses sujeitos políticos entendem o modo pelo qual as suas representatividades e ocupações no movimento social impactam o seu bem-estar e a sua saúde mental. Para esta finalidade, foram realizadas entrevistas com oito militantes bissexuais: quatro homens e quatro mulheres. A partir da análise de conteúdo das entrevistas, foram produzidas quatro categorias: Lidando com a naturalização da monossexualidade; Reconhecimento e pertencimento; “Inbisibilidades” no movimento sexo-gênero diverso; e, por fim, Saúde mental e a (r)existência bi. Ao final, foi possível observar que a monossexualidade ainda é naturalizada no movimento LGBTQIA+ e que as bifobias agenciadas nas dinâmicas internas desse movimento social, também marcadas por valores de gênero, tem resultado na necessária organização e união da militância bissexual no cenário nacional, tendo a saúde mental como uma das suas pautas prioritárias.

Palavras-chave: Movimento LGBTQIA+; Bissexualidade, Ativismo Bissexual; Saúde Mental

O avanço dos estudos e pesquisas no campo da diversidade sexual e de gênero ainda não foi capaz de criar condições para a superação de certas divergências, como o entendimento da bissexualidade como uma identidade sexual legítima. Esse impasse em torno da veracidade da existência bissexual é resultante de uma perspectiva normativa, que compreende as monossexualidades, tal qual a homossexualidade e a heterossexualidade, como as únicas identidades sexuais autênticas, sendo as demais experiências vistas como intermediárias e, portanto, fictícias (Leão, 2018). O contínuo apagamento e contestação da bissexualidade não se restringe aos discursos

heterossexistas, que buscam estigmatizar as dissidências sexuais. Conforme assinala Angelides (2006), as próprias produções teóricas e epistemológicas voltadas para a historicização da sexualidade moderna, ao se focarem no surgimento das identidades homossexuais, reafirmaram a bissexualidade como questão secundária nessas discussões.

O preterimento dos debates em torno da bissexualidade, na visão de Yoshino (2000), é reflexo de um contrato epistêmico de apagamento bissexual, mantido por sujeitos autodeclarados heterossexuais e homossexuais. Logo, por não fazer parte do repertório semântico e cultural, a bissexualidade tende a ser esquecida na vida cotidiana, pois, para a maioria, ela sequer existe. Contudo, embora seja olvidada e, por vezes, desacreditada, Angelides (2001) aponta que a bissexualidade se encontra na base da estrutura epistemológica que envolve a oposição binária entre hetero/homossexual. Segundo esse autor, para as monossexualidades existirem, necessitam de seu negativo, o elemento Outro que enseja o delineamento de suas definições. Logo, a relação entre heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade envolve uma interdependência conceitual, em uma lógica trinária (Angelides, 2001).

A interrelação entre esses três termos, para além do campo epistêmico, também foi marcante no movimento político sexual. De acordo com Anderlini-D'Onofrio (2003), o movimento bissexual surgiu durante a década de 1970, a partir da insatisfação com os movimentos homossexuais. Neste período, a consolidação das militâncias sexuais identitárias incorreu na maior demarcação de suas representações enquanto organizações políticas. Como os sujeitos bissexuais eram recorrentemente indesejados e vistos como eventuais praticantes da heterossexualidade, tornou-se difícil a sua permanência em grupos de gays e lésbicas. Desse modo, a bissexualidade como identidade política emergiu neste momento como reação a posicionamentos hostis de grupos monossexuais (Van Alphen, 2017).

Na década de 1980, antes de o papel político da bissexualidade se ampliar na esteira dos debates promovidos pela teoria queer (Angelides, 2001), o comportamento e a identidade bissexuais se tornaram foco de interesse de pesquisas científicas, devido à epidemia de HIV/Aids. Conforme assinalou Storr (2002), a preocupação de epidemiologistas e de profissionais da saúde estava no fato de os sujeitos bissexuais, sobretudo os homens, serem considerados “pontes de infecção” entre a comunidade homossexual e o restante da população. Devido ao perfil de contágio, o foco das pesquisas envolvendo o comportamento e a saúde sexuais era os homens bissexuais. Conseqüentemente, a produção e a difusão de conteúdos em torno da bissexualidade neste momento não incluíram as mulheres bissexuais que, desde então, passaram a receber poucos recursos para pesquisas voltadas para as suas especificidades no campo da saúde sexual, assim como se deu com a população lésbica (Almeida, 2009; Storr, 2002).

De acordo com Storr (2002), ao longo da década de 1990, ao passo que os homens bissexuais seguiram como preponderantes objetos de estudo em pesquisas sobre a epidemia de HIV/Aids, as mulheres bi se sobressaíram nos campos da política bissexual e da teoria bissexual, principalmente em virtude do legado do ativismo feminista no âmbito acadêmico. Nesse período, em meio a conflitos pela busca do reconhecimento da bissexualidade no movimento social, observou-se a expansão da comunidade política bissexual, com a formação de alianças e a reiterada publicação de conteúdos voltados para essa temática, sobretudo no cenário internacional. No Brasil, por outro lado, a estruturação de grupos bissexuais, destacados de organizações e de coletivos mistos, apenas se deu a partir dos anos 2000 (Monaco, 2020).

Conforme assinalou Seffner (2003), que investigou a masculinidade bissexual no Brasil durante a segunda metade da década de 1990, não havia uma política identitária bissexual no país. A partir de uma rede postal composta por homens

informantes, que denominou de Rede Bis-Brasil, Seffner observou que, no que concernia às masculinidades bissexuais, o aspecto mais relevante na construção identitária de seus colaboradores era a masculinidade, e não a bissexualidade. Logo, o pesquisador apreendeu que a principal questão a ser enfrentada na construção dessa identidade naquele período envolvia uma dimensão de gênero, e não de sexualidade. De fato, foi apenas no período final da coleta da pesquisa de Seffner que a militância bissexual brasileira começou a se inserir no até então denominado movimento GLT (gays, lésbicas e travestis).

No Brasil, tal como ocorria em outros países, a presença de ativistas bissexuais em grupos mistos era atravessada por conflitos e tensões. Ao descrever o processo de inserção de bissexuais na sigla GLT, Facchini (2005) apontou o quanto essa inclusão se deu em meio a constantes negociações e acaloradas discussões dentro das organizações e grupos atuantes no movimento social sudestino. Em 1999, com o intuito de se alinhar ao cenário internacional, a Associação da Parada de São Paulo pactuou a utilização da sigla GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros), que veio a se adotada por grande parte dos grupos e coletivos no país. Neste mesmo ano, ativistas estadunidenses criaram o Dia da Visibilidade Bissexual, 23 de setembro. Essa data, gradualmente, popularizou-se na militância bissexual de todo o mundo (Leão, 2018).

Ao longo dos anos 2000, embora a nova sigla abrangesse a bissexualidade, as manifestações de discriminação e de preconceito contra as tentativas de organização política de sujeitos bissexuais no movimento social ainda eram recorrentes. Em entrevista concedida à pesquisadora Maria Leão (2018), que investigou construção da bissexualidade como uma identidade política no Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (Senalesbi), a socióloga Regina Facchini relatou as tentativas

inaugurais de formação da militância bissexual brasileira. Ela toma como referência a exclusão do termo “bissexuais” nas deliberações do XI Encontro Brasileiro GLT, ocorrido em São Paulo, em 2003. Nesta ocasião, ativistas bissexuais organizaram uma lista de e-mails que se denominou “Rede B”, através da qual passaram a trocar conteúdos e experiências advindas de diferentes partes do país.

Outra movimentação apresentada por Facchini para a pesquisa de Leão (2018) foi a criação do Coletivo Brasileiro de Bissexuais (CBB), em 2005, cuja composição envolvia as pessoas que já faziam parte da “Rede B”. Paralelamente ao surgimento do CBB, houve a fundação do Espaço B em São Paulo, que funcionou como um ambiente de formação política e de acolhimento a sujeitos carentes de um convívio livre de bifobias. De acordo com a socióloga, que integrou as ações militantes deste período, a busca pela organização do ativismo bi, mais do que um sentimento de construção política, era uma forma de responder às contínuas tentativas de apagamento e de invisibilização presentes no movimento social (Leão, 2018).

Ainda que houvesse o desejo de reagir contra as ofensivas existentes no interior do movimento social, por vezes se tornava árdua a continuidade das articulações da militância bi, o que prejudicou a longevidade dos coletivos e dos espaços voltados para sujeitos bissexuais. A vigência do Espaço B durou até 2008, no mesmo ano que o CBB encerrou as suas atividades, devido a um conflito com o Ministério da Saúde (MS) relacionado à substituição da representação bissexual em um evento. O desfecho dessa divergência incorreu em uma profunda desarticulação da militância bi naquele período. A partir daí, reorganização e a ampliação da militância bissexual ocorreu em grande parte na virtualidade, através dos agrupamentos que se constituíram nas redes sociais.

Ao discorrer sobre os grupos que retomaram as movimentações contemporâneas

da militância bissexual nos anos 2010, Leão (2018) apresentou a relevância do Bi-Sides, que surgiu como um blog em 2009, cuja proposta inicial era a tradução de textos estrangeiros, mas que se expandiu para o Facebook e demais ambientes virtuais. Enquanto rede social, o Bi-Sides viabilizou não apenas a identificação com a bissexualidade aos sujeitos que se encontravam sem referenciais para nominar a forma como se entendiam sexualmente, como também permitiu a reunião de bissexuais em um mesmo espaço. Esses agrupamentos virtuais têm sido essenciais para a consolidação da militância bi, ainda submetida a constantes tentativas de apagamento no movimento LGBTQIA+ (Leão, 2018, Monaco, 2020).

Dentre os efeitos das opressões direcionadas aos sujeitos bissexuais nas dinâmicas internas do movimento social, está o sofrimento psíquico. Em uma pesquisa que abrangeu o relato de ativistas que compõem o Coletivo B, espaço físico e virtual, criado em 2010, com o intuito de articular redes de bissexuais no cenário nacional e internacional, houve o consenso de que se entender bissexual em culturas que normatizam as monossexualidades é um fator de risco para a saúde mental (Monaco, 2020). A descrença e a desqualificação da bissexualidade têm feito com que pessoas bissexuais estejam sujeitas a comentários depreciativos e apresentem dificuldades para encontrar espaços de pertencimento social; comumente são vistas como confusas, inconstantes e inaptas para se relacionar; no caso das mulheres, ao serem consideradas promíscuas, também se encontram sujeitas a violências de gênero e a objetificação acentuada. Essas experiências corroboram para a fragilização psíquica de bissexuais, não apenas em comparação aos heterossexuais, como também em relação às lésbicas e aos gays, conforme tem apontado as epistemologias bi (Eisner, 2013; Leão, 2018; Monaco, 2020).

Embora sejam incipientes as pesquisas nacionais voltadas para a investigação da

saúde mental de pessoas bi, há publicações no cenário internacional que demonstram que, em comparação a sujeitos monossexuais, as pessoas bi, por serem vulnerabilizadas em diversos espaços sociais, estão mais propensas a apresentar sofrimento psíquico e índices acentuados de comportamento suicida (Dyar et al., 2019; Eisner, 2013). Pesquisas brasileiras que se debruçaram sobre a saúde mental de dissidências sexuais a partir do histórico de suicidalidade, ou seja, das ideações, planejamentos e tentativas de autoextermínio, ratificam os resultados encontrados em outros países e alertam para os efeitos nefastos da bifobia e da monossexualidade compulsória (Baére & Zanello, 2020a, 2020b; Teixeira-Filho & Rondini, 2014).

Em 2022, ao considerar os prejuízos psíquicos oriundos da bifobia e da mononormatividade sexual, o Conselho Federal de Psicologia publicou a Resolução 08/22, que estabelece normas de atuação para profissionais da categoria em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais. Dentre as normativas do documento estão o respeito a autodeterminação de cada sujeito em relação a sua orientação sexual, a não medicalização e patologização desse grupo e o reconhecimento da legitimidade, não os vinculando às homossexualidade ou às heterossexualidades (CFP, 2022).

Tendo em vista que epistemologias bissexuais têm sinalizado a fragilização da saúde mental da população bissexual e que as dinâmicas de opressão contra pessoas bi também se fazem presentes no interior do movimento social, o presente trabalho teve como objetivo analisar qualitativamente as vivências pessoais e a trajetória na militância de ativistas bissexuais e compreender como esses sujeitos políticos entendem o modo pelo qual as suas representatividades e ocupações no movimento social impactam o seu bem-estar e a sua saúde mental. Como a análise envolveu homens e mulheres cis bissexuais, também se propôs a identificar como as dimensões

de gênero (Zanello, 2018) se expressam em cada grupo. O intuito não foi direcionar as participações para discorrerem especificamente sobre a própria saúde mental e o sofrimento psíquico, mas identificar como esses temas atravessam, direta ou indiretamente, as suas experiências em suas relações com a militância.

MÉTODO

A pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília (IH/UnB)⁴⁹. Primeiramente, foi elaborada uma lista de possíveis colaborações, cujo critério de inclusão se baseou no compromisso com atividades voltadas para a militância bissexual. Foram entrevistados pesquisadores que têm trabalhado com a investigação sobre a bissexualidade na pós-graduação, sujeitos que criaram perfis em redes sociais voltados para temáticas bissexuais, assim como indicações dos próprios participantes. Ao final, chegou-se ao total de oito entrevistados: quatro mulheres bissexuais cisgêneros e quatro homens bissexuais cisgêneros. A cisgeneridade foi um critério de seleção, pois possibilitaria maior distinção dos participantes em relação às pautas da militância trans*.

Cabe ressaltar que, na procura por novas colaborações, houve maior dificuldade para encontrar homens bissexuais cisgêneros. Nas redes sociais bis, sujeitos cujos nomes e expressões de gênero estavam mais próximos ao que culturalmente se concebe por masculino, ao serem indagados sobre a identidade de gênero, afirmaram se encontrar em um momento de transição, identificando-se mais com a não-binariedade. A partir desse fato, foi levantada a hipótese de a dissidência monossexual abrir portas para o

⁴⁹ Parecer de número 3.250.834

questionamento da cisnormatividade. É notória a presença de pessoas não-binárias e agêneros na militância bissexual neste momento.

Entre as ativistas bissexuais, participaram das entrevistas uma mulher negra, de 52 anos, moradora do Rio de Janeiro, psicóloga e educadora, que se encontra na militância bissexual desde o início dos anos 2000, identificada neste trabalho como (MB1); uma mulher branca, de 28 anos, moradora de Belo Horizonte, pesquisadora em Comunicação Social, com foco em temáticas relacionadas à bissexualidade (MB2); uma mulher branca, de 28 anos, moradora do Rio de Janeiro, socióloga e pesquisadora (MB3); e uma mulher negra, de 26, moradora do Rio de Janeiro, jornalista e fundadora de coletivos voltados para o ativismo bissexual (MB4).

As colaborações dos ativistas bissexuais, por sua vez, envolveram um homem branco, de 38 anos, morador de Belo Horizonte, biólogo e professor (HB1); homem branco, de 35 anos, morador de Florianópolis, jornalista e presidente de partido político em âmbito local (HB2); homem branco, de 29 anos, morador de município ribeirinho do Piauí, educador (HB3); e um homem pardo, de 24 anos, natural do Pará e morador de Campinas, onde pesquisa temáticas relacionadas à bissexualidade.

Em comparação aos grupos mais antigos que compõem o movimento LGBTQIA+, a militância bissexual brasileira apenas se constituiu a partir dos anos 2000 e se expandiu na década seguinte, sobretudo através dos encontros viabilizados pelas redes sociais. Logo, por se tratar de uma militância mais recente, com predominância de jovens ativistas, o intervalo geracional dos sujeitos bissexuais foi menor em comparação às demais participações na presente tese. No ativismo bi, a maior amplitude etária se deu entre as mulheres bissexuais, provavelmente por terem sido elas as principais responsáveis pela consolidação da militância bissexual no país desde o início.

No presente trabalho, foi utilizada a abordagem qualitativa (Minayo, 2012), na qual a intersubjetividade é privilegiada ao longo do processo de construção da pesquisa, sendo a compreensão e a interpretação os eixos basilares desse tipo de investigação. Conforme assinala Minayo (2012), a compreensão, por se pautar na linguagem, é forjada no contexto sócio-histórico-cultural e, desse modo, é atravessada por relações de poder. Ela é sucedida pela interpretação, que abrange a elaboração das possibilidades do que foi compreendido. De acordo com a autora, através da interpretação bem conduzida, o pesquisador se surpreende ao vislumbrar a amplitude do que poderia ser compreendido a partir de suas falas.

Com intuito de analisar qualitativamente as vivências pessoais e a trajetória na militância, foram realizadas entrevistas abertas, por meio da pergunta disparadora: “Conte-me sobre a sua história de vida, envolvendo a sua chegada no ativismo e como tem sido a sua relação com a militância bissexual desde então”. À medida que se apresentavam novas questões envolvendo vivências de sofrimento e/ou de bem-estar relacionadas ao exercício do ativismo e às dinâmicas internas do movimento social, outras perguntas eram trazidas para direcionar o aprofundamento temático, tais como: “Fale-me mais sobre isso” ou “Conte-me um pouco mais sobre o que acabou de mencionar”. Devido ao contexto pandêmico e ao fato de as participações serem provenientes de outros estados, todas as entrevistas foram realizadas através de aplicativos de videochamada e integralmente gravadas, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

As entrevistas ocorreram entre os meses de agosto e setembro de 2021 e as gravações entre setembro e outubro de 2021. As oito transcrições foram submetidas à análise de conteúdo (Bardin, 2016), que consistiu na categorização de elementos a partir de sua reincidência temática na fala dos participantes. Para além dos aspectos semânticos,

os conteúdos subjacentes também se tornaram objetos de análise. São os aspectos ideológicos, as ideias implícitas, as suposições e aquilo que não pode ser dito ou reconhecido pelo sujeito na ocasião da entrevista, mas, nem por isso, deixa de ser relevante para a pesquisa.

Como forma de assegurar maior rigor ao trabalho, a análise de conteúdo foi elaborada por dois avaliadores. Em uma primeira etapa, cada grupo de entrevistas foi analisada pelos avaliadores separadamente, a fim de que fossem levantadas as categorias específicas ao grupo das mulheres bissexuais e ao grupo dos homens bissexuais. Ao final desse processo inicial, os avaliadores se reuniram para comparar as análises realizadas em cada grupo. A partir dessa comparação, foi possível chegar a quatro categorias comuns entre as mulheres e os homens bissexuais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da análise de conteúdo, foram elencadas quatro categorias, a saber: 1-) Lidando com a naturalização da monossexualidade; 2-) Reconhecimento e pertencimento; 3-) “Invisibilidades” no movimento sexo-gênero diverso; e 4-) Saúde mental e a (r)existência bi.

A seguir, cada uma das categorias será descrita de modo detalhado. Como forma de auxiliar a compreensão de cada categoria e subcategoria, foram compartilhados, em itálico, fragmentos das falas das entrevistadas (MB1, MB2, MB3 e MB4) e dos entrevistados (HB1, HB2, HB3 e HB4).

1-) Lidando com a naturalização da monossexualidade

O sujeito bissexual não apenas subverte a lógica heterossexista⁵⁰, como também a noção de que apenas seria possível a atração afetiva, emocional e sexual por um único gênero, ou seja, a monossexualidade. Logo, A bissexualidade está sujeita a um conjunto de retóricas e entendimentos que buscam desqualificá-la, como forma de naturalizar e reafirmar as monossexualidades. Nesta categoria, os entrevistados relataram situações em que foram alvos de práticas bifóbicas através da consideração de que a bissexualidade seria uma fase intermediária da sexualidade humana. As experiências descritas aqui envolveram o período que antecedeu a entrada dos participantes na militância LGBTQIA+, em um momento em que ainda não havia a politização da própria identidade sexual.

Antes de ingressar no ativismo bissexual, o processo de se entender como alguém atraído por mais de um gênero demandou intenso esforço pessoal por parte dos entrevistados. Tendo em vista que a heterossexualidade e a homossexualidade são comumente compreendidas como as únicas orientações sexuais possíveis, em uma lógica dualista, o sujeito que não se identifica com ambas as possibilidades tende a padecer pelo não reconhecimento de si. *Para mim, ou a pessoa era hétero ou a pessoa era homo. Só tinha isso. Não tinham outras possibilidades (HB1).* Ao se recordar desse período de sua vida, HB1 discorreu sobre o quanto lhe era difícil se encontrar em algum ponto identitário. *Como é que eu vou assumir que eu sou gay se eu não sou gay? Porque eu não sou assim.* Neste processo, seus colegas e amigos gays se valiam de argumentos monossexistas no intuito de amainar o seu desconforto. *Eu ouvia muito assim: "Isso aí é uma fase, daqui um pouquinho você vai descobrir o que que você gosta", "Você é gay, eu era assim também", "Daqui a pouco você vai parar de sentir isso", "Na verdade você está com*

⁵⁰ O heterossexismo é o entendimento de que a heterossexualidade seria a única orientação sexual legítima, sendo as demais consideradas desvios, perversões, sob o prisma da patologização.

medo de se assumir, porque é difícil mesmo. Mas quando você crescer, quando você ficar mais maduro, talvez você lide melhor com isso.

A bifobia descrita por HB1 evidencia que seus amigos e colegas homossexuais presumiam possuir uma verdade sobre a sua vivência, ao se enxergarem como mais maduros e experientes sexualmente. No caso, eles compreendiam a atração por mais de um gênero como uma postura intermediária, de quem ainda não é capaz de se assumir integralmente como homossexual. O mesmo ocorreu com MB1, que relatou ter ouvido de pessoas de seu convívio comentários como: *“Sai logo do armário”* e *“Você já passou da idade de ser bi”*. Tais posicionamentos, na visão de MB1, se dão pelo fato de a bissexualidade ser um fenômeno associado a uma experimentação juvenil, de pessoas imaturas.

A ideia de a bissexualidade ser uma fase da sexualidade incorre não apenas na atribuição de imaturidade aos sujeitos bissexuais, mas também a representação de serem pessoas confusas, que se desconhecem. Conforme descreveu MB1, ao se separar do primeiro marido e se abrir para o relacionamento com mulheres, escutou de pessoas conhecidas: *“Então você era lésbica e não sabia?”*, *“Você esse tempo todo estava enganada”*. Esses apontamentos denotam o quanto a monossexualidade é naturalizada, como um ponto de chegada na consolidação de uma genuína orientação sexual. Até alcançar esse lugar, as relações com mais de um gênero são lidas como experimentações. Logo, o sujeito bissexual, no anseio por essa confirmação, vê-se muitas vezes desorientado e desconfortável por não ser capaz de se identificar com a monossexualidade.

De acordo com os entrevistados que se entenderam como bissexuais ainda na adolescência, o período que antecedeu a identificação foi marcado por um permanente mal-estar. Esse desalento foi maior para aqueles que nasceram em cidades interioranas

do país, nas quais o conservadorismo e a ausência de convívio com a diversidade se tornam empecilhos para a busca de informações e de acolhimento. *No interior, tinha aquela ideia ainda de que psicólogo não é para gente. Então meio que eu mesmo me isolava e não buscava essa ajuda e não dizia que eu estava passando por esses problemas. Porque eu sabia que iam dizer que era frescura, que era coisa de viado. Então, como eu entendia que ia ser mais doloroso se eu falasse, eu ia fazendo as coisas escondido mesmo, como a automutilação, as tentativas de suicídio, tomando remédio escondido (HB3).*

Para grande parte dos entrevistados, a impossibilidade de se enquadrar na monossexualidade é o que acarretava maior sofrimento. Nos grupos sociais dos quais faziam parte, a ausência de conhecimentos sobre a bissexualidade e os preconceitos bifóbicos tornavam suas vidas mais difíceis e limitadas, como se algo imprescindível estivesse ausente. Por isso, a descoberta de espaços de reconhecimento e de pertencimento costumam ser encarados como marcos transformadores na biografia de sujeitos bis.

2-) Reconhecimento e pertencimento

Em culturas heterossexistas, entender-se como uma pessoa sexo-diversa costuma ser um processo árduo, sobretudo para sujeitos bissexuais, por também romperem com a norma monossexual. Conforme apareceu nas entrevistas, o momento de identificação com a bissexualidade, seja a partir de conceitos disponíveis em espaços virtuais, seja por meio do compartilhamento de experiências de outros sujeitos bis, foi um divisor de águas, que proporcionou alívio e atenuação do sofrimento psíquico. Nesta categoria, esses

relevantes contextos foram descritos como a porta de entrada para o movimento LGBTQIA+.

2.1-) *Existe um nome para a minha vivência*

Devido a todo mal-estar por não se reconhecerem nas monossexualidades, a descoberta da existência de um nome para se identificarem foi descrita como um importante evento, que propiciou alívio e organização interna. Até esse momento, a sensação compartilhada era de desorientação devido à ausência de um ponto de referência para se situar. *Eu passei vários anos da minha vida tentando encontrar essa palavra que eu pudesse me identificar, que fizesse sentido para o meu campo afetivo* (MB4). De acordo com a entrevistada MB4, a identificação que experienciou ao se deparar com o conceito de bissexualidade excedeu o campo afetivo e sexual: *a primeira vez que eu ouvi a palavra bissexual e fui entender o seu significado, houve essa identificação imediata, que eu não só sinto atração sexual e afetiva, mas também é essa forma que eu assumo de ver o mundo.*

Conforme sinalizou MB4, é possível que identificar-se como bissexual não apenas implique no reconhecimento de uma experiência afetiva e sexual, mas também na inserção em um universo maior, que busca subverter aspectos normativos das monossexualidades. Nesse sentido, foi importante para parte das pessoas entrevistadas se inteirar ainda mais de assuntos relacionados às vivências bis. No caso de HB1, essas informações foram compartilhadas nos chats de paqueras nacionais no início dos anos 2000, logo após se identificar com a definição de bissexualidade. *Foi no bate-papo do Uol. Eu vi a palavra bissexual, eu pensei: "Gente, o que é isso? O que é bissexual?". Aí me disseram: "Bissexual é uma pessoa que gosta...", na época, o conceito passado pra*

mim foi: "...que gosta de homens e de mulheres". Eu falei assim: "Ah, eu gosto disso porque eu acho que eu sou assim". E aí eu comecei a ter uma palavra para mim.

Desde o início dos anos 2010, é na internet que o ativismo bissexual tem se consolidado. Seja através de blogs que fornecem conteúdos atualizados sobre epistemologias bissexuais, seja nos grupos e páginas de coletivos bis nas redes sociais, são nesses ambientes virtuais que sujeitos dissidentes das monossexualidades encontram conceitos com os quais se identificam. De acordo com HB4, essa necessidade é ainda mais premente entre os sujeitos bissexuais em comparação aos homossexuais. *Diferente de gays e lésbicas, a gente pesquisa. A gente vai no Google e pesquisa o que é bissexual e aí passa um tempo lá tentando entender "Hum, talvez isso me encaixa, isso faz sentido para mim". Uma coisa que eu não vejo é alguém pesquisando o que é um gay ou uma mulher pesquisando o que é uma lésbica, ninguém precisa fazer isso.*

A constatação de HB4 denota a relevância da internet para esses sujeitos na descoberta da bissexualidade, pois se torna uma forma de ressignificar as próprias experiências outrora lidas como indefinições. Além de chats nos quais são compartilhadas experiências pessoais, foi em grupos de redes sociais que entrevistados tiveram sua aproximação da militância bissexual. Muitos desses grupos se tornaram posteriormente coletivos que hoje compõem a militância bissexual brasileira. HB3, por morar no interior, apenas teve acesso à internet após os 15 anos, quando foi disponibilizada em sua cidade. Descreveu esse espaço virtual como *um lugar bom*, pois foi ali que, ao navegar nos sites de busca, deparou-se com o Bi-Sides, um coletivo repleto de informações sobre bissexualidade. Mesmo não se sentindo à vontade para sair do armário após se identificar com a bissexualidade através desse coletivo, reconhece que esses ambientes virtuais já lhe oportunizavam não apenas a identificação, mas o entendimento de que havia outras pessoas iguais a ele.

2.2-) A potência do compartilhamento de experiências

No período que precedeu a identificação com a bissexualidade, a percepção que os entrevistados tinham de si era de sujeitos solitários, isolados em suas vivências, desprovidos de espaços de reconhecimento e de pertencimento. *Eu ficava assim: "Gente, eu sou a única pessoa do mundo que é assim". E eu me achava super estranho. Eu comecei a me achar uma aberração (HB1).* Portanto, os ambientes de compartilhamento de experiências lhes auxiliaram na mudança de compreensão da própria realidade. Assim que se deparou com o conceito de bissexualidade em chats na internet, HB1 buscou se reconhecer neste novo espaço através das experiências ali partilhadas. *Eu comecei a ter uma palavra para mim. Só que eu ainda não entendia muito bem o universo, então eu queria conversar com mais pessoas para entender se era aquilo mesmo. E aí eu comecei a conversar com as pessoas através da internet e aí vi que era aquilo. Eu falei "Caramba, eu sou isso aí".*

Conforme assinalou MB3, a troca de experiências no universo bi é fundamental para auxiliar sujeitos que se encontram em sofrimento por não se enquadrarem nas monossexualidades. Em sua perspectiva, essa relevância seria ainda maior para eles, por haver menos homens bissexuais assumidos na sociedade. *A gente tenta pautar masculinidades, em geral. Porque existe muita dificuldade para o homem bissexual se assumir, sair do armário, dizer "Essa identidade é minha".* De acordo com MB2, em comparação às mulheres, são os contextos socioculturais que criam barreiras de gênero para que os homens possam se entender como bissexuais. *Existe um controle muito maior na sociedade da performance sexual dos homens. Porque, como o que mulheres fazem*

entre si não é nem visto como sexo direito, você tem mais possibilidade de transitar e experimentar e viver múltiplas coisas. E, para homem, não é muito assim.

A perspectiva de gênero trazida pelas entrevistadas foi ratificada na fala dos homens, que descreveram períodos de muita dificuldade no processo de autoaceitação da bissexualidade. *Muitos homens acabam preferindo não dizer que são bissexuais. Muitos homens bissexuais preferem ficar num armário para poder vivenciar uma paixão por uma mulher, do que correr o risco de ser rejeitado. Também existem muitos homens que são bissexuais, mas que estão no armário como homens gays. São homens que estão no armário não como heterossexuais, mas como gays (HB1).* Além da influência do gênero, MB4 apontou que aspectos raciais acentuam a bifobia direcionada aos homens negros, pois eles não corresponderiam a representação social do sujeito negro viril. Do lugar de mulher negra, MB4 disse experienciar outras dinâmicas bifóbicas relacionadas às mulheres bissexuais, como a hiper sexualização. *Por eu ser uma mulher bissexual e negra, no meu caso, negra de pele clara, eu estou muito nesse imaginário da sexualidade, nesse imaginário da “mulata”. E aí, quando você fala que você é bissexual, parece que você é a pessoa que topa tudo.*

Tendo em vista as distintas formas como a bifobia se expressa a partir das dimensões de raça e gênero, o compartilhamento de conceitos e de relatos pessoais, incluindo as violências sofridas por sujeitos bis em suas especificidades, criam meios de promover a identificação com o universo bissexual por parte daqueles que estão se aproximando dessas temáticas. *Essa ideia de que existe algo chamada bifobia foi uma das coisas que me fez me identificar. Era uma narrativa que estava toda prontinha. Inclusive, coisas que eu li sobre pessoas bissexuais se sentirem excluídas ou terem tido dificuldade nas suas trajetórias. Então as informações já estavam meio prontas, uma política que já estava circulando. Eu me encontrei aí (HB4).*

O apoio fornecido pela disponibilidade de informações compartilhadas tem como desdobramento facilitar a identificação de pessoas com a bissexualidade, bem como a participação de mais pessoas no universo bi, abrindo-se para falar de suas próprias experiências. *A gente só conseguiu se assumir e falar sobre, quando a gente conheceu um ao outro, então eu acredito que mais pessoas bissexuais só vão conseguir falar se mais pessoas bissexuais conversarem, se conversarem e se conhecer* (HB3).

Nos últimos anos, HB4 tem percebido um número maior de perfis de pessoas com muitos seguidores nas redes sociais dispostas a falar publicamente sobre a bissexualidade, algo que não observava com tanta frequência. Desde que se inseriu na comunidade bi, passou a discorrer sobre a sua bissexualidade em todos os espaços de socialização e debates. *A enunciação seria um ato político, a minha ideia era essa. Então todas as oportunidades que eu tinha, em eventos, em rodas, sei lá, na internet, eu trazia a questão da bissexualidade.* Contudo, em um primeiro momento, ainda que estivesse entusiasmado com a sua proposta, HB4 se deparou com as bifobias agenciadas dentro da própria comunidade LGBTQIA+. *Houve uma reação que eu não esperava, porque ninguém levava isso a sério. Então eu achava que ia ter algum tipo de efeito político e eu virei algum tipo de piada.*

Ao longo dessa categoria, foram descritas a importância do momento em que os participantes se depararam com os conceitos de bissexualidade e o quanto o processo de identificação nesta ocasião propiciou alívio psíquico e atenuação das angústias. Ao contrário do que comumente ocorre entre os sujeitos monossexuais, foi necessário que os entrevistados, experienciando um mal-estar por não se entenderem como heterossexuais ou homossexuais, buscassem informações nos âmbitos virtuais, para serem capazes de sair de uma autopercepção negativa de si. Além disso, nesta categoria evidenciou-se a

relevância dos espaços de compartilhamento de experiências para que fosse possível a aproximação com o universo bissexual. A seguir, dando continuidade ao último relato de HB4, será possível perceber que as bifobias não estão ausentes no movimento LGBTQIA+, sendo nas interações da militância as ocasiões nas quais muitas violências bifóbicas são agenciadas.

3-) “Inbisibilidades” no movimento sexo-gênero diverso

A identificação com os conceitos de bissexualidade compartilhados em perfis de coletivos nas redes sociais foi a porta de entrada para os entrevistados no movimento LGBTQIA+. Ainda assim, em muitos casos, o ingresso no movimento social não se deu diretamente por coletivos exclusivamente bissexuais, mas através da participação em grupos mistos. Ao longo desta categoria, foram descritas as posturas e atitudes bifóbicas experienciadas nas dinâmicas internas da militância sexo-gênero diversa. Dentre elas, estão a replicação de violências de gênero, o apagamento e o silenciamento da bissexualidade, de modo que, após uma sucessão de violências praticadas nas interações dentro desses grupos mistos, houve a necessidade de se dirigirem para espaços específicos de pessoas bissexuais. *A gente tem esse imaginário de que o movimento LGBT, por ter libertado a gente, ter sido um lugar que fez a gente se sentir bem para sair do armário, para fazer o que a gente quiser, para ser quem a gente é, daí a gente acaba esquecendo de que é um lugar que tem pessoas e de que elas podem ser violentas também (HB3).*

3.1-) Replicação de estereótipos de gênero na militância

Ao considerar a perspectiva de parte dos entrevistados, de que assumir-se bissexual envolve um processo mais árduo para os homens, em decorrência da imposição cultural de comprovação da virilidade, infere-se que seja por essa razão a menor presença desse perfil na militância. De acordo com os relatos dos homens bissexuais, não era incomum a experiência de serem os únicos representantes dos grupos mistos dos quais participaram. *A associação era formada majoritariamente por homens gays, tinha umas três mulheres bissexuais, tinha uma menina lésbica e, de homem bissexual, só tinha eu. Então, normalmente nesses rolês, o homem bissexual sou eu, eu sou o único* (HB2). Ainda que no exemplo trazido por HB2 houvesse quatro bissexuais compondo a associação, existe o entendimento de que é reduzida a presença de bissexuais na história do movimento LGBTQIA+ devido à hegemonia das monossexualidades.

Quando os estereótipos direcionados às pessoas bissexuais envolvem dimensões de gênero, o imaginário social dentro da militância tende a associar homens bis aos padrões viris. Ou seja, por também se relacionarem com mulheres, esses sujeitos deveriam apresentar posturas lidas socialmente como másculas. Por não corresponder a essas expectativas, HB3 contou que a sua bissexualidade foi constantemente negada dentro da militância. *Foram as pessoas que mais debocharam de mim quando eu dizia que era bissexual. Eram as pessoas que diziam que eu estava só enganando e que era uma fase. "Você é muito pintosa para ser bi. Você é bicha, você não é bi"*. As mulheres bis, em contrapartida, costumam ser vistas como hipersexualizadas, promíscuas e infiéis. De acordo com MB1, era frequente as críticas de camaradas lésbicas questionando a sua bissexualidade. *"Ou você é uma coisa ou você é outra. Vai ficar nessa putaria de ficar indo pra lá e pra cá?". Então, para mim, sempre foi muito ruim, muito duro não encontrar parceria no próprio ativismo.*

Conforme observou HB3, as violências bifóbicas relacionadas ao gênero são preponderantes nos espaços monossexuais, advindas de gays e de lésbicas cisgêneros. Como se encontram mais próximos dos padrões normativos - seja por corresponderem à monossexualidade, seja por se enquadrarem na cisnormatividade -, ele acredita que a bifobia seja um comportamento mais presente entre os sujeitos cis em comparação às identidades trans*. MB2 relatou que no percurso de sua inserção no movimento social, articulando movimento feminista e movimento LGBTQIA+, *sempre tive uma identidade muito forte com o movimento trans, com companheiras trans*. Ela conta que, por não ser transexcludente, foi muitas vezes insultada em sua bissexualidade por companheiras lésbicas, sendo chamada de *vetor de DST e depósito de porra*. São xingamentos bifóbicos, tipicamente direcionados às mulheres bis, como forma de repreender e ofender sua presumida hipersexualidade. Por ambas serem alvos de violências no movimento social, MB2 enxerga uma *aliança muito forte naquela época entre mulheres trans e mulheres bis*.

Enquanto esteve inserido em um ambiente misto, espaço por onde iniciou a sua militância no movimento social, HB1 relatou ter vivido muitos momentos ruins e constrangedores, sobretudo por parte de homens gays. *Teve um dos diretores dessa ONG, eu estava conversando com ele depois de uma atividade que a gente fez (...) aí ele falou assim "Você é bissexual?". Eu falei assim: "Sou. Por quê?". Ele falou: "Nossa, mas eu te acho tão resolvido"*. O exemplo trazido por HB1 evidencia as estereotípias associadas à bissexualidade, como se o sujeito bissexual fosse uma pessoa confusa em relação à sua sexualidade, quando não é visto como um sujeito imaturo.

Os exemplos compartilhados, envolvendo interações atravessadas por rotulações de gênero, têm como consequência a desqualificação dos sujeitos bissexuais na

militância, o que reforça as constantes tentativas de apagamento das pautas trazidas por esse grupo no movimento LGBTQIA+.

3.2-) *Apagamento das especificidades das vivências bissexuais*

As estereotípias que se manifestam nas interações de grupos mistos no movimento LGBTQIA+ fazem parte de um rol de violências bifóbicas agenciadas nestes espaços. Entre os entrevistados, existe a compreensão de que essas práticas têm como intuito excluir pessoas bis no movimento social. As próprias dinâmicas de apagamento e de silenciamento fazem com que sujeitos bis prefiram se retirar da militância, tal como HB1 assimilou pelas falas de camaradas da associação da qual fazia parte. *Eles falavam comigo que bissexual não durava muito no movimento, que entrava e já saía.* MB2, quando estava se aproximando do movimento sexo-gênero diverso, ao se pronunciar num espaço de debates como bissexual foi tachada de “bi de balada”, uma conotação que visa deslegitimar a veracidade da bissexualidade.

Comumente, as atitudes debochadas e de descrença estão relacionadas ao fato de que, para muitos sujeitos monossexuais, uma pessoa que se afirma bissexual, quando está se relacionando com alguém do gênero oposto (em uma lógica binária), está usufruindo da heterossexualidade. *Já ouvi, inclusive, de ativistas assim: "Você não sofre discriminação, violência LGBTfóbica quando você está - no meu caso - com um homem, porque você é hétero. Então você tem o seu momento hétero e você tem o seu momento lésbica". Quando eu estou com um homem eu sou bi, quando eu estou com uma mulher eu sou bi* (MB1). Por conta dessa ideia, as próprias violências no interior da militância são desconsideradas, pois elas supostamente se dariam apenas fora do movimento social. *Dentro do movimento, mesmo de gays e lésbicas, as pessoas acham que violência é você*

pegar porrada, é ser machucado na rua, é ser perseguido, entendeu? E não, o apagamento também é uma violência, o silenciamento também é uma violência. Eu sempre vou colocar isso em pauta (HB3).

O apagamento da bissexualidade não se dá apenas nos relacionamentos no interior da militância, mas também na biografia de pessoas assumidamente bissexuais. *Isso acontece com várias figuras públicas que se identificam ou que se identificaram enquanto bissexuais: as pessoas no movimento LGBT se recusam a aceitar essa identidade e atribuem conforme o gênero da pessoa, sabe? Se é um homem, ele é gay; se é uma mulher, ela é lésbica (MB2).* Um dos exemplos trazidos na fala dos entrevistados é a obliteração da bissexualidade da vereadora Marielle Franco, cujo assassinato político ainda repercute mundo afora. Segundo relatos, em muitos espaços da militância, Marielle é descrita como lésbica, sendo que se entendia e se apresentava como bissexual. Por presidir regionalmente um partido político, HB2 já refletiu sobre a presença de homens assumidamente bissexuais na política brasileira. *Diz aí um deputado estadual LGBT homem? Não me vem ninguém à cabeça. Talvez tenha, mas não me vem ninguém à cabeça.*

A usurpação da bissexualidade da biografia é uma das formas de contribuir para o seu apagamento. Outra forma de evitar a repercussão de temas relacionados ao universo bissexual é através do epistemicídio (Santos & Menezes, 2017), ou seja, inferiorizando e impedindo que pesquisas e estudos relacionados à bissexualidade sejam desenvolvidos no âmbito acadêmico e científico. Em comparação a décadas anteriores, tem sido observado um número maior de trabalhos científicos voltados para as temáticas LGBTQIA+ na atualidade, ainda assim, a bifobia faz com que o interesse pelas epistemologias bissexuais seja embarreirado, tal como descreveu HB1: *Sentei com a minha orientadora do TCC e falei "Bom, eu vou tentar o mestrado, mas eu quero*

pesquisar bissexualidade". E a reação dela foi a pior possível. Ela disse que eu não devia fazer isso. Primeiro ela falou que isso era um falso modismo, ela tentou me convencer de todas as formas a não pesquisar esse tema, a não tentar. E ela sempre me dizia que eu não ia passar no mestrado. A impossibilidade de desenvolver epistemologias bissexuais tem como consequência a manutenção do desconhecimento acerca dessas realidades, favorecendo preconceitos e discriminações bifóbicas tanto fora do movimento social quanto dentro. Às vezes, companheiros do movimento LGBT que não estão tão familiarizados com as questões, diminuem algumas vivências bissexuais. Eles, de certa forma, reproduzem algumas bifobias, acusam a gente de transfobia, querem definir o que que é ser bissexual, o que que é ser pansexual (HB1).

No que concerne à relação entre pansexualidade e bissexualidade, HB1 reafirmou que ambos têm mais pontos em comum do que diferenças. De todo modo, conforme assinalou HB3, a busca por distinguir bissexuais e pansexuais trouxe desgaste para os dois grupos e desentendimentos temporários, algo que já se encontra superado. *As pessoas bissexuais e pansexuais que militam comigo, que militam ao meu lado, a gente tem um entendimento de que a diferença das duas está no contexto histórico e a gente defende que as duas identidades são legítimas e que devem ser pautadas. O que a gente precisa fazer é fugir de que a bissexualidade é binária. A necessidade de retirar a lógica binária da bissexualidade também foi endossada por MB4. Para mim, não existe possibilidade de a bissexualidade ser binária, por conta do próprio surgimento da bissexualidade. Ela já surgiu pra fugir dessa binariedade de hétero e homo. Por que a gente quer colocar a bissexualidade nessa caixinha que ela nunca fez parte, sabe?*

A lógica binária, típica do senso comum em relação à bissexualidade, a despeito do que define o próprio ativismo bissexual, torna as relações nos grupos mistos atravessadas por desentendimentos e descontentamentos. Os lugares de representação no

movimento LGBTQIA+, por vezes, envolvem a fusão de diferentes sujeitos coletivos como se fossem um só, desconsiderando as suas especificidades. *Passei por um período de tentar fazer parte do movimento, do ativismo LGBT, de forma mais ampla, mas para mim foi muito difícil. Sempre tendo que disputar lugar, você sempre tem que validar o seu lugar, lembrar as pessoas que não é legal você colocar na mesma caixinha mulheres lésbicas e bissexuais para falar das demandas como se fossem as mesmas de sempre* (MB4).

A frustração que os ativistas bissexuais disseram ter experienciado em relação ao movimento LGBTQIA+ foi lidar com essas dinâmicas bifóbicas justamente nos espaços em que havia a expectativa de pertencimento e acolhimento. *Se vem de alguém leigo, digamos assim, alguém de fora do movimento, você fala: "Ah, já esperava". Agora, das pessoas do movimento, dá uma tristeza maior, sabe? Então esse sofrimento que vem do interno, assim, ele aumenta e é pesado. É pesado. Tem dia que dá vontade de desistir de tudo* (HB1). Ainda que as insatisfações com a militância LGBTQIA+ tenham suscitado desejos de afastamento definitivo do movimento social, nos relatos compartilhados, essas vivências ruins se tornaram molas propulsoras para que eles buscassem se organizar em torno de um movimento exclusivamente bissexual, o que se tornou fundamental para seguirem no ativismo.

3.3-) Necessidade da criação de um movimento específico

Grupos mistos foram os primeiros contatos de parte dos entrevistados com o movimento LGBTQIA+, o que lhes proporcionou, em um primeiro momento, alívio por se verem em meio a um ambiente composto por dissidências sexuais e de gênero. Contudo, por esses espaços também serem atravessados por bifobias,urgia a necessidade

da criação de coletivos e de organizações que estivessem voltados exclusivamente para pessoas bissexuais. Em sua cidade, HB1 afirmou que a inspiração para reunir pessoas bis em torno de um mesmo coletivo foi inspirado pela organização do movimento trans*. *Eu comecei a perceber que existia necessidade de, paralelamente à luta pela questão LGBT, fortalecer as questões das pautas bissexuais. E eu tinha observado a ascensão do movimento trans, que foi muito importante, e aí eu falei assim: "Gente, é isso que nós bissexuais também precisamos fazer". E aí eu comecei a procurar pessoas bissexuais na cidade. A gente começou a trocar ideias a respeito disso, dentro dessa questão de conhecer o ativismo bissexual.*

Tal como descreveu HB1, o crescimento dos coletivos bissexuais regionais se iniciou por meio da iniciativa de integrantes desejosos por reunir um número maior de pessoas bis da mesma localidade. *A gente criou a primeira frente bissexual do Piauí e, partir daí, criamos a página Bissexuais Brasil, que é uma página do Instagram bem movimentada, que fala sobre a bissexualidade. Então a gente construiu esse laço a partir da bissexualidade (HB3).* Os coletivos regionais foram importantes para que grupos bissexuais pudessem pleitear mais espaços nas ações e atividades do movimento LGBTQIA+ nacional. Contudo, nos grandes congressos e demais eventos políticos, a bifobia estava presente, atribuindo uma representação figurativa para os grupos bissexuais. De acordo com HB3, era preciso que os coletivos regionais se transformassem em algo maior. *Toda essa construção, ela veio por conta do apagamento, da invisibilidade. A gente estava cansado. A gente estava cansado de sempre ser empurrado para um lado e para o outro e de nunca ser ouvido. Então vamos unir todos os coletivos do Brasil e as pessoas independentes.*

Na opinião de MB3, um conjunto de fatores oportunizaram a criação da Frente Bissexual Brasileira, que é a atual organização de representação nacional de grupos

bissexuais. *A Frente Bi Brasileira foi uma consequência de diversas coisas. Houve um coletivo nacional que se desfez há mais tempo e, nunca mais, a gente havia conseguido juntar todo mundo, mesmo sabendo que têm ativistas em outros lugares do país. E aí, na pandemia, eu acredito que a questão das reuniões online fez a gente perceber isso, que é possível usar a internet também para se articular com pessoas de outras cidades, outros estados, países. A internet tem sido essencial para a circulação de narrativas bissexuais que, por sua vez, oportunizam a identificação de mais sujeitos com a bissexualidade. É no âmbito virtual que as atividades da Frente Bissexual Brasileira têm se concretizado.*

Em setembro de 2020, no mês da visibilidade bissexual, ocorreu o Festival Bi+, um evento online, organizado pela Frente Bissexual Brasileira, com cerca de dez horas de programação ininterrupta. *O pessoal estava muito animado com esse desejo de algo nacional depois de tanto tempo. Então foi incrível, esse festival fez com que todo mundo ficasse muito emocionado. E aí isso deu um gás, deu um gás para a frente, deu um gás para o movimento bi em geral (MB3).* De acordo com os entrevistados, esse é um momento promissor para a militância bissexual brasileira, pois há diversas articulações em diferentes espaços de atuação. HB4, por exemplo, relatou não apenas convites para a realização de cursos sobre bissexualidade, como também projetos de publicações científicas em formato de dossiê temático. Esses investimentos repercutem positivamente no bem-estar e na saúde mental e produzem sentidos para a militância.

Nesta categoria, foram apresentados os diversos contextos em que a ativistas bissexuais se viram desvalorizados e invisibilizados em suas pautas no interior do movimento LGBTQIA+. Por se tratar de um espaço social composto pela hegemonia das monossexualidades, os sujeitos bissexuais entrevistados, sobretudo enquanto se encontravam em grupos mistos, estiveram sujeitos a lidar com posturas bifóbicas que, por

sua vez, fizeram com que houvesse a necessidade de encontrar ambientes voltados exclusivamente para a militância bissexual, um espaço que tem se tornado refúgio e motivador para que as ações pró visibilidade bi perseverem no movimento social. A maior articulação desse movimento tem trazido benfeitorias para seus integrantes, incluindo a sensação de bem-estar e a percepção de que a saúde mental se encontra melhor.

4-) Saúde mental e a (r)existência bi

Ao considerar que as violências contra a população LGBTQIA+ repercutem diretamente na saúde dessa população, com ênfase na saúde mental (Carvalho & Menezes, 2021), esta categoria apresenta relatos da trajetória de sujeitos bissexuais que, mesmo lidando com sofrimento psíquico, na maioria das vezes motivado pelas bifobias vividas, tiveram dificuldades de encontrar espaços de cuidado. Devido à ausência de informações e de preconceitos oriundos da norma monossexual, também agenciadas no interior do movimento social, os entrevistados relataram ter apenas encontrado ambientes promotores de cuidado entre iguais. Conseqüentemente, a pauta de saúde mental tem sido uma das principais preocupações da militância bissexual.

4.1-) Sem garantias de cuidados

Ao longo das narrativas biográficas compartilhadas nas entrevistas, foram elencadas as dificuldades para assegurar cuidados com o bem-estar e a saúde mental. Devido a uma cultura heterossexista e mononormativa sexual, as pessoas que não correspondem a esses padrões estão submetidas às mais diversas formas de violência, o que acarreta intensa vulnerabilidade emocional. Pesquisas em cenário nacional e

internacional apontam o quanto a saúde mental de sujeitos bissexuais se encontra mais fragilizada em comparação aos gays e lésbicas (Baére & Zanello, 2020a, 2020b; Eisner, 2013). Ainda que sujeitos bissexuais sejam alvos de violências bifóbicas, é necessário também levar em consideração outros marcadores sociais que, sobrepostos, geram ainda maior suscetibilidade e desproteção.

Assim como foi apontado na primeira categoria, o regionalismo também repercutiu na forma como determinados entendimentos foram ou não aceitos nas dinâmicas familiares, como a necessidade de realização de uma psicoterapia. Para muitas famílias, existe uma associação entre o serviço prestado por profissionais da Psicologia e o estigmatizado fenômeno da loucura. Logo, ainda que jovens com acesso à internet entrem em contato com informações relativas à importância de um espaço de escuta e acolhimento, essa possibilidade é interdita pelos próprios parentes, que costumam desqualificar o sofrimento psíquico de jovens como um aspecto passageiro da adolescência, tal como é entendida a bissexualidade.

A percepção da diferença e a impossibilidade de dialogar sobre essas questões impacta diretamente a saúde mental de jovens bissexuais. Por ser a adolescência uma fase em que ainda há poucas ferramentas internas para reflexão e elaboração dos acontecimentos, a sensação é de solidão e desamparo. *A minha adolescência era uma época em que a questão da saúde mental não era tão falada. As pessoas não se preocupavam tanto com isso. E existia um estigma muito maior do que existe hoje, falando assim: "Ah, procurar psicólogo é só para doido. Meu filho não é doido. Não vou mandar para o psicólogo. Psiquiatra é só para internar e ir para o hospício". Eu sei que foi uma fase bem difícil, porque aí eu tive que lidar com essa confusão toda, com essas questões todas, sozinho (...) eu não tinha com quem conversar isso. Então foi um período*

bem difícil. Aos trancos e barrancos eu fui levando e eu cheguei a pensar, várias vezes, em autoextermínio (HB1).

Conforme aponta Eisner (2013), um dos desdobramentos da naturalização da monossexualidade é suscitar dúvidas entre os próprios sujeitos bis em relação ao entendimento que possuem sobre o que são. Embora tenham atravessado a adolescência e ainda se identifiquem com a bissexualidade, isso não significa que estarão eximes de duvidar de si mesmos ao longo da vida. *Eu já conversei sobre isso com outras pessoas bissexuais, homens e mulheres. É muito recorrente esse pensamento de "Será que eu sou bissexual?", em que pese toda uma vida, uma trajetória, uma vivência com homens, mulheres (HB2).*

Tendo em vista que dissidências sexuais podem se sentir desconfortáveis com a própria sexualidade devido à difusa imposição de padrões normativos e que a psicologia brasileira compreende esse mal-estar como reflexo de violências LGBTQIA+fóbicas introjetadas ao longo da vida (CFP, 2021), infere-se que os espaços psicoterápicos seriam os mais propícios para auxiliar na atenuação das dores pela não correspondência às normas sexuais. Contudo, ser acompanhado por um profissional da psicologia, ainda hoje, não é garantia de que pessoas LGBTQIA+ serão respeitadas em suas subjetividades, considerando a alta frequência de queixas de dissidências sexuais e de gênero que se sentiram desrespeitadas nesses espaços (CFP, 2019).

Devido a experiências negativas vividas em espaços psis, é comum que uma pessoa sexo-gênero diversa tenha que trocar de profissionais inúmeras vezes, até encontrar um espaço em que se sinta acolhida em suas especificidades, tal como relatou HB3: *eu tive que mudar de psicólogos várias vezes, porque eles também tinham a ideia binária de bissexualidade, aquela ideia de que era uma fase. Eu sofri muita violência na psicologia. Eu mudei de psicólogo umas seis vezes. Essa odisseia para encontrar um*

adequado serviço de psicologia pode fazer com que muitos sujeitos LGBTQIA+ desistam dessa procura ou permaneçam em espaços nos quais as suas existências serão patologizadas, sendo impelidos a escolherem pela monossexualidade. *Isso aparece nos espaços e nas rodas de conversa de violência psicológica, de profissionais de saúde mental e coisas assim. De profissionais de saúde mental que pressionam os pacientes a escolher o seu lado (MB2).*

De acordo com MB2, no afã de patologizar as dissidências sexuais, é possível que aquelas pessoas que também rompem com as monossexualidades sejam ainda mais vistas como adoecidas, ao ponto de a própria sexualidade ser compreendida como o sintoma de um quadro clínico. *Eu acho que os borderline que tanto aparecem no movimento bi seja porque a bissexualidade dessas pessoas é muitas vezes patologizada como sintoma do borderline. Como forma de não se autodefinir como um psicodiagnóstico, é preciso problematizar determinadas prescrições e entendimentos provenientes de áreas da saúde e procurar buscar por profissionais que demonstrem apresentar conhecimentos de temas relacionados aos campos da população sexo-gênero diversa. Nesse processo todo, eu encontrei um que ele está durando até hoje, que entende perfeitamente sobre bissexualidade. Não à toa que a gente da Frente Nacional, da Frente Bissexual Nacional, conseguiu reivindicar ano passado que pautar que o Conselho Federal de Psicologia debata a bissexualidade, que comece a pautar essa questão dentro da Psicologia (HB3).*

4.2-) Saúde mental como pauta prioritária na militância bi

O desejo de não se submeter a contextos bifóbicos tem impulsionado grupos de pessoas bissexuais e se organizarem em torno de um coletivo maior, voltado exclusivamente para as pautas bis. A possibilidade de conviver com sujeitos cujas

trajetórias são similares, sem o receio da reedição de novas violências dentro da militância, gera bem-estar e motivação para investir mais nas ações, conforme apontou HB1. *Entre os meus colegas de coletivo, a situação melhorou demais. Porque a gente se compreende muito mais, então não tem aquelas piadinhas, aquelas coisinhas que me incomodavam muito. E isso contribui muito para a minha saúde mental, porque eu sentir que eu pertença ao coletivo que eu faço parte é muito importante para que eu tenha gás de continuar na militância.*

A constatação de que grupos bissexuais são espaços de pertencimento e de acolhimento e de que essas realidades repercutem na melhora da saúde mental tem feito com que o recente movimento bissexual brasileiro priorize as pautas relacionadas à promoção do cuidado e do bem-estar. *A gente organizou lives com psicólogas bissexuais. Quando a gente foi fazer o Festival Bi+, pela Frente Bissexual Brasileira, foi uma preocupação nossa. Porque eu acho que, de todas as demandas que a comunidade bissexual tem, a saúde mental é uma pauta superprioritária do nosso movimento e que a gente precisa discutir cada vez mais (MB4).*

Conforme observou MB3, há o entendimento de que o cuidado com a saúde mental, além de preservar o bem-estar de ativistas, também é uma atitude preventiva, haja vista que o sofrimento psíquico, por ser uma vivência tão comum entre pessoas bissexuais, trazia empecilhos para a organização da própria militância. *A saúde mental também é tanto um tema quanto um grande problema, porque ela atrapalha as atividades, ela atrapalha o fluxo. Inclusive eu já eu vi essa fala diversas vezes, de que a gente tem muita dificuldade de se encontrar, muita dificuldade de construir coisas porque sempre está todo mundo mal (MB3).* O comprometimento da saúde mental não só traz obstáculos para a organização das atividades, como também acarreta a diminuição dos

grupos pela retirada de participantes. *Já teve momentos que eu precisei distanciar um pouco, porque senão não ia dar conta* (HB1).

Como se trata de uma pauta relevante para a militância bissexual, existe a predileção pelo investimento na oferta de atendimentos psicológicos por profissionais que já sejam conhecidos por atender o público sexo-gênero diverso. *A gente já tem umas listas de psicólogos LGBTs, em que você já sabe que não vai ter um atendimento opressor. A gente está começando a criar, especificamente para a população bissexual* (MB3). Além disso, nos projetos em andamento do movimento bissexual brasileiro, a saúde é colocada como destaque na produção de informações. *A gente está na formulação de um censo bi, em que um dos eixos é a saúde, especificamente a saúde mental. Porque, por mais que hoje em dia a gente, felizmente, já tenha várias pesquisas no Brasil falando especificamente sobre isso, ainda não são suficientes quando envolve a população bissexual* (MB3).

Na perspectiva de HB3, no que concerne às dinâmicas internas do movimento social, o que tem operado sofrimento psíquico em seus participantes é a impossibilidade de escutar a outra pessoa, pois todas as pessoas desejam apenas falar e ser ouvidas. *As pessoas, elas não querem escutar. Elas querem falar. Escutar é muito difícil, é muito raro hoje em dia você encontrar quem queira escutar. É o que eu sempre, é o que eu sempre falo para o movimento bi: "Olha, vocês têm que parar para escutar"*.

Devido a lacunas na capacitação de certos profissionais da psicologia, que pautam seus atendimentos a partir de noções normativas de gênero e sexualidade, os espaços de psicoterapia acabam por se tornar locais de agenciamento de violência, tal como foi apresentado nesta última categoria. Nela, também foi possível observar a priorização que o movimento bissexual brasileiro tem atribuído ao campo da saúde mental. Como muitos

militantes bissexuais apresentam históricos de desconforto e de mal-estar nesses espaços de atendimento e tendo em vista que a população bissexual ainda é aquela que mais apresenta histórico de sofrimento psíquico devido às bifobias experienciadas, a saúde mental tem sido colocada como uma das pautas prioritárias na militância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a analisar qualitativamente as vivências pessoais e a trajetória na militância de ativistas bissexuais. O intuito foi compreender como o processo de entende-se bissexual e a posterior relação com o movimento LGBTQIA+ impactam no seu bem-estar e na saúde mental. Através de categorias produzidas a partir das entrevistas realizadas com ativistas bissexuais, foi possível encontrar aspectos comuns entre os colaboradores da pesquisa, desde o período que antecedeu o ingresso no movimento social até as dinâmicas presentes no interior da militância, no convívio com outras dissidências sexuais e de gênero.

Em decorrência da hegemonia da monossexualidade, pessoas bissexuais enfrentam mais obstáculos no processo de aceitar-se como são. Logo, a descoberta do conceito de bissexualidade e dos espaços de compartilhamento de experiências se mostraram como contextos marcantes para a saída de um estado permanente de ansiedades e de mal-estar pelo não pertencimento a um determinado ponto identitário. Esses achados se deram, sobretudo, na virtualidade, que se mostrou a porta de entrada desses sujeitos para o ativismo.

Como muitos adentram no movimento LGBTQIA+ através de grupos mistos, as entrevistas demonstraram o quanto práticas bifóbicas também se encontram nas dinâmicas internas dentro da militância. Cabe ressaltar que tais violências são atravessadas por valores de gênero, sendo muitas vezes distintas as formas como as

bifobias são dirigidas às mulheres e aos homens. Essas vivências fizeram com que urgisse a necessidade de organização de coletivos pautados exclusivamente em pautas bis, espaços que foram descritos pelos colaboradores da entrevista como verdadeiros refúgios.

Na atualidade, os grupos bis têm se organizado através da Frente Bissexual Nacional, com muitas propostas em vista. A frente foi criada no primeiro ano da pandemia de covid-19, pois a necessidade de se organizar em torno dos encontros virtuais viabilizou a participação de mais sujeitos nas atividades interestaduais. Devido ao histórico de bifobias e demais violências presentes na história dos militantes, existe o entendimento de que as pautas relacionadas à saúde mental precisam ser priorizadas na militância bissexual.

Esse trabalho também teve o objetivo de contribuir com as epistemologias bissexuais, tendo em vista que o investimento em pesquisas nesta temática é uma forma de suprimir a tendência de também apagar a bissexualidade das produções científicas do universo sexo-gênero diverso.

REFERÊNCIAS

- Almeida, G. (2009). Argumentos em torno da possibilidade de infecção por DST e Aids entre mulheres que se autodefinem como lésbicas. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 19(2), 301-331.
- Anderlini-D'Onofrio, S. (2003). Women and bisexuality: A global perspective: Introduction. *Journal of Bisexuality*, 3(1), 1-8.
- Angelides, S. (2001). *A history of bisexuality*. Chicago: University of Chicago Press.
- Angelides, S. (2006). *Historicizing (bi) sexuality: A rejoinder for gay/lesbian studies, feminism, and queer theory*. *Journal of Homosexuality*, 52(1-2), 125-158.

- Baére, F., & Zanello, V. (2020a). Suicídio e masculinidades: uma análise por meio do gênero e das sexualidades. *Psicologia em Estudo*, 25.
<https://doi.org/10.4025/psicolestud.v25i0.44147>
- Baére, F., & Zanello, V. (2020b). Suicidal behavior in women of diverse sexualities: silenced violence. *Psicologia Clínica*, 32(2), 335-353.
<https://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0032n02A07>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Carvalho, M. F. L., & Menezes, M. S. (2021). *Violência e saúde na vida de pessoas LGBTI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Conselho Federal de Psicologia (1999). *Nota técnica sobre a Resolução nº 01, de 22 de Março de 1999*. Estabelece normas de atuação para as(os) psicólogas(os) em relação à questão da Orientação Sexual. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Conselho Federal de Psicologia (2019). *Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Conselho Federal de Psicologia (2022). *Resolução nº 8, de 17 de maio de 2022*. Estabelece normas de atuação para profissionais da psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Dyar, C., Taggart, T. C., Rodriguez-Seijas, C., Thompson, R. G., Elliott, J. C., Hasin, D. S., & Eaton, N. R. (2019). Physical health disparities across dimensions of sexual orientation, race/ethnicity, and sex: evidence for increased risk among bisexual adults. *Archives of sexual behavior*, 48(1), 225-242.

- Eisner, S. (2013) *Bi: Notes for a bisexual revolution*. Berkeley: Seal Press.
- Facchini, R. (2005). “*Sopa de Letrinhas*”? – Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond.
- Leão, M. (2018). *Os unicórnios no fim do arco-íris: bissexualidade feminina, identidades e política no Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro].
Biblioteca de Teses e Dissertações UFRJ.
<https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/4449>
- Minayo, M. C. S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621–626.
- Monaco, H. M. (2020). “*A gente existe!*”: ativismo e narrativas bissexuais em um coletivo monodissidente [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional UFSC.
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216098>
- Santos, B. S., & Meneses, M. P. (2009). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez Editora.
- Seffner, F. (2003). Derivas da masculinidade: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Digital UFRGS.
<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/4340>
- Storr, M. (2002). *Bisexuality: a critical reader*. Ebook: Taylor & Francis E-library, 2002.
- Teixeira-Filho, F. S., & Rondini, C. A. (2012). Ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hetero e homoeróticas. *Saúde e Sociedade*, 21, 651-667.

- Van Alphen, E. C. J. (2017). Erasing bisexual identity: The visibility and invisibility of bisexuality as a sexual identity in the Dutch homosexual movement, 1946–1972. *Journal of Homosexuality*, 64(2), 273–88. doi: 10.1080/00918369.2016.1179032
- Yoshino, K. (2000). The epistemic contract of bisexual erasure. *Stanford Law Review*, 52(2), 353–461. doi: 10.2307/1229482
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Editora Appris

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE

A presente tese se propôs a investigar a relação entre a saúde mental e a militância sexo-gênero diversa. Com esse intuito, em um primeiro momento, buscamos identificar como essa temática tem se feito presente ao longo da história do movimento sexo-gênero diverso brasileiro. Além disso, a fim de compreender de que maneira o exercício do ativismo pode influenciar o bem-estar e a saúde mental, procuramos analisar as trajetórias de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transmasculinos e transexuais, reconhecidos por seus percursos na militância LGBTQIA+. Para tal propósito, foram realizadas entrevistas abertas, de modo que os nossos colaboradores pudessem discorrer livremente sobre as suas biografias, compartilhando os processos de aproximação, inserção e participação no movimento social. Através desses relatos, foi possível a elaboração de categorias, que reuniram os principais conteúdos presentes nas suas trajetórias no ativismo, que se relacionam com o campo da saúde mental.

Elaborada em formatos de artigos, com a proposta de favorecer o acesso aos conteúdos produzidos neste trabalho, o primeiro deles buscou estabelecer um diálogo entre o campo da saúde mental e a história do movimento LGBTQIA+ brasileiro, utilizando para essa finalidade a periodização em ondas, propostas nas obras de Facchini (2005) e Facchini e Rodrigues (2017). Ao longo de cada intervalo apresentado, procuramos contextualizar o tema da saúde mental através de diversos cenários e acontecimentos que repercutiram, direta ou indiretamente, na composição e nas dinâmicas internas desse complexo e dinâmico movimento social. Desde a formação do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), no qual as dissidências sexuais e de gênero ainda estavam inscritas como doenças nos compêndios médico-psiquiátricos, até o

momento presente, em que são debatidos os efeitos psíquicos de conjunturas políticas e sociais hostis à comunidade sexo-gênero diversa, a saúde mental é um campo temático que sempre se comunicou com esse movimento social. De todo modo, a partir do panorama histórico apresentado, identificamos que a pauta “saúde mental” foi se tornando mais relevante para o movimento LGBTQIA+ brasileiro à medida que novos direitos foram sendo conquistados pela militância.

Se as próprias dissidências sexuais e de gênero eram descritas como doenças por diferentes áreas da saúde, incluindo a psicologia, como era possível para o movimento social debater saúde mental sob outro prisma, que não a despatologização? Foi a partir de cenários em que a população LGBTQIA+ conseguiu despatologizar as suas existências e conquistar direitos que pudessem ampliar a sua cidadanização (Carrara, 2016), que o cuidado com saúde mental ganhou mais espaço de debate. Isso tem possibilitado que os processos de exclusão e de violência vividos por esses grupos sejam compreendidos sob o conceito do sofrimento ético-político (Sawaia, 2001) que, ao descrever o sofrimento psíquico como reflexo de contextos de opressão e de privação de direitos e oportunidades, auxilia a potencializar correntes contemporâneas que buscam repolitizar a saúde mental.

Nos artigos subsequentes, a ordenação seguiu um critério cronológico, a partir do período de formação de cada grupo na história do movimento sexo-gênero diverso. Desse modo, o segundo artigo envolveu a militância de gays e lésbicas, que se encontram presentes desde o surgimento do MHB, no final dos anos 1970; o terceiro destacou a militância trans*, cuja formação remonta à década de 1990, período em que o movimento social passou a se organizar em torno de identidades coletivas; o quarto e último capítulo está relacionado à militância bissexual que, apesar de apresentar tentativas de organização no início dos anos 2000, apenas se consolidou no cenário brasileiro na década seguinte, impulsionada, sobretudo, pelas redes sociais. A parte introdutória de cada artigo consistiu

na apresentação do percurso histórico desses grupos desde a formação até o momento presente. Cabe ressaltar que, embora a militância dos sujeitos coletivos aqui trabalhados tenha se estabelecido a partir da distinção entre as identidades sexuais e de gênero, isto não indica a inexistência de intercruzamentos entre gênero e sexualidade. Ou seja, embora cada grupo apresente especificidades em suas configurações e pautas, é equívoca a compreensão de que aspectos vivenciais de dissidências sexuais sejam integralmente apartadas das dissidências de gênero.

Ao longo da elaboração dos artigos relacionados às especificidades de cada grupo pertencente ao movimento sexo-gênero diverso, observamos que os trabalhos já existentes que historicizam e contextualizam as militâncias de gays, lésbicas, bissexuais e de pessoas trans* tematizam, em algum ponto, os cenários de violência e de marginalização que produzem sofrimento psíquico. Contudo, ainda se fazia necessária a investigação de como as dinâmicas internas do movimento LGBTQIA+ poderiam repercutir na saúde mental dos sujeitos ativistas. Ao longo das entrevistas, foi possível perceber que o espaço da militância, ainda que seja promotor de bem-estar ao propiciar o pertencimento, o reconhecimento e o investimento em lutas que dão sentido às existências através da participação e do engajamento, também pode ser agenciador de sofrimento psíquico. As relações de poder, as ausências de representatividade e a sobrecarga de trabalhos estão entre os principais temas identificados nas narrativas dos nossos colaboradores.

A preponderância da representatividade do ativismo gay foi evidenciada no artigo dois, que discorreu sobre a saúde mental na militância homossexual. Os ativistas gays entrevistados, em sua maioria, discorreram sobre o ônus de ocupar espaços de destaque e influência no movimento social, que demandam o investimento permanente em funções extenuantes e que dificultam o distanciamento dos encargos cotidianos. As ativistas

lésbicas, por sua vez, expuseram o descontentamento e o sofrimento gerados pelos processos de apagamento e não reconhecimento de suas lutas. No decorrer da história do movimento social até o momento presente, as lésbicas afirmaram terem sido utilizadas como “mulas” e “tarefeiras”, ou seja, aquelas pessoas que empregam esforços para a viabilização das ações na militância, mas que não conseguem usufruir de seus trabalhos, uma vez que as suas pautas e necessidades encontram pouco espaço de validação no movimento LGBTQIA+.

No terceiro artigo, que envolveu a militância trans*, observamos que os efeitos das violências transfóbicas e de um cenário opressor que se impõe desde cedo sobre as suas vidas vão repercutir nas suas relações interpessoais e nas suas estratégias de ação no movimento trans*. Dentre os conteúdos que se destacaram estão os percalços encontrados na distribuição das atividades da militância; as cobranças que recaem sobre os coletivos e as críticas contundentes quando determinados atravessamentos não são contemplados nas pautas do ativismo; os conflitos geracionais, envolvendo as queixas de mulheres transexuais e travestis sobre o menor engajamento das novas gerações no movimento e o silenciamento dos homens transexuais e transmasculinos, ao não encontrarem espaços de fala e de representatividade, seja pela alegação de que chegaram recentemente na militância e, portanto, ainda estão construindo a sua agenda, seja pelo argumento do gênero, através da afirmação de que certos posicionamentos advindos desse grupo seriam expressões do machismo. Além disso, os sofrimentos psíquicos no movimento trans* foram identificados na impossibilidade de conciliação das atividades da militância com os contextos de vida precarizados, nos desafios encontrados no estabelecimento de laços de confiança e na dureza de lidar com as pautas relacionadas às mortes violentas dessa população, o que inclui a noção de que, em sociedades transfóbicas como a brasileira, pessoas trans* não estão se suicidando, mas sendo suicidadas.

O quarto e derradeiro artigo se voltou para a militância bissexual brasileira, cuja história do movimento, por ser mais recente em comparação às demais, apresenta como cerne da militância a luta pelo reconhecimento da bissexualidade como uma orientação sexual legítima, haja vista que as orientações sexuais não se restringem às monossexualidades, ou seja, às heterossexualidades e homossexualidades. Por ser muitas vezes compreendida como uma fase intermediária da sexualidade, de sujeitos indefinidos em relação à plena aceitação da homossexualidade, tanto as ativistas quanto os ativistas afirmaram terem sido alvos de violências bifóbicas praticadas no interior do movimento social. Essas bifobias se expressam não apenas pelos posicionamentos desqualificadores de suas lutas por parte de ativistas gays e lésbicas como também pela ausência de espaços de representação ofertados para esse grupo em eventos organizados pelo movimento social. Por isso, a recente ampliação do movimento bi tem sido oportuno, inclusive, para que os sujeitos que se encontram em sofrimento por não se encaixarem na mononormatividade sexual enxerguem na militância bissexual um ambiente propício para a identificação e o reconhecimento, tal como foi descrito pelos participantes deste trabalho.

Além das queixas relacionadas à ausência de representatividade e os processos de apagamento que perpassam o movimento LGBTQIA+, outro aspecto apontado por todos os sujeitos coletivos entrevistados nesta tese foram os obstáculos encontrados na articulação da militância com a vida pessoal. Considerando que muitas das ações e atividades presentes no ativismo são voluntárias, para muitos sujeitos, torna-se impraticável o investimento maior nas causas relacionadas aos seus grupos, pois há urgências que precisam ser primeiramente atendidas, como o trabalho remunerado e a garantia de moradia e alimentação. Nesse sentido, a questão da representatividade volta a aparecer, uma vez que são os grupos que dispõem de maior destaque e prestígio no

movimento social, sobretudo os militantes gays, que podem efetivamente fazer da militância uma ocupação remunerada. Trata-se das pessoas que conseguem, ao longo da trajetória de lutas, encontrar mais espaços disponíveis para o financiamento de projetos e/ou a obtenção de cargos em instituições, públicas ou privadas, que recompensam financeiramente trabalhos que abrangem pautas da militância.

No movimento LGBTQIA+, sobretudo a partir do advento das redes sociais, uma tendência apontada pelos entrevistados foi a personificação da militância. São sujeitos que, a partir de seus perfis pessoais na internet, passaram a discorrer sobre questões relacionadas às pautas sexo-gênero diversas, incluindo as de agenda política, sem ao menos debater tais temáticas com a coletividade, tal como é esperado de pessoas que se autodescrevem como militantes. Essa propensão ao ativismo individualista pode ser interpretada também como um sintoma da sociedade neoliberal, que estimula a competitividade e impossibilita a criação de vínculos coletivos, o que traz prejuízos para o fortalecimento do movimento social. Tal problema se agrava quando se nota que, no afã pela popularidade e pelo engajamento de mais seguidores nas redes sociais, muitos desses perfis se baseiam no compartilhamento de assuntos polêmicos, muitas vezes tratados de maneira superficial, ou de desinformações.

Disputas por representatividade e por reconhecimento no movimento sexo-gênero diverso se tornam ainda mais extenuantes, por estarem relacionadas a grupos cujas existências já são marcadas por violências (físicas, psicológicas, patrimoniais, morais e simbólicas). Assim como foi reportado com bastante frequência nas entrevistas, sobretudo entre a militância trans*, os processos de violência aos quais determinados sujeitos coletivos estão submetidos influenciam sobremaneira o modo como as relações interpessoais no interior do movimento social irão se estabelecer. Além disso, faz-se mister apontar que as dores compartilhadas por certos grupos que compõem o movimento

LGBTQIA+ se distinguem não apenas pelas especificidades de suas realidades, como também pelos atravessamentos envolvidos na composição desses grupos, tais como raça, gênero, classe social, geografia, se é pessoa com deficiência.

No que concerne ao gênero, devido à distribuição dos participantes em cada grupo trabalhado na tese, notamos que essa dimensão subjetiva suscita diferenciações em relação a forma como os sujeitos que se subjetivam e se identificam com a feminilidade e a masculinidade irão se posicionar no movimento social. No capítulo da militância homossexual, observamos que a hegemônica representatividade dos homens gays ao longo da história da militância tem repercutido na forma como a militância lésbica passou a se organizar, encontrando maior abertura no movimento feminista do que no próprio movimento LGBTQIA+. No caso da militância trans*, também houve a manifestação das dificuldades encontradas pelos homens transexuais e transmasculinos na obtenção de espaços de visibilidade e legitimidade de suas pautas, uma vez que as suas demandas são consideradas inexpressivas por possuírem uma organização política recente em comparação ao tempo de militância de mulheres transexuais e travestis. Do mesmo modo, os homens bissexuais discorreram sobre os obstáculos vividos no reconhecimento da própria bissexualidade. Por ser a vivência bissexual mais aceita culturalmente entre as mulheres, tem sido mais laborioso para eles se identificarem e se aproximarem da militância. Logo, esse ambiente ainda é predominantemente composto por mulheres bissexuais.

Ao longo dos três artigos, os grupos apresentados não apenas discorreram sobre os percalços vividos na militância, que produzem mal-estar e sofrimento psíquico. Além dessas contextualizações, durante as entrevistas, todos os grupos também compartilharam os meios encontrados para não sucumbirem aos conflitos, às frustrações e às sobrecargas oriundas do exercício do ativismo. A necessidade do distanciamento temporário da

militância apareceu como a principal saída encontrada para o investimento no autocuidado. Embora determinados coletivos incentivem a licença para o tratamento de questões pessoais, sem que isso incorra em prejuízos para a relação com o grupo, em outros espaços nos quais tais iniciativas não são estimuladas, muitos militantes apenas conseguem se retirar das atividades quando se encontram em processos agudos de adoecimento psíquico. Estas situações se tornam ainda mais frequentes entre militantes que, por terem naturalizado os contextos de sofrimento aos quais estão submetidos frequentemente, consideram o cuidado e a atenção aos estados depressivos e ansiosos como frivolidades, requisitadas por pessoas que não estão acostumadas a enfrentar os desafios da resistência.

A partir dos relatos compartilhados nesta tese, vislumbramos que o investimento em uma causa pode transformar mundos, mas é importante não esquecer de si mesmo para não adoecer psicicamente. Nesse sentido, para além do afastamento temporário da militância, que pode ser o melhor modo de evitar a desistência definitiva dela, nossos entrevistados trouxeram a importância do investimento na arte e na cultura como via de externalização de suas dores e como forma de reivindicar suas lutas por outros meios que sejam menos estressantes e vulnerabilizadores. Além disso, grande parte dos participantes alegarem estarem ou terem se submetido a processos psicoterápicos. Ainda que reconheçamos a escuta clínica como relevante ferramenta para a atenuação do sofrimento psíquico, estamos cientes de que, ainda hoje, não é incomum que nos espaços *psis*⁵¹ sejam agenciadas violências LGBTQIA+fóbicas através de profissionais que, guiados por retóricas biologizantes, conservadoras e religiosas, buscam nesses ambientes tanto deslegitimar a existência de dissidências sexuais e de gênero quanto as corrigir de seus supostos desvios.

⁵¹ Esse sufixo visa albergar os espaços voltados para tratamentos psicológicos, como a psiquiatria, a psicologia e a psicanálise.

Considerando que a psicologia contemporânea possui um importante papel na luta contra os efeitos dos discursos de ódio e os sistemas de opressão direcionados às dissidências sexuais e de gênero, o presente trabalho tem como desdobramento contribuir para o campo de pesquisa em saúde mental da população LGBTQIA+. Ao situar quais são os contextos de fragilização psíquica que se encontram presentes também nas dinâmicas internas do movimento social, essas informações podem auxiliar na capacitação de profissionais no atendimento das particularidades de cada grupo trabalhado. Ainda, cabe destacar que o investimento em estudos e pesquisas sobre a população sexo-gênero diversa é uma forma de atender as diretrizes presentes na Política Nacional de Saúde Integral LGBT (2012).

Em relação aos desafios e obstáculos encontrados na realização da tese, pode-se colocar como elemento principal a pandemia de Covid-19. O processo de elaboração do trabalho se iniciou nos primeiros meses de 2020, justamente no período em que a Covid-19 se tornou uma pandemia, transformando radicalmente o cotidiano da população mundial. No Brasil, cuja má administração governamental colocou o país como um dos epicentros da pandemia, os efeitos dessa catástrofe repercutiram por toda a sociedade. Contudo, esses impactos se mostraram ainda mais desastrosos para populações pobres e determinados segmentos sociais, como a população sexo-gênero diversa. Devido às consequências da pandemia, que incluiu o isolamento social, parte da comunidade LGBTQIA+ precisou lidar múltiplas adversidades: a impossibilidade de frequentar espaços socialização, tão caro para sujeitos que não são bem-vindos em suas famílias; o maior tempo de convívio com familiares LGBTQIA+fóbicos; a perda de empregos e a necessidade de ingressar em trabalhos precarizados; além de tudo isso, existe o inescapável luto diante da perda de tantas vidas. Desde o início da pandemia, inúmeros militantes, reconhecidos pelos seus relevantes trajetos na militância, partiram

prematuramente, tanto por conta dos efeitos da infecção do coronavírus, quanto por conta do insuportável sofrimento psíquico perante um cenário tão calamitoso.

Todo esse alarmante contexto influenciou no processo de elaboração da tese. Ainda que estivesse prevista a realização de entrevistas de modo remoto, considerando que a maior parte dos sujeitos colaboradores se encontrava em outros estados, era esperado que as entrevistas com militantes do Distrito Federal e de regiões próximas pudessem ocorrer presencialmente. Além disso, nesse processo, não foi incomum a necessidade do reagendamento de entrevistas, uma vez que alguns participantes ou se encontravam infectados, ou estavam se ocupando de pessoas próximas com o estado de saúde comprometido, ou se achavam impossibilitadas de discorrer sobre temas áridos, por estarem lidando com perdas recentes. Consequentemente, a proposta inicial desta tese, que ganhou melhor delineamento após a banca de qualificação, não pode ser devidamente alcançada. Além dos grupos aqui presentes, ainda havia o objetivo de elaborar um último artigo, no qual pudessem ser pesquisadas outras militâncias contemporâneas, como a intersexo e a não-binária.

Além disso, naquilo que nos cabe no corpo desta tese, estamos cientes de que muitos coletivos e associações de grande relevância, cujas ações possuem demasiada importância para o movimento sexo-gênero diverso não foram citadas neste texto. No processo de elaboração de trabalhos acadêmicos, muitas vezes, é necessário lidar com o incômodo da impossibilidade de abordar todos os assuntos desejáveis. Por isso mesmo, é preciso reconhecer que os temas apresentados estão longe de alcançar a complexidade de questões que permeiam o cotidiano dos grupos que foram trabalhados nesta tese. Ainda assim, esperamos que os conteúdos compartilhados promovam inquietações e estimulem o envolvimento de outros pesquisadores no envolvente campo da saúde mental da população sexo-gênero diversa.

REFERÊNCIAS⁵²

#VoteLGBT & Box1824 (2020). *Diagnóstico LGBTQ+ na Pandemia*. Retirado de:

<https://medium.com/@box1824/diagn%C3%B3stico-lgbt-na-pandemia-b71c41ca58c6> 10/01/2022.

Aguião, S. (2016). Não somos um simples conjunto de letrinhas”: disputas internas e (re)arranjos da política “LGBT”. *Cadernos Pagu*, (46), 279-310.

Aguião, S. (2018). *Fazer-se no Estado: uma etnografia sobre o processo de constituição de “LGBT” como sujeitos de direito no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

American Psychological Association (2011). *Appropriate Affirmative Responses to Sexual Orientation Distress and Change Efforts*. American Psychological Association Policy Statement - The APA’s Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Concerns Office. Retirado de:
<https://www.apa.org/about/policy/booklet.pdf#page=31>

Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA (2018). *Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017*. Retirado de:
<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>

Baére, F. (2019). A mortífera normatividade: o silenciamento de dissidências sexuais e de gênero suicidadas. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 2(1), 128-140.

Baére, F., & Conceição, M. I. G. (2018) Análise da produção discursiva de notícias sobre o suicídio de LGBTQs em um jornal impresso do Distrito Federal. *Revista Ártemis*, 25(1), 74-88.

⁵² Aqui estão incluídas as referências utilizadas na Introdução e nas Considerações Finais da Tese.

- Baére, F., & Zanello V. (2020a). Suicídio e masculinidades: uma análise por meio do gênero e das sexualidades. *Psicologia em Estudo*, (25), 1-15.
<https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.44147>
- Baére, F., & Zanello, V. (2020b). Suicidal behavior in women of diverse sexualities: silenced violence. *Psicologia Clínica*, 32(2), 335-353.
<https://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0032n02A07>
- Balloussier, A. V. (2018, 10 de dezembro). Bancada evangélica cresce, mas metade não obtém reeleição. *Folha de São Paulo*. Retirado de:
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/bancada-evangelica-cresce-mas-metade-nao-obtem-reeleicao.shtml> 20/05/2020
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo, SP: Edições 70.
- Bento, E. (2019, 02 de janeiro). Demandas LGBT não são mencionadas entre atribuições dos Direitos Humanos. *Correio Braziliense*. Retirado de:
https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/01/02/interna_politica,728501/demandas-lgbt-nao-sao-mencionadas-entre-atribuicoes-dos-direitos-human.shtml 20/05/2020
- Benevides, B. G., & Nogueira, S. N. B. (2020). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019*. São Paulo: Expressão Popular/ANTRA/IBTE.
- Bento, B. (2018). Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. *Cadernos Pagu*, (53).
- Biernath, A. (2020, 19 de junho). A epidemia oculta: saúde mental na era da Covid-19. *Veja Saúde*. Retirado de: <https://saude.abril.com.br/mente-saudavel/a-epidemia-oculta-saude-mental-na-era-da-covid-19/> 23/06/2020
- Bonassi, B. C. (2017). *Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/182706>
- Brasil (2012). *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília: Ministério da Saúde.

- Brito, G. (2014, 17 de dezembro). Homem acusado de matar filho por ser “afeminado” vai a júri popular. *GI*. Retirado de: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/12/homem-que-matou-filho-no-rio-por-ser-afeminado-vai-juri-popular.html> 09/05/2020
- Brown, W. (2019). *As ruínas do neoliberalismo*. São Paulo: Editora Politeia.
- Bulgarelli, L. et al. (2019). Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral. São Paulo: Gênero e Número.
- Butler, J. (2004). Performative acts and gender constitution. Na essay in Phenomenology and Feminist Theory. In H. Bial (ed.). *The performance studies reader* (pp. 154-166). Routledge: Londeres e Nova Iorque.
- Butler, J. (2015). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 8. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Byung-Chul, H. (2017). *Sociedade do cansaço*. 2. Petrópolis: Vozes.
- Caldas, C. O. L., & Caldas, P. N. L. (2019). Estado, democracia e tecnologia: conflitos políticos e vulnerabilidade no contexto do big-data, das fake news e das shitstorms. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 24(2), 196-220.
- Calvo, P. (2019). Democracia algorítmica: consideraciones éticas sobre la dataficación de la esfera. *Revista del CLAD Reforma y Democracia*, 74, 5-30.
- Carvalho, H. R. (2021). Entre golpes e pandemias: os direitos LGBTI+ e a ofensiva neoliberal no Brasil. In: Augusto, C. B., Dornelles, J. R., Santos, R. D., & Ramos Filho, W. (Eds.). *Novas direitas e o genocídio no Brasil*. Pandemia e pandemônios – Vol. II (pp. 310-321). São Paulo: Tirant Lo Blanch.
- Carvalho, M. F. L., & Menezes, M. S. (2021). *Violência e saúde na vida de pessoas LGBTI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

- Cássio, F. (2019). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo.
- Castells, M. (2014). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Castro, J. P. (2018). Ditadura militar no Brasil: o golpe de ontem e seus defensores de hoje. *Justificando*. Retirado de: <https://www.justificando.com/2018/05/14/ditadura-militar-no-brasil-o-golpe-de-ontem-e-seus-defensores-de-hoje/> 18/06/2020.
- Coacci, T. (2018). *Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil* [Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional UFMG. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B32NG7>
- Colling, L. (2015). *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: Edufba.
- Conselho Federal de Psicologia (2019). *Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Costa, B. (2018, 09 de outubro). Quem são os LGBTs eleitos em 2018. *VICE*. Retirado de: https://www.vice.com/pt_br/article/wj97zy/quem-sao-os-lgbts-eleitos-em-2018 24/04/2020.
- Dearo, G. (2018, 29 de agosto). Número de candidatos LGBT cresce 386% em 2018, diz pesquisa. Exame. Retirado de: <https://exame.abril.com.br/brasil/eleicoes-2018-numero-de-candidatos-lgbt-cresce-386/> 24/04/2020.
- Di Carlo, J., & Kamradt, J. (2018). Bolsonaro e a cultura do politicamente incorreto na política brasileira. *Teoria e Cultura*, 13(2), 55-72.
- Duarte, M. J. O., & Oliveira, D. F. S. (2021). LGBTQI+, vidas precárias e necropolítica em tempos da Covid-19: a interseccionalidade e a teoria queer em cena. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, 19(48), 153-168.

- Duque, T. (2017). *Gêneros incríveis: um estudo sócio-antropológico sobre as experiências de (não) passar por homem e/ou mulher*. Campo Grande: Editora UFMS.
- Facchini, R. (2005). “Sopa de Letrinhas”? – Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond.
- Facchini, R., & Rodrigues, J. (2017), “Que onda é essa?”: “guerras culturais” e movimento LGBT no cenário brasileiro contemporâneo. In F. V. Machado, F. Barnat & R. Mattos (Orgs.). *A diversidade e a livre expressão sexual entre as ruas e as políticas públicas* (pp. 35-60). Porto Alegre, Editora Rede Unida.
- Fernandes, M. (2018). Ações lésbicas. In: J. Green, R. Quinalha, M. Caetano, & M. Fernandes (Orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil* (pp. 91-120). São Paulo: Alameda.
- Fisher, M. (2020). *Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* São Paulo: Autonomia Literária.
- Foucault, M. (2014). *O nascimento da clínica*. 7. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2015). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 2. São Paulo: Paz e Terra.
- Galleno, E. S., & Rocha, C. (2019). Conservadores versus Movimento Feminista, Negro e LGBT: um diálogo possível? In E. S. Galleno (Org.). *Brasil em colapso* (pp. 61-73). São Paulo: Editora Unifesp.
- Gonçalves, E. (2017, 12 de janeiro). “Não aguentava mais ele” afirma mãe que matou e queimou filho. *Veja*. Retirado de: <https://veja.abril.com.br/brasil/nao-aguentava-mais-ele-afirma-mae-que-matou-e-queimou-filho/> 09/05/2020.
- Green, J. N. (2000). “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. *Cadernos Pagu*, (15), 271-295.
- Green, J. (2019). *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. 2. São Paulo: Editora Unesp.

- Green, J.; Quinalha, R. H. (2014). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Paulo: EdUFSCAR.
- Green, J., Quinalha, R., Caetano, M., & Fernandes, M. (2018). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7-41.
- Santos, G. G. C. (2016). Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. 6(1), 179-212.
- Junqueira, R. D. (2009). Homofobia nas escolas: Um problema de todos. In R. D. Junqueira (Ed.), *Diversidade sexual na educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 13-51). Brasília, DF: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Ministério da Educação.
- Junqueira, R. D. (2017). “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária, ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural?”. In P. R. Ribeiro & J. C. Magalhães (Orgs.). *Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade* (pp. 25-52). Rio Grande: Editora da FURG.
- Krafft-Ebing, R. (2001). *Psychopathia sexualis: as histórias de caso*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lewis, E. S. (2012). “*Não é uma fase*”: construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro].
<https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.20671>
- Martins, H. H. T. (2004). Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e pesquisa*, 30(2), 289-300.
- Mbembe, A. (2019). *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições.

- Messenberg, D. (2010). O “alto” e o “baixo clero” do Parlamento brasileiro. *Cadernos Aslegis*, Brasília, 40, 79-107. Retirado de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/32405>
- Mercier, D. (2020, 19 de abril). Bolsonaro endossa ato pró-intervenção militar e provoca reação de Maia, STF e governadores. *El País Brasil*. Retirado de: <https://brasil.elpais.com/politica/2020-04-19/bolsonaro-endossa-ato-pro-intervencao-militar-e-provoca-reacao-de-maia-stf-e-governadores.html> 18/06/2020
- Meyer, I. H. (1995). Minority stress and mental health in gay men. *Journal of Health and Social Behavior*, 38-56. doi: 10.2307/2137286
- Meyer, I. H. (2003). Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: conceptual issues and research evidence. *Psychological Bulletin*, 129(5), 674-697. doi: 10.1037/0033-2909.129.5.674
- Monaco, H. M. (2020). “*A gente existe!*”: ativismo e narrativas bissexuais em um coletivo monodissidente [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216098>
- Nalon, T. (2017, 29 de setembro). Governo Temer reduz a zero repasses a políticas contra homofobia; Planalto diz investir em campanha. *Jornal UOL*. Retirado de: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/09/29/governo-temer-zera-repasses-a-politicas-contr-homofobia-planalto-diz-fazer-campanha.htm?cmpid=copiaecola> 20/05/2020
- Oliveira, F. A. G., de Carvalho, H. R., & de Jesus, J. G. (2020). LGBTI+ em tempos de pandemia da Covid-19. *Diversitates International Journal*, 12(1), 60-94.
- Paoliello, G. (2013). A despatologização da homossexualidade. In: A. Quinet & M. A. Coutinho Jorge (orgs.). *As Homossexualidades na Psicanálise: na história de sua despatologização* (pp 29-46). São Paulo: Segmento Farma.
- Pereira, M. E. C. (2008). Morel e a questão da degenerescência. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 11(3), 490-496.

- Pereira, C. F. (2017). Barreiras à ambição e à representação política de LGBT no Brasil. *Revista Ártemis*, 24(1), 120-131.
- Pires, C. (2020). *Retrato narrado Bolsonaro* [podcast de áudio]. Revista Piauí, Spotify Studios.
https://open.spotify.com/show/4jqpeAOzOKCLBg3Pc0eZ6j?si=zAiyicrMQ_agOK1HSMOZ4g
- PornHub Insights (2018). *Redtube & Brazil*. Retirado de <https://www.pornhub.com/insights/redtube-brazil>
- Quijano, A. (2009). Colonialidade do poder e classificação social. In Santos, B. S., & Meneses, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do Sul* (pp. 73-117). São Paulo: Cortez Editora.
- Rodrigues, A. (2018). *Crianças em dissidências: narrativas desobedientes da infância*. Salvador: Editora Devires.
- Safatle, V. (2018). *Um dia, essa luta iria ocorrer. Série Pandemia*. São Paulo: N-1 Edições.
- Sales, A. L. L. F. (2019). *Militância e ativismo: cinco ensaios sobre ação coletiva e subjetividade* [Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade Estadual Paulista]. Repositório Institucional UNESP.
<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/190776?show=full>
- Santos, G. G. C. (2016). Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, 6(1), 179-212.
- Sawaia, B. B. (2001). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. B. Sawaia (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 97-118). 2. Petrópolis: Editora Vozes.
- Schwarcz, L. M. (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Soares, I. (2020, 12 de maio). Bolsonaro promete enviar projeto contra ideologia de gênero ao Congresso. *Correio Braziliense*. Retirado de: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/12/interna_politica,853894/bolsonaro-promete-enviar-projeto-contra-ideologia-de-genero-ao-congres.shtml 20/05/20
- Souza, J. (2017). *A elite do atraso: da escravidão à Lava-Jato*. Rio de Janeiro: Leya.
- Spivak, G. (1998). Can the subaltern speak? In: Williams, P. and Chrisman, L. (Eds). *An Introduction to colonial discourse and post-colonial theory* (pp. 175-235). NY and London: Harvester-Wheatsheat.
- Tatemoto, R. (2019, 12 de fevereiro). Bancada BBB se reconfigura e pode ampliar influência nos próximos quatro anos. *Brasil de Fato*. Retirado de: <https://www.brasildefato.com.br/2019/02/12/bancada-bbb-se-reconfigura-e-pode-ampliar-influencia-nos-proximos-quatro-anos/> 20/05/2020
- Tenório, F. (2002). A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceitos. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 9(1), 25-59.
- Transgender Europe (2018). *Trans murder monitoring report 2018*. Retirado de https://transrespect.org/wp-content/uploads/2018/11/TvT_TMM_TDoR2018_PR_EN.pdf 25/05/2020
- Vergueiro, V. (2015). Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia]. Repositório Institucional UFBA. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19685>

ANEXO A

Termo de consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa *Saúde mental na militância de dissidências sexuais e de gênero*, de responsabilidade de *Felipe de Baére C. D’Albuquerque*, aluno de doutorado da *Universidade de Brasília*. O objetivo desta pesquisa é *investigar a saúde mental de lésbicas, gays, bissexuais e de identidades trans* autodeclaradas ativistas LGBTQIA+*. *Compreender quais são os sentidos do exercício da militância e as possíveis relações que estabelecem com a saúde mental para cada um dos segmentos que compõe o esse movimento social*. Assim, gostaria de consultar o seu interesse e disponibilidade para colaborar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que, caso seja de seu interesse, o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam a sua identificação. Os dados provenientes de sua participação ficarão sob a guarda do pesquisador responsável. Caso permita a sua identificação, será solicitado que assine uma Declaração de Consentimento de Identificação, anexada a este documento.

A coleta de dados será realizada por meio de *entrevista aberta*. É para este procedimento que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco. Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar o seu consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Caso haja a sinalização de anseio por ajuda profissional, em função de momentos difíceis que esteja passando ou por qualquer desconforto gerado pela aplicação do instrumento, será disponibilizada uma lista de encaminhamentos de profissionais e serviços de apoio psicoterápicos.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone XXXXXXXX ou pelo e-mail XXXXXXXX. O pesquisador assinala que os resultados do estudo poderão ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidas através do e-mail do CEP/IH cep_ih@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável pela pesquisa e a outra com você.

 Assinatura - participante

 Assinatura do pesquisador

Autorizo a minha identificação na pesquisa: SIM NÃO

_____, ____ de _____ de _____

ANEXO B

Declaração de Consentimento de Identificação

Eu, _____, de RG: _____ Órgão Emissor: _____, autorizo a minha identificação na pesquisa *Saúde mental na militância de dissidências sexuais e de gênero*, realizada por Felipe de Baére C. D'Albuquerque, do Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília. Afirmo que este documento, anexo ao TCLE da pesquisa, previamente assinado, também foi elaborado em duas vias, sendo que uma ficará com o pesquisador responsável pela pesquisa e a outra comigo.

Assinatura - participante

Assinatura do pesquisador

_____, ____ de _____ de _____